



santa maria da feira assembleia municipal

### **EDITAL N.º 3/2023/DAOA-AM**

CARLOS JORGE CAMPOS DE OLIVEIRA, Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira: -----

Torno público que, nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se afixa, no átrio do edifício dos Paços do Concelho, em anexo ao presente edital e do qual faz parte integrante, a ata da sessão ordinária desta Assembleia Municipal de 30 de novembro de 2022, aprovada na sessão ordinária de 17 de fevereiro de 2023, e vai outro de igual teor ser publicado no sítio da Internet do Município de Santa Maria da Feira. -----

Paços do Concelho de Santa Maria da Feira, 20 de fevereiro de 2023. ---

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,

(CARLOS JORGE CAMPOS DE OLIVEIRA)



**ATA N.º 8** – No dia 30 de novembro de 2022, reuniu, às 20 horas e 50 minutos, no Europarque, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria Feira, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia, Carlos Jorge Campos de Oliveira, integrando ainda a Mesa a 1.ª Secretária da Mesa, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Ata N.º 7 – Sessão Ordinária de 23 de setembro de 2022;-----**
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;-----**
- 3 – Criação das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô por desagregação da União de Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô; -----**
- 4 – Opções do Plano e Proposta do Orçamento Municipal para o ano de 2023; -----**
- 5 – Mapa de Pessoal 2023 e manutenção do Suplemento de Penosidade e Insalubridade; -----**
- 6 – Contrato-Programa a celebrar entre o Município e a Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, EM, SA para 2023; -----**
- 7 – Contrato-Programa a celebrar entre o Município e a Feira Viva, Cultura e Desporto, EM para 2023; -----**
- 8 – Indaqua Feira – Industria de Águas de Santa Maria da Feira, SA --  
- Autorização prévia para transmissão de participações sociais; --**
- 9 – Proposta de recursos financeiros destinados ao exercício e à execução do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na área da Educação para o exercício de 2023; ----**
- 10 – Alteração das posturas de trânsito de Rio Meão e Paços de Brandão; -----**
- 11 – Alteração à postura de trânsito – Via Estruturante Espargos Paços de Brandão;-----**
- 12 – Alteração de postura de trânsito – Paços de Brandão;-----**



**13 – Protocolo para instalação de um Parque Infantil nas freguesias de Arrifana (parque de lazer da Azenha) e Escapães (parque Nossa Senhora das Necessidades);**-----

**14 – Informação do Auditor Externo – 1.º semestre de 2022.** -----

-----  
A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e pelos(as) Vereadores(as) Sónia Marisa Lopes Azevedo, Ana Cristina Prego Simões Ozório, Mário Jorge de Castro Reis, Márcio Santos Correia, Sérgio Manuel Murteira Cirino, Maria Manuela de Jesus Ferreira Alves e Délio Manuel Ferreira Carquejo. -----  
Não estiveram presentes os Vereadores Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, Vitor Carlos Latourrette Marques e António Gil Alves Ferreira. --  
-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, começando por saudar todos os presentes e a quem assistia à sessão via on-line, assim como às intérpretes que iriam fazer a interpretação da sessão em Língua Gestual Portuguesa. -----

Anunciou que a sessão se encontra a ser transmitida em direto e on-line, e que se depreende que os eleitos prestam o seu consentimento para o efeito, informando ainda que se encontra, junto à entrada da sala, uma declaração para ser assinada pelo público presente, para, dessa forma, expressarem o seu consentimento à transmissão, isto tendo em vista o cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).-----

Dando início aos trabalhos, deu nota da impossibilidade da 2.ª Secretária da Mesa da Assembleia, Eva Lúcia Fernandes da Costa, participar na sessão, daí haver necessidade de completar a Mesa.-----

Convidou, para esse efeito, o grupo municipal do PS a indicar um membro, tendo sido designado o membro Marco António Gomes Gonçalves, o qual integrou a Mesa, na qualidade de 2.º Secretário. -----

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia informou da entrada na Mesa

---



de 3 pedidos de delegação de representação para a presente sessão, dos Presidentes das seguintes Juntas de Freguesia: -----

• Argoncilhe: Manuel Pereira dos Santos (PSD) – delegou a representação no Vogal do Executivo: Rui Filipe Guedes Pereira;-----

• Milheirós de Poiares: Manuel António Martins de Melo (IND) – delegou a representação no Secretário do Executivo: Carmino Joaquim Leite de Bastos; -----

• União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo: Fernando Luís Milheiro de Pinho Leão (PSD) – delegou a representação no Tesoureiro do Executivo: Alberto de Oliveira Tavares. -----

Informou, ainda, que os membros Eva Lúcia Fernandes da Costa (PSD), Joana Patrícia Fonseca da Silva (PSD), Susana Daniela Ferreira da Silva (PSD), Manuel Oliveira de Almeida (PS), Job Santos Silva (PS) e Carlos Miguel Moreira Cunha (CDU) não estariam presentes, pelo que, nos termos legais e regimentais, são substituídos pelos cidadãos imediatamente a seguir das respetivas listas, do modo a seguir discriminado:-----

• Eva Costa: substituída pelo António Perestrelo de Lima,-----

• Joana Silva: substituída pelo Jorge Paulo das Neves Pereira *(uma vez que a cidadã imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – Regina Maria Gonçalves da Silva – comunicou à Mesa da impossibilidade de participar nesta sessão)*, -----

• Susana Silva: substituída pela Cláudia Sofia de Sousa Santos *(uma vez que a cidadã imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – Joana Inês Carvalho Coelho Ribas – fez comunicar à Mesa da impossibilidade de participar nesta sessão)*,-----

• Manuel Almeida: substituído pela Alexandra Patrícia Alves de Sousa, -----

• Job Silva: substituído pelo Lécio Jorge Pereira Dias,-----

• Carlos Cunha: substituído pelo João Paulo Oliveira Vidal. -----

Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 51 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente: -----



*Pelo Partido Social Democrata (PSD):*-----

Carlos Jorge Campos de Oliveira; Cristina Manuela Cardoso Tenreiro; João Luís Almeida Cunha; Ana Rafael Lima Lamas Barros; Rodolfo Antero Oliveira Castro; Serafim Manuel da Rocha Guimarães; Rui Fernando Guedes Ribeiro; José Moreira de Jesus Castro; Jorge Manuel Fernandes Oliveira da Silva; Ana Patrícia Bastos da Cunha; Mário Jorge Soares da Silva Brito; António Perestrelo de Lima; Jorge Paulo das Neves Pereira; Cláudia Sofia de Sousa Santos; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Rui Filipe Guedes Pereira; Arrifana – Ricardo Leite de Oliveira; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fiães – António Valdemar Fontes de Pinho Ribeiro; Fornos – César Jorge Pais Resende; Lourosa – Armando Fontes Teixeira; Mozelos – José Carlos Pinto da Silva; Paços de Brandão – Avelino Carvalho Costa; Rio Meão – Maria da Conceição Fidalgo da Silva; Romariz – Nuno Joel Valente de Sousa Rocha; Santa Maria de Lamas – André Filipe Vivas Ramalho da Rocha; São João de Ver – Nuno João Marques Soares Albergaria; São Paio de Oleiros – Maximino Francisco da Costa; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – José Carlos Baptista Martins; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; e União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Alberto de Oliveira Tavares, -----

*Pelo Partido Socialista (PS):*-----

Susana Alexandra Lopes Correia; Domingos Manuel da Silva Florim; Lia Andreia Cristóvão Ferreira; Marco Aurélio Oliveira de Jesus; Rosa Maria Pinto da Silva; Daniel Tavares Gomes; Virgílio da Silva Ribeiro; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Cláudio Alexander Brandão da Costa; Marco António Gomes Gonçalves; Alexandra Patrícia Alves de Sousa; Lécio Jorge Pereira Dias; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – David António Henriques das Neves; e União das Freguesias



de São Miguel de Souto e Mosteirô – Francisco Manuel de Oliveira Andrade; -----

*Pelo Bloco de Esquerda (BE):* Tiago de Oliveira Paiva; -----

*Pelo Partido Popular (CDS-PP):* Ângelo Manuel Andrade Santos; -----

*Pela Iniciativa Liberal (IL):* Carlos Ferreira Martins da Silva; -----

*Pelo Chega (CH):* Miguel Branco Santos Alves; -----

*Pela Coligação Democrática Unitária (CDU):* João Paulo Oliveira Vidal; -----

*Independente:* Carmindo Joaquim Leite de Bastos – em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares. -----

*Entraram no decorrer da sessão:* Carlos Eduardo Soares de Seixas (PSD) e Valdemar Alves da Silva – Presidente da Junta de Freguesia de Sanguedo (PS). -----

*Faltou à sessão, sem se fazer substituir:* Jorge Manuel Ferreira Ferreira (PSD). -----

-----  
Seguidamente, e na sequência do acordado pela Assembleia na sua sessão de 28 de dezembro de 2021, quanto à dispensa da leitura do documento relativo ao resumo do expediente a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º do Regimento, que faz a súmula da correspondência recebida e emitida pela Mesa após a última sessão ordinária realizada, o Sr. Presidente da Assembleia informou que esse documento foi enviado, por correio eletrónico, aos Srs. Deputados Municipais. -----

É do seguinte teor o resumo do expediente recebido e emitido pela Mesa da Assembleia Municipal entre a sessão ordinária de 23 de setembro de 2022 e a presente sessão: -----

- “Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 12 de setembro de 2022; -----



- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, a remeter, para os devidos efeitos, fotocópia da moção “Pela reabertura do balcão da CGD, na União de Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande”, aprovada por esta Assembleia Municipal na sessão de 23 de setembro de 2022; -----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Assembleia da República, a remeter as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal e pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, na sessão de 23 de setembro de 2022 e na reunião de 4 de julho de 2022, respetivamente, no âmbito do processo de desagregação da União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior, assim como a restante documentação que instrui o processo;-----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Assembleia da República, a remeter as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal e pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, na sessão de 23 de setembro de 2022 e na reunião de 12 de setembro de 2022, respetivamente, no âmbito do processo de desagregação da União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande, assim como a restante documentação que instrui o processo;
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, à D.<sup>a</sup> Maria da Graça Soares Leite, a enviar o teor do voto de pesar aprovado por esta Assembleia na sessão de 23 de setembro de 2022, pelo falecimento de seu cônjuge, Dr. Celestino Portela;-----
- Ofício da Chefe do Gabinete do Presidente da Assembleia da República, ao Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção do processo de desagregação da União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande, e a informar que a respetiva missiva, atendendo ao seu teor, foi encaminhada aos Deputados da Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local;-----
- Ofício da Chefe do Gabinete do Presidente da Assembleia da República,



- ao Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção do processo de desagregação da União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior, e a informar que a respetiva missiva, atendendo ao seu teor, foi encaminhada aos Deputados da Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local;-----
- Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 26 de setembro de 2022;-----
  - Convite do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal (enquanto membro do Conselho Municipal de Educação), para as XVI Jornadas de Educação – “Da escola que temos à escola que queremos”, evento realizado nos dias 21 e 22 de outubro de 2022; -----
  - E-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, a remeter, para conhecimento, documento da CCDR-N a respeito da posição da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) sobre a transmissão online em direto das reuniões públicas;-----
  - Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 10 de outubro de 2022;-----
  - Convite do CIRAC – Círculo de Recreio, Arte e Cultura de Paços de Brandão, ao Presidente da Assembleia Municipal e aos deputados municipais, para o Concerto do 45.º Festival Internacional de Música de Paços de Brandão (FIMUV 2022), levado a cabo no dia 29 de outubro de 2022; -----



- Ofício do Presidente do Conselho Metropolitano do Porto, ao Presidente da Assembleia Municipal, comunicando que aquele Conselho deliberou que as Assembleias Municipais devem ocorrer, em simultâneo nos 17 Municípios daquela Área Metropolitana, no dia 7 de dezembro de 2022, pelas 21H30, para se pronunciar sobre a eleição de novo membro da Comissão Executiva Metropolitana, solicitando a convocação da respetiva sessão da Assembleia Municipal, para o referido efeito; -----
- Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 24 de outubro de 2022; -----
- E-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, a convocá-los para uma reunião da referida Comissão, que se realizou no dia 18 de novembro de 2022;-----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão, a convocá-los para a sessão ordinária da Assembleia Municipal a realizar no dia 30 de novembro de 2022, bem como informando a respetiva Ordem do Dia; -----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, a informá-lo, bem como à Exma. Câmara, da realização de uma sessão ordinária da Assembleia Municipal no dia 30 de novembro de 2022, e indicando a respetiva Ordem do Dia;-----
- Convite do Presidente da Casa da Gaia – Centro de Cultura, Desporto e Recreio de Argoncilhe, ao Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente nas comemorações do 51.º Aniversário da Casa da Gaia, que decorrerão no dia 8 de dezembro de 2022; -----
- Ofício do Presidente da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô, ao Presidente da Assembleia



- Municipal, a remeter documentos relativos ao processo de desagregação daquela União de Freguesias; -----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, a remeter documentos rececionados do Presidente da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô, relativos ao processo de desagregação daquela União de Freguesias, solicitando emissão de parecer da Câmara Municipal sobre o processo em referência;-----
  - Ofício do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de novembro de 2022; -
  - Ofício do Presidente da Câmara, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que a Câmara Municipal deliberou emitir parecer favorável à proposta de criação da Freguesia de São Miguel de Souto e da Freguesia de Mosteirô, por desagregação da União de Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô, remetendo extrato da minuta da reunião da Câmara Municipal de 21 de novembro de 2022, no respeitante a essa matéria; -----
  - E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Fernando Leão, Presidente da União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que o mesmo se faria representar, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de novembro de 2022, pelo Tesoureiro daquela Junta de Freguesia – Alberto de Oliveira Tavares, bem como a remeter o respetivo documento de delegação de representação;-----
  - E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Manuel Oliveira de Almeida, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que o mesmo não pode estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de novembro de 2022, pelo que solicita a sua
-

- substituição; -----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão, a convocá-los para a sessão extraordinária da Assembleia Municipal a realizar no dia 7 de dezembro de 2022, bem como informando a respetiva Ordem do Dia; -----
  - Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, a informá-lo, bem como à Exma. Câmara, da realização de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal no dia 7 de dezembro de 2022, e indicando a respetiva Ordem do Dia; -----
  - E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Manuel Melo, Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que se faria representar, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de novembro de 2022, pelo Secretário daquela Junta de Freguesia – Carmino Bastos; -----
  - E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Job Santos Silva, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que o mesmo não pode estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de novembro de 2022, pelo que solicita a sua substituição;-----
  - E-mail, por instrução dos membros deste Órgão – Eva Lúcia Fernandes da Costa e Joana Patrícia Fonseca da Silva, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que as mesmas não podem estar presentes na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de novembro de 2022, por motivos pessoais, pelo que solicitam a sua substituição; -----
  - E-mail do membro deste Órgão – Susana Ferreira da Silva, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que não pode estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de novembro de 2022, pelo que solicita a sua substituição;-----
  - E-mail do membro deste Órgão – Manuel Pereira dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Argoncilhe, ao Presidente da Assembleia
-



Municipal, a informar que se faria representar, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de novembro de 2022, pelo Vogal daquela Junta de Freguesia – Rui Filipe Guedes Pereira.”-----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

O **Sr. Presidente da Assembleia**, introduzindo o período em epígrafe, informou da existência de 6 documentos para serem apreciados – 1 moção e 1 voto de saudação do BE, 1 recomendação e um voto de saudação do CDS-PP e 2 moções da CDU – que, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão e que foram enviados, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia. De seguida, passou a palavra aos proponentes dos documentos para fazerem a apresentação dos mesmos. -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE), que apresentou e explanou os documentos que, seguidamente, se transcrevem: -----

“MOÇÃO - ATRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DA TARIFA SOCIAL DA ÁGUA -----  
A crise económica e social que se abateu no país como consequência da pandemia de Covid-19, é agora agravada pela crise inflacionária. Muitas das famílias cujos membros do agregado familiar perderam o emprego ou uma parte substancial do rendimento, e que ainda não conseguiram uma efetiva recuperação, vêm-se agora confrontados com um aumento inoportável do custo de vida. -----

Com o fim das moratórias e a instabilidade gerada pela precariedade, que continua a ser utilizada, é importante que o papel das autarquias seja cada vez mais ativo na defesa dos seus municípios atuando como linha da frente nas respostas sociais que são da sua competência. -----

A situação de carência económica em que muitas famílias se encontram resultou numa dificuldade enorme em cumprir o pagamento das despesas fixas, entre elas a fatura de água, fatura essa que continua a aumentar

com resultado de um contrato de concessão à Indagua que em nada serve os interesses dos Feirenses. -----

De acordo com o atual presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, só daqui a 10 anos é que talvez seja possível repensar os moldes da concessão, permitindo que um bem essencial seja matéria-prima para o lucro de poucos, e à custa de todos. -----

Ora, esta política de conivência e a sistemática recusa da aplicação automática da Tarifa Social da Água, está a fazer com que os feirenses não vislumbrem tão cedo um acesso digno e justo a um bem essencial. -----

A instituição de uma Tarifa Social da Água, Saneamento e Resíduos foi uma medida importante para muitas famílias carenciadas, isentando-as do pagamento de tarifas fixas e aumentando a quantidade de água definida como primeiro escalão de consumo. -----

Contudo, a aplicação desta tarifa social ainda é dependente de um moroso e complexo processo burocrático, dependente da iniciativa dos consumidores, fazendo com que o número de beneficiários seja manifestamente inferior ao universo potencial de pessoas singulares e agregados familiares elegíveis para esta tarifa de valor reduzido. -----

No entanto, está disponível, através da Direção Geral da Administração Local, a adesão ao mecanismo público da Plataforma de Interoperabilidade, que permite a aplicação automática do desconto da tarifa social nas faturas de todos os agregados com vulnerabilidade económica identificados no município com base nos dados da Autoridade Tributária e da Segurança Social, tal como já sucede na atribuição da tarifa social da energia. -----

A entidade reguladora dos setores da água e resíduos (ERSAR), já em 2018, em Recomendação aos municípios, realçou a “clara vantagem, para as partes envolvidas, da atribuição automática da tarifa social a todos os consumidores elegíveis nos termos legalmente definidos, e que correspondem a pessoas singulares que se encontrem em situação de carência económica, tomando por referência, nomeadamente, serem

---



beneficiários do complemento solidário para idosos, do rendimento social de inserção, do subsídio social de desemprego, do abono de família, da pensão social de invalidez, da pensão social de velhice ou pertencerem a um agregado familiar que tenha um rendimento anual igual ou inferior a 5.808 €, acrescido de 50% por cada elemento do agregado familiar que não aufera qualquer rendimento, até ao máximo de 10. -----

O Decreto-Lei n.º 147/2017 estabeleceu o regime de atribuição de tarifa social, a atribuir pelo município territorialmente competente e a aplicar a clientes finais do fornecimento dos serviços de águas. O referido decreto possibilita que a atribuição desta tarifa se proceda de forma automática, não carecendo de pedido ou requerimento. -----

Para esse efeito, os municípios obtêm a informação sobre a elegibilidade dos potenciais beneficiários, mediante o número de identificação fiscal do titular do contrato e do código do local de consumo, através da DGAL, que para este efeito consulta os serviços competentes da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira. -----

No município de Santa Maria da Feira, a automatização da Tarifa Social da Água poderá beneficiar quase 10 mil agregados familiares, segundo dados dos atuais beneficiários da Tarifa Social da Energia no concelho, uma vez que a automatização implica que o município use os mesmos critérios de atribuição da Tarifa Social da Energia para a atribuição da Tarifa Social da Água. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 30 de novembro de 2022, delibera: -----

Que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira proceda à atribuição da Tarifa Social da Água automática através dos mecanismos previstos para o efeito, dispensando a apresentação de requerimento, nos termos do Decreto-Lei n.º 147/2017.” -----

-----

“VOTO DE SAUDAÇÃO - DIA INTERNACIONAL PELA ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA



AS MULHERES (25 DE NOVEMBRO) -----

O 25 de novembro foi instituído pelas Nações Unidas como o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres. E, em Portugal, tem sido assinalado como um dia de alerta e de luta pelos direitos das mulheres. -----

Ano após ano, os números da violência contra as mulheres continuam a envergonhar o país. De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) mais recente, apesar de ter diminuído face ao ano anterior, em 2021 a violência doméstica contra cônjuge ou situação análoga continuou a ser o crime mais participado em Portugal, representando mais de 80% das 27 mil e 520 queixas por violência doméstica. Sendo que do total de vítimas de violência doméstica, a maioria são mulheres e raparigas (74,9%), enquanto a maioria dos denunciados são homens (81%). A estes registos faltam todos os casos que ficaram em silêncio. -----

A marca de género na violência sobressai também nos crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual, conforme demonstra o RASI para o ano de 2021. Ao nível dos crimes de violação, 98,1% dos arguidos são homens e 94,3% das vítimas são mulheres. Nos casos de abuso sexual de menores, 95,6% dos arguidos são homens e as suas vítimas correspondem a 83,1% de raparigas e 16,9% de rapazes. -----

Em Portugal, o Observatório de Mulheres Assassinadas (UMAR) registou em 2021: 25 mulheres assassinadas, tendo sido 11 vítimas de femicídio em contexto de relações de intimidade e 14 mulheres assassinadas noutros contextos. E recorda cada uma delas: Ana Cristina Lopes, Ana Maria Sim-Sim, Anabela Almeida, Beatriz Lourdes Cadinha, Carla Rubina dos Reis Andrade, Carla Sofia Pereira, Catarina Gonçalves, Felismina Monarca, Laura de Jesus, Lígia Monteiro Ramires, Márcia, Maria Celeste Madureira, Maria de Deus, Maria do Carmo Oliveira, Maria Fernanda Vilela, Maria Helena Ribeiro, Martine Der Morche, Olívia Rocha da Silva, Sónia, Soraya Andreia Szabo Adão de Sousa, Teresa Janeirinho, Teresa Paula Tomás de



Oliveira e três vítimas não identificadas. Dados de 2022 (até 15 de novembro) mostram 28 mulheres assassinadas, tendo sido 22 vítimas de femicídio em contexto de relações de intimidade e 6 mulheres assassinadas noutros contextos. Acrescem ainda 35 tentativas de homicídio de mulheres em contexto de relações de intimidade.-----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira saúda as iniciativas do dia 25 de Novembro, nomeadamente a Marcha pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, e o trabalho diário das associações, organizações não-governamentais, e serviços sociais do Estado que prestam apoio às mulheres vítimas de violência.” -----

-----  
Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP), que apresentou e explanou os documentos que, seguidamente, se transcrevem:-----

“RECOMENDAÇÃO – INSTALAÇÃO DE FOTOVOLTAICOS DE AUTOCONSUMO EM INFRAESTRUTURAS MUNICIPAIS-----

A energia solar é vital para a vida na Terra, uma vez que determina a temperatura da superfície terrestre e oferece praticamente toda a energia que conduz os ciclos e os sistemas globais naturais. A cada segundo, o Sol liberta uma quantidade significativa de energia para o sistema solar. Estima-se que o tempo necessário para que incida sobre a superfície terrestre, uma quantidade de energia solar equivalente ao consumo energético mundial anual, seja de aproximadamente 12 minutos. Em cerca de três semanas, a energia solar incidente sobre a Terra equivale também, a todas as reservas conhecidas de combustíveis fósseis como o petróleo, o carvão e o gás natural. Como tal, a energia solar revela um importante potencial enquanto recurso renovável, para a produção de energia térmica e elétrica. A radiação que atinge a Terra não é uniformemente distribuída por todas as regiões no globo terrestre sendo que as zonas próximas do equador recebem mais radiação solar que qualquer outra parte da Terra. A quantidade de radiação recebida em qualquer região varia com a época do



---

ano, (em função da posição da Terra ao longo da eclíptica) e também é afetada pelas horas do dia, pelas condições climáticas desfavoráveis e pela poluição atmosférica de determinada região. A conjugação de todos estes fatores afetam a quantidade de energia solar que atinge os sistemas fotovoltaicos. A quantidade de radiação solar que atinge o topo da atmosfera terrestre é cerca de  $1367\text{W}/\text{m}^2$ .-----

A crise energética que se tem vivido nos últimos anos contribuiu para o rápido desenvolvimento tecnológico das fontes alternativas de produção de energia, entre elas, a solar fotovoltaica. Atualmente, o Aquecimento Global como causa do excesso de emissões de  $\text{CO}_2$  aliada à crise energética, são as principais questões que conduzem à política do desenvolvimento sustentável e à utilização das energias renováveis a nível mundial, com os objetivos de diminuir a dependência dos combustíveis fósseis e a emissão de gases com efeito de estufa. Presentemente existe a possibilidade de utilizar os sistemas de microprodução para produzir energias mais limpas a partir de fontes renováveis, permitindo que pequenas habitações e empresas deixem de ser consumidores passivos de energia para se tornarem autoprodutores (Decreto-Lei nº 153/2014 de 20 de outubro). -----

O aproveitamento da energia solar em Portugal é significativamente reduzido, por exemplo quando comparado com a Alemanha que dispõe de uma quantidade de radiação global anual muito inferior e apresenta uma potência fotovoltaica instalada significativamente superior à do nosso país, com mais de 2000 MW.-----

A recomendação apresentada seria o aproveitar do potencial da exposição solar que envolve o concelho em infraestruturas municipais. -----

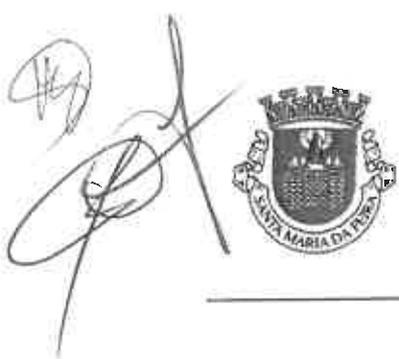
O principal objetivo é de apresentar o concelho como amigo do ambiente e de impulsionador da transição energética. Aplicando o sistema de autoconsumo, em edifícios e espaços municipais. Que tem como retorno a redução da fatura energética do município bem como se tornar um produtor em benefício do sistema nacional da rede energética. -----

---



Esta transição efetuada pelo município servirá de exemplo para todos os cidadãos como incentivadora à importância da transição energética.-----  
Esta recomendação serve de motor de redução da fatura energética, em edifícios públicos, bem como tornar os edifícios mais autossuficientes, evitando o racionamento energético em épocas sazonais mais frias.-----  
É de enaltecer qualquer inovação para saúde ambiental nos dias de hoje que urge a necessidade de procurar soluções para uma transição energética eficiente, beneficiar o bem-estar de todos e caminhar para a neutralidade carbónica. Porque para se atingir a sustentabilidade, implica compromissos locais, regionais e planetários e é fundamental que todo o ser humano inteligente colabore de alguma forma com este problema e as questões ecológicas fundamentais bem como a sustentabilidade em particular possa sair mais fortalecida.-----  
Assim, o Grupo Municipal do CDS-PP propõe à Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 30 de novembro de 2022 que:-----  
Esta Assembleia recomende ao executivo municipal a colocação de painéis de autoconsumo em edifícios municipais com o objetivo de reduzir a faturação energética do município e dando o exemplo como sendo impulsionador da neutralidade carbónica.”-----

-----  
“VOTO DE SAUDAÇÃO - 47 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO -----  
Este ano comemora-se o 47.º aniversário do 25 de Novembro, e a importância histórica da vitória do movimento democrático que garantiu que o espírito das instituições e da democracia representativa prevalecesse, reconduzindo Portugal a um curso institucional de normalidade e abrindo caminho para a democracia moderna e pluralista que hoje usufruímos.-----  
Comemorar o 25 de Novembro, data a que a esmagadora maioria dos democratas adere, é reafirmar o compromisso desta Assembleia com os princípios universais da liberdade de expressão, do pluralismo partidário e das eleições livres.-----



A 25 de Novembro de 1975, o povo português colocou-se do lado da liberdade contra a tentativa de substituir uma ditadura, por uma outra de sinal contrário.-----

Pode salientar-se que corremos o risco de Guerra Civil, mas a situação foi normalizada e o 25 de Novembro de 1975 completou um dos programas do MFA: Democratizar e criou condições para prosseguir os seguintes. O processo Revolucionário terminaria e entrou-se numa época de acalmia e paz que permitiu ao poder político prosseguir os caminhos corretos para o bem-estar do povo Português. Podemos dizer que o 25 de Novembro de 1975 é parte integrante do 25 de Abril de 1974 e quem assim o não entender aconselha-se a ler a história.-----

De facto, hoje como no passado, pode-se afirmar, de forma esclarecida, que o 25 de Novembro determinou a vontade do povo português em caminhar sobre os trilhos da liberdade, que o 25 de Abril anunciara.-----

Ocupam um lugar de destaque, nesta evocação, os Generais Ramalho Eanes e Jaime Neves, Mário Soares, Sá Carneiro, Adelino Amaro da Costa, Freitas do Amaral, entre outros, cuja coragem e determinação foram decisivas para travar o processo revolucionário; e os líderes dos partidos democráticos, PS, PSD e CDS, pelo seu compromisso inquebrantável com os valores da liberdade e da democracia.-----

Assim, o Grupo Municipal do CDS-PP propõe à Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 30 de novembro de 2022 que:-----

Aprove um voto de saudação dedicado a todos aqueles que, em 25 de Novembro de 1975, colocaram novamente Portugal na senda da Democracia, da Paz e da Liberdade iniciada a 25 de Abril de 1974.-----

Dar solene testemunho da nossa gratidão a todos os que souberam, com notável aprumo militar e grande coragem moral, cumprir o seu dever, bem como prestar comovida homenagem àqueles que tombaram em defesa da liberdade.”-----



Interveio o membro **João Vidal** (CDU), que apresentou e explanou os documentos que, seguidamente, se transcrevem: -----

“MOÇÃO – SOLIDARIEDADE COM AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIAS -----  
A 25 de Novembro assinalou-se o Dia Internacional para Eliminação da Violência contra as Mulheres, que chama atenção para o facto das violências sobre mulheres e meninas constituírem violações dos Direitos Humanos.-----

De facto, continuam a materializar-se, especialmente na vida das mulheres, uma multiplicidade de violências que atentam contra a integridade, a segurança, a liberdade, a sua autonomia e dignidade, das quais a violência física, psicológica, moral e sexual, seja em casa, no trabalho, no espaço público, na publicidade, na internet, nas zonas de conflito ou de guerra continuam a flagelar a vida de muitos milhões de mulheres e raparigas em todo o mundo. -----

Persistem e agravam-se “velhas”, e surgem “novas” formas de violência, aumentam os maus-tratos e a exploração em torno da mercantilização do corpo das mulheres, raparigas e crianças. -----

Mas as violências sobre as mulheres – doméstica e no namoro, prostituição, tráfico humano, pornografia, violação, assédio moral e sexual, exploração no trabalho, mutilação genital, casamento forçado de meninas, a exploração forçada de “barrigas de aluguer”, objetificação do corpo e da imagem da mulher – não são uma fatalidade histórica nem cultural!-----

Para a interrupção do ciclo de violência, o mais cedo possível, exige-se a concretização de uma política alternativa, que concretize a igualdade no trabalho e na vida, condição necessária para garantir às mulheres a construção de um projeto de vida com direitos, que lhes assegure a realização pessoal, profissional e social, a autonomia, questões fundamentais para que possam libertar-se de contextos violentos que atentam contra a sua dignidade e direitos. -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida no dia 30 de



novembro de 2022: -----

- Insta a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira a reclamar ao Governo medidas de reforço da Rede Nacional de Apoio a Vítimas, alargando a sua cobertura a todo o território continental e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, visando assegurar respostas de proximidade, igualdade de acesso de todas as mulheres à informação, encaminhamento, sinalização e proteção das vítimas. -----

- Recomenda à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira que exija ao Governo a promoção de programas sociais, direcionados para todas as pessoas (mulheres e homens) que queiram libertar-se da prostituição, permitindo-lhes criar projetos de vida alternativos. -----

- Manifesta a sua solidariedade para com as mulheres portuguesas e as mulheres feirenses, que são vítimas da multiplicidade de violências que as atinge, envolvendo equipas multidisciplinares, assegurando o direito ao trabalho e à habitação, concretizando, na prática e na vida, os direitos já consagrados nas leis.” -----

-----  
“MOÇÃO – ELIMINAÇÃO DAS PORTAGENS NA A29 E A25-----

Considerando,-----

A introdução de portagens nas chamadas SCUT, para além de não resolver nenhum problema de ordem financeira, constituiu uma tremenda injustiça para as populações afetadas.-----

Na verdade, a introdução de portagens na A29 e A25, teve graves consequências para as populações, que viram o seu poder de compra diminuído, assim como para o tecido económico. -----

Além de agravar as dificuldades económicas dos utentes, já duramente afetados por cortes salariais, por situações de desemprego e precariedade e por baixos níveis de rendimentos, na situação atual em que existe um aumento generalizado de preços, esta medida conduz ao agravamento da situação económica de muitas empresas e dificulta em muito a vida de

---



inúmeras pessoas que utilizam esta via para se deslocar diariamente para o trabalho ou para ter acesso aos serviços públicos, nomeadamente a Aveiro, capital de distrito. -----

Assim, -----  
A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 30 de novembro de 2022, delibera: -----

- Exigir ao Governo que elimine as portagens na A29 e A25. -----
- Remeter cópia desta Moção ao Senhor Primeiro-Ministro e aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República.” -----

-----  
Posto isto, feita a apresentação dos documentos, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu os mesmos a discussão e, após feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Miguel Branco. -----

-----  
Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“Violência doméstica. Não instrumentalizem a violência doméstica para colocar as mulheres contra os homens. Quem agride não é o homem, é o criminoso. Quem bate é o covarde. Os homens não são agressores por serem homens. Esta luta do Bloco de Esquerda é uma tentativa de colocar os géneros uns contra os outros, fazer as mulheres olharem para os homens como um inimigo é ridículo. Não, não são todos iguais. Não é assim que se resolve o problema. -----

As vítimas, sejam elas mulheres ou homens, têm que ser protegidas. Mas, para a esquerda, tudo é uma guerra. Homem contra a mulher, branco contra negro, pobre contra rico, patrão contra trabalhador, português contra estrangeiro. Sejamos sérios. Isto sim, é discurso de ódio. -----

Assim sendo, desafio os deputados presentes a informarem os seus partidos, na Assembleia da República, dos dois projetos-lei que o Chega propôs para alargar a proteção dada pelo Estado às vítimas de crime de



violência doméstica.-----

Na primeira proposta, o Chega propõe uma alteração do Código de Processo Penal tendo em vista alargar o âmbito da aplicação da medida de coação de prisão preventiva quando diga respeito à eventual prática de crime de violência doméstica. -----

A segunda proposta assegura a nomeação de patrono em escalas de prevenção para as vítimas de crime de violência doméstica. Medida importante de forma a garantir e permitir o maior empoderamento da vítima, bem como o conhecimento dos seus direitos e das ferramentas existentes ao seu dispor, nomeadamente, ser a própria a requerer medidas de coação, como prisão preventiva. -----

Com estes dois projetos queremos alterar o paradigma da remoção das vítimas das suas casas, enquanto que os agressores continuam à solta, a fazer a sua vida normal. Proteger a vítima tem de ser mais efetiva. -----

De acordo com os dados da Comissão de Igualdade de Género, em 2021 houve 26.511 participações deste crime às autoridades, 23 homicídios em contexto de violência doméstica. Morreram 2 crianças, 16 mulheres e 5 homens. Foram presos 1.135 agressores por este crime.-----

Não esqueçamos os heróis do 25 de Novembro de 1975. Nasci em 09/06/73 e tudo o que sei sobre 1975 foi o que aprendi e ouvi em homens, como o meu pai, que me foram explicando a história ao longo dos tempos. - Infelizmente, a esquerda foi dominando os livros na escola e retirou o 25 de Novembro de 1975, e tentava, considerando que esta data é pouco relevante. Mas a realidade é que, em 1975, se não tivesse existido, hoje teríamos certamente, na Europa, um regime muito próximo daquilo que é o fim do Governo, muito próximo daquilo que é o regime cubano ou venezuelano. Mas, então, fica a questão no ar: porque fizeram o 25 de Novembro?-----

O pretexto com que fizeram o 25 de Novembro foi para tentar salvar os ideais do 25 de Abril, que foi traído na noite de 25 de Abril e traído em 26.

---



Teve uma preponderância na nossa história, demonstra perfeitamente que estamos perto daquilo que queriam concretizar com Abril. -----  
Felizmente, temos Novembro, que trouxe-nos a hipótese de fugir desta ditadura de esquerda. Poderia ter terminado com o sonho de liberdade, que conquistámos, e que todos aqueles que viveram esse momento lutaram por esta liberdade, que hoje temos, que vai sendo condicionada.-----

Nos dias de hoje lutámos de maneira diferente. Temos um PS a infiltrar-se na justiça, na administração pública, na banca, nas empresas, e a querer comandar e mandar em tudo em Portugal. A prova do que estou a dizer, temos o exemplo da visita do Presidente Lula da Silva, Miguel Alves com os 300 mil euros, o livro polémico onde António Costa é acusado de interferir na banca. Temos um governo que se acha impune, acima de toda a lei, e toda a prática que acha, onde não tem de dar satisfações a ninguém nem tão-pouco justificações. Vai-nos levar, mais cedo ou mais tarde, para a ditadura que quisemos combater a 25 de Novembro. Hoje, lutámos uma luta diferente, contra a corrupção no governo socialista, contra o progressivo anulamento da classe média, o aumento brutal dos impostos, contra a destruição dos pensionistas, pela falta de respeito pelos polícias, etc. A nossa batalha e o nosso sentimento do 25 de Novembro leva-nos a acreditar que é a nossa batalha, que ninguém vai lutar por nós, pelos nossos filhos, pelos que emigraram, pelos nossos avós.-----

Por isso, não nos peçam para reescrever a história que não deixaremos nem tão-pouco prescrever. Somos portugueses. Temos alma portuguesa e o sangue que nos corre nas veias é português. Não ignorámos a história e nunca, mas nunca, vamos desistir da nossa pátria. 25 de Novembro, sempre. Comunismo, nunca mais.” – Fim de citação. -----

-----  
Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) que disse o que, de seguida, se passa a citar:-----

“Nós estamos de acordo com todas as moções exceto duas delas, e,



portanto, vamo-nos apenas referir a elas, a estas em concreto.-----  
A primeira é a da CDU, sobre a concessão da Costa da Prata. Nós compreendemos o desejo da CDU, relativamente ao desejo de desonerar os utentes das SCUT, do pagamento das portagens. Esse desejo, estou em crer, não é exclusivo da CDU, qualquer um de nós gostaria de o poder fazer, no entanto, no mundo em que nos movemos, se não pagarmos diretamente, pagá-lo-emos indiretamente. Para além disso, o que me parece óbvio, a moção socorre-se de pressupostos que estão errados, a saber, as portagens não resolvem problema financeiro nenhum, isto é falso, porque as portagens foram introduzidas precisamente para fazer face a um imperativo financeiro do Estado português, naquela altura. Por outro lado, estas portagens, tendo o término em 2030, neste momento já se encontram a libertar fundos que são fundamentais para outros programas de mobilidade nacional, tais como a ferrovia. -----

Dizem que é uma tremenda injustiça para as populações. Isto também é questionável porque aquilo que nós entendemos por justiça é diferente daquilo que vocês entendem por justiça. Aquilo que consideramos um princípio basilar do financiamento dos investimentos públicos, particularmente feitos em determinadas zonas do nosso território, é o princípio do utilizador/pagador. A invocação da solidariedade territorial não é compreensível para estes casos, porque as regiões abrangidas por esta concessão encontram-se entre as mais prósperas do país, logo solicitar a um bragantino, a um albicastrense, a um guardense, que pague por nós aquilo que nós utilizamos, não nos parece realmente justo. Portanto, vamo-nos abster. -----

Relativamente ao voto de saudação do 25 de Novembro, não estamos, de facto, a favor. Este é um daqueles casos, Ângelo, em que a nossa história recente, apesar de recente, está envolta numa miríade de mitos e de confusões. Como me quer parecer que nenhum dos presentes na sala esteve envolvido nas movimentações militares do 25 de Novembro, resta-



nos papaguear aquilo que vamos ouvindo. E como quem conta um conto acrescenta-lhe também um ponto, também lhe pode acrescentar heróis e vilões. Ora, os intentos desta proposta, semelhante a muitas outras que vêm invariavelmente do mesmo quadrante político, têm dois intentos muito precisos. Em primeiro lugar, reduzir o papel do 25 de Abril no processo democrático português e, em segundo lugar, criar vilões e heróis nesta história que, aliás, nunca chegam a ser referidos. Nunca. Fica-se sem saber se não os referem porque não os conhecem, ou se não passa de um estratagema para fazer pairar a ideia de que estamos a falar do PCP sem se falar do PCP. -----

Meus senhores, a história demonstrou vezes sem conta que o PS e o PCP são partidos muito distintos, se dúvidas subsistissem, o discurso da Fonte Luminosa separou definitivamente as águas. No entanto, com o objetivo de atacarem o PCP sem falarem do PCP, atacam toda a esquerda democrática e o património político, cultural e social em que se traduziu o 25 de Abril. Diz-se muitas coisas sobre o 25 de Novembro, que as forças militarizadas da extrema-esquerda não avançaram porque perceberam que não tinham apoios, que a União Soviética não estava de acordo com o golpe militar porque tinha que se envolver numa guerra civil, que iria perder. Diz-se também que os dirigentes do PCP negociaram com o Grupo dos Nove, onde o próprio Álvaro Cunhal esteve envolvido, para reduzir a contenda junto de Melo Antunes. Diz-se que um dos principais derrotados daquela noite foi Jaime Neves porque não conseguiu o seu principal objetivo, que era ilegalizar o PCP, etc.-----

E assim ficamos entre estas duas teses, ou um recuo por falta de apoios, ou uma enorme engrenagem que estava prestes a ganhar vida própria. -----  
Seja como for, a quem serve esta poeira que se está a levantar no ar passados 50 anos? Mas quem, em perfeita consciência, é capaz de julgar as circunstâncias daquele tempo e dos homens e mulheres envolvidos num período conturbado da nossa história recente, como nas perspetivas de



hoje? Mas quantos nomes poderíamos evocar desses tempos que não estavam impregnados do espírito da época? Quantos perfilaram, no CDS e no PSD, que ora envergavam braçadeiras vermelhas ou não escondiam a saudade de outros tempos? De que nos serviria apontar-lhes o dedo, tanto a uns como a outros? Certamente para abrir feridas há muito fechadas e ajustar contas há muito saldadas. -----

Meus senhores e minhas senhoras, a democracia iniciou-se em 1974, consolidou-se com as eleições de 1975, que reduziram a legitimidade revolucionária, depois com a vitória da AD, que deu alternância democrática, e com a vitória presidencial de Mário Soares que eliminou os últimos resquícios do PREC. -----

A democracia foi consolidada desta forma. Não vale a pena inventarmos heróis nem vilões. Temos uma data que não pertence à esquerda nem à direita, pertence aos democratas, e essa data é o 25 de Abril. Não precisamos de outra que apenas serve para nos dividir. Portanto, votamos contra.” – Fim de citação. -----

-----  
Interveio a deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) que, aludindo ao voto de saudação apresentado pelo BE, disse que o PS tem na sua génese as questões da igualdade de género e o combate a todas as formas de violência, e, sendo a violência contra as mulheres uma dessas formas, o grupo municipal do PS não podia deixar de se associar a este voto. -----

Referiu que, aproveitando o tema e sabendo que a Câmara tem um Plano Municipal para a Igualdade de Género, gostava de saber qual é o ponto de situação desse Plano, perguntando ainda o que tem feito a Câmara para assinalar o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, para além de se associar à campanha de sensibilização da GNR, no âmbito desta data. -----

Concluindo, reforçou que o grupo municipal do PS está completamente de acordo com este voto de saudação do BE, porque o mesmo faz, cada vez



mais, todo o sentido, principalmente quando é sabido que, só em 2022, já morreram 28 mulheres em Portugal e que 62 milhões de mulheres na Europa são vítimas deste tipo de violência. -----

-----  
Interveio o membro **João Cunha** (PSD) que começou por dizer, sobre a moção da CDU pela eliminação das portagens na A29 e na A25, que consegue perceber o que foi dito pelo membro Daniel Gomes sobre a utilidade financeira das coisas, e que espera que aquele membro mantenha sempre essa perspetiva, porque nem sempre isso acontece. Referiu que vai ficar atento para, se necessário, recordar essa perspetiva, acrescentando que, anteriormente, a CDU e o PS eram muito amigos, mas que, agora, ter-se-ão zangado as comadres. Informou que o grupo municipal do PSD iria votar favoravelmente essa moção, no sentido de apelar ao Governo para desistir das portagens em questão. -----

Relativamente à moção do BE, sobre a tarifa social da água, disse que o assunto já foi diversas vezes falado nesta Assembleia e que, por diversas vezes, foi dito que a Divisão de Ação Social da Câmara tem feito um excelente trabalho. Disse saber que o BE vai continuar a insistir neste tema e, perante isso, o grupo municipal do PSD vai continuar a insistir que a Divisão de Ação Social da Câmara está a fazer um excelente trabalho de forma a que ninguém fique sem proteção, acrescentando que o PSD não considera que seja através da tarifa social da água que se vai resolver, completamente, o problema.-----

Sobre o voto de saudação e a moção a respeito da violência contra as mulheres, disse que o grupo municipal do PSD é favorável a tudo o que seja para combater a violência contra as mulheres, pelo que iria votar favoravelmente tais documentos. -----

Em relação à recomendação do CDS-PP, sobre a instalação de painéis fotovoltaicos nos edifícios municipais, disse que o PSD defende o ambiente e a eficiência energética, mas que isso já está envolvido num plano que a

---



Câmara está a fazer. Referiu que há todo um conjunto de soluções que têm de ser implementadas, no âmbito de um plano bem organizado, planeado e estruturado, salientando que não basta dizer que se vão resolver os problemas da eficiência energética com a instalação de painéis fotovoltaicos nos edifícios da Câmara. Informou que o grupo municipal do PSD iria votar contra essa recomendação. -----

Sobre o voto de saudação relativo aos 47 anos do 25 de Novembro, disse que o PSD reconhece o 25 de Abril sem problema nenhum, tal como tem a capacidade de também reconhecer o 25 de Novembro, comentando que são duas datas importantíssimas da democracia portuguesa. Disse julgar que o objetivo do voto não é atacar o PCP, pois se o é, não faz grande sentido, mas sim reconhecer o combate ao fascismo que foi travado naquela altura, acrescentando que, pelo que percebeu da intervenção do membro Daniel Gomes, a visão que o mesmo tem não é a mesma do PS, mas que cada pessoa é livre de ter a sua opinião. Concluindo, deu nota que o grupo municipal do PSD iria votar favoravelmente este voto de saudação. -----

-----  
Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“Eu não posso deixar passar esta visão que se tentou passar aqui, na apresentação do voto de saudação do Bloco de Esquerda, de que isto é uma guerra entre homens e mulheres. -----

Este é o discurso que esta direita radical nos tenta imbuir, de que há, de facto, um conflito, que há um confronto, e fá-lo com o objetivo claro de negar a realidade, que são as assimetrias que se verificam na sociedade. ---

E se, sistematicamente, ano após ano, os números da violência doméstica demonstram que sempre mais de 75% das vítimas são mulheres e mais de 80% dos agressores são homens, temos, efetivamente, um problema de assimetria de género no que concerne à violência doméstica. -----

E o objetivo da negação desta assimetria é claro, manter-se tudo como

---



está. E o que nós propomos são alterações nas políticas que promovam uma verdadeira igualdade de género, que reduzam as relações de dependência que existem em muitas relações conjugais em que, em maior frequência, a mulher está muitas vezes em situação de dependência económica do homem, e são estas situações que criam estas assimetrias. -- Como é óbvio, ninguém está aqui a dizer que todos os homens são agressores. Estamos a dizer que, no fenómeno da agressão e da violência doméstica, há uma assimetria de género. E isto tem que ficar claro e audível para todos, para que não se criem aqui guerras que não existem. --- Esta questão da luta dos homens contra as mulheres, o que faz é inibir a ação política que resolva um problema social que existe e que é inegável. --- Relativamente ao voto da CDU, e eu quero fazer disto a declaração de voto do Bloco de Esquerda relativamente a esta moção, o Bloco de Esquerda não se revê na visão imbuída do texto da proposta da CDU, onde a prostituição é entendida como violência e não como trabalho sexual. Para o Bloco de Esquerda, este entendimento é marginalizante da prostituição e desvia o foco do essencial, da importância de promover um quadro legal que reforce a proteção laboral das pessoas que fazem trabalho sexual e da promoção de programas de Saúde primários e gabinetes específicos para a denúncia de crimes e abusos associados. Não obstante, votaremos favoravelmente ao voto por concordarmos com o teor geral da proposta, que, de facto, o que se faz é um voto de saudação para com as vítimas de violência, apesar de não concordarmos com esta visão que a CDU tem acerca da prostituição. -----

Relativamente ao voto do CDS, não vou acrescentar nada de novo ao que já foi dito, aqui, pelo grupo municipal do PS. Isto, efetivamente, e mantendo-nos coerentes com esta posição, este voto de saudação representa uma golpada ideológica e, tal como foi demonstrado aqui pelo deputado municipal do Chega, é um processo de revisionismo histórico sobre as verdadeiras origens da nossa democracia. Querer saudar este



golpe militar como marco central da nossa democracia, nada mais é do que uma tentativa de relegar as conquistas do 25 de Abril para segundo plano, pelo que votaremos contra. -----

Relativamente à proposta da CDU pela eliminação das portagens, votaremos favoravelmente, e também estamos concordantes com a proposta do CDS para a instalação de painéis fotovoltaicos.” – Fim de citação. -----

-----  
Interveio o membro **João Vidal** (CDU) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“Relativamente ao voto de saudação do Bloco de Esquerda, vamos votar a favor, e queria deixar aqui a nossa declaração de voto. Dizer que, para além da dissociação que o Bloco de Esquerda falou, nós gostávamos que fossem salientadas as muitas iniciativas organizadas por mulheres e por associações, tal como o Movimento Democrático de Mulheres, e também pelos movimentos sindicais. -----

Relativamente à moção da atribuição automática da tarifa social, vamos votar contra pelas mesmas razões que já temos vindo a dizer. -----

O voto de saudação do CDS, vamos votar contra. -----

A recomendação para a instalação de painéis fotovoltaicos, do CDS, vamos votar contra porque discordamos da forma como está posta a recomendação, mas, no entanto, consideramos que era interessante a Câmara fazer um estudo de viabilidade económica desta solução.” – Fim de citação. -----

-----  
Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que disse, a respeito da interpelação feita pela deputada municipal Lia Ferreira sobre a igualdade de género e sobre a violência, que mais do que comemorar o Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres, a Câmara trata do problema todos os dias, informando que existe um gabinete



próprio, o Espaço Trevo, que trata dessa questão profissionalmente, salientando que é reconhecido o trabalho feito pela Câmara, há largos anos, contra a violência doméstica e para a proteção das vítimas. -----  
Concluindo, disse que todos os que têm o mínimo conhecimento desta matéria sabem que a Câmara de Santa Maria da Feira é, talvez, das que melhor trabalham estes assuntos em Portugal. -----

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a votação os documentos em discussão, tendo-se verificado os seguintes resultados:-----

- *Moção "Atribuição automática da Tarifa Social da Água", apresentada pelo BE:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 16 votos a favor (PS:15, BE), 32 votos contra (PSD:30, CH, CDU) e 3 abstenções (CDS-PP, IL, IND), reprovou a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

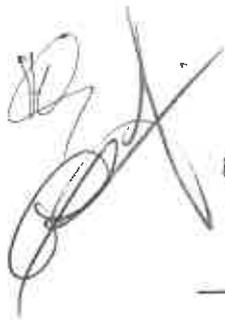
- *Voto de Saudação "Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de novembro)", apresentado pelo BE:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 51 votos a favor (PSD:30, PS:15, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND) aprovar o voto de saudação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

O membro **João Vidal** (CDU) solicitou - aquando da sua última intervenção - que fosse considerada como declaração de voto o que disse nessa mesma intervenção, no respeitante a esta matéria. -----

- *Recomendação "Instalação de fotovoltaicos de autoconsumo em infraestruturas municipais", apresentada pelo CDS-PP:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor (PS:15, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU), 30 votos contra (PSD) e 1 abstenção



(IND), reprovando a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

-----  
*Entrou o membro Carlos Seixas.*-----

-----  
*- Voto de Saudação "47 Anos do 25 de Novembro", apresentado pelo CDS-PP:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 34 votos a favor (PSD:31, CDS-PP, IL, CH) e 18 votos contra (PS:15, BE, CDU, IND), aprovando o voto de saudação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

-----  
*- Moção "Solidariedade com as mulheres vítimas de violência", apresentada pela CDU:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD:31, PS:15, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND) aprovando a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

O membro **Tiago Paiva** (BE) solicitou que fosse considerada como declaração de voto aquilo que disse na sua última intervenção, no respeitante a esta matéria.-----

-----  
*- Moção "Eliminação das portagens na A29 e A25", apresentada pela CDU: -*

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 35 votos a favor (PSD:31, BE, CDS-PP, CH, CDU), 1 voto contra (IL) e 16 abstenções (PS:15, IND), aprovando a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

-----  
Posto isto, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu a cada grupo municipal a possibilidade de usar da palavra para colocar questões à Câmara, se assim



o entendessem e de acordo com o tempo que restava a cada um. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Carlos Martins.-----

-----  
Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que começou por sinalizar o evento denominado Jornadas em Memória de António Topa, realizado no passado dia 26 de novembro, dizendo que o mesmo teve a participação da sociedade civil e marcou uma homenagem que não foi só justíssima, como muito bonita, e que também abriu pistas de reflexão sobre temas do planeamento do território. -----

Referiu de seguida que, tendo a IL um tempo limitado porque só tem um eleito, decidiu não participar no debate sobre as moções, mas que, contudo, queria dar uma nota que já teve a oportunidade de dar há uns meses, sobre a abordagem que esta Assembleia tem feito quanto aos documentos trazidos a apreciação no Período de Antes da Ordem do Dia. Disse que tais documentos cumprem, geralmente, um de três objetivos, pois ou são o calendário anual de aniversários ou dias mundiais, como se os eleitos não conseguissem chegar lá por eles próprios; ou são a caixa de ressonância do que se passa no Parlamento, para tentar mostrar que dizem o mesmo que é dito em Lisboa; ou são apenas sinalização de virtude, como se não fossem todos contra a violência doméstica, a favor da proteção do ambiente e da redução da pegada carbónica, da proteção dos mais desprotegidos, ou contra os regimes autoritários, comentando, sobre este último, que, efetivamente, nem todos são contra os regimes autoritários. ---  
Salientou que a participação que a IL tem nesta Assembleia, porque foi para isso que votaram os feirenses, visa tratar os temas concelhios, realçando que é nesses que quer investir o seu tempo e não abordar temas para sinalizar virtude, para trazer o calendário anual ou para trazer para a Assembleia os debates que são tidos no Parlamento. -----  
Assim sendo, e sobre o que se passa no Concelho, disse querer voltar a pedir o que já pediu à Câmara, por requerimento escrito datado de 16 de



setembro último, assim como na sessão realizada por esta Assembleia no passado mês de junho, e ao que ainda não obteve resposta. Referiu que abordou um conjunto de questões sobre o tema da mobilidade e dos transportes no Concelho, em que questionou sobre o estado da situação do túnel dos Passionistas, sobre a conclusão da rede viária estruturante do Concelho, nomeadamente o Eixo das Cortiças, sobre os parquímetros, sobre questões de segurança e de mobilidade para pessoas com mobilidade reduzida, sobre o programa de mobilidade suave, sobre o plano de investimentos estruturais que há para o País e com consequências para Santa Maria da Feira. Reforçou que, até ao momento, a Câmara ainda não teve tempo ou vontade de responder, acrescentando que considera importante que tais assuntos fossem discutidos nesta Assembleia.-----

Referiu que, além do mais, nos últimos dias foi possível conhecer mais dados relevantes, pedindo que os mesmos também fossem considerados pela Câmara quando esta vier a dar as respostas solicitadas. Disse que, depois de muitos anos, finalmente, Portugal tem apresentado publicamente um Plano Ferroviário Nacional, financiado pela grande quantidade de dinheiro que vem para Portugal via Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), salientando que a IL acreditou que podia ter consequências no Concelho, mas que as recentes notícias não são muito positivas. -----

Salientou que, 127 anos após ter sido anunciado o percurso da Linha do Vouga, que ligava Espinho a Viseu, passando por Vila da Feira, como era designada à época, e que na altura custou ao erário público 630 contos, existem agora milhares de milhões de euros, dizendo acreditar que está na hora de fazer algo mais no concelho de Santa Maria da Feira em termos de transporte ferroviário. Referiu que, segundo diz o Plano Ferroviário Nacional, a intenção é passar de 4,6 para 20% de utilizadores de transportes ferroviários, de 13 para 40% no transporte de mercadorias, assim como garantir que os 28 centros urbanos mais importantes do País devem estar ligados por linha ferroviária. -----



Fez notar que, uma semana depois de ter saído o Plano Rodoviário Nacional, saiu a versão final do Censos de 2021, pelo que foi analisar e verificou que Santa Maria da Feira é o 18.º maior centro urbano do país, em termos de população. Referiu que, assim sendo, Santa Maria da Feira também devia ter uma quota-parte de benefício do investimento nacional no transporte ferroviário, mas que não se encontra nada, no Plano Rodoviário Nacional, para Santa Maria da Feira. -----

Disse que a única menção que tem Santa Maria da Feira é exatamente a mesma Linha do Vouga que está desenhada há 127 anos, onde curiosamente ainda aparece mencionada como Vila da Feira, comentando que, em 127 anos, nunca mais ninguém pegou no mapa e nunca mais ninguém repensou o papel de Santa Maria da Feira na estrutura ferroviária nacional. Salientou que se fala de ambiente, de painéis fotovoltaicos, da necessidade da redução da pegada carbónica, mas que o que acontece é que continua a aparecer Vila da Feira ligada a Viseu e Vouzela, pela mesma Linha de sempre.-----

Concluindo, disse querer saber se interpretou mal os documentos ou se o Sr. Presidente da Câmara lhe vai dar uma boa notícia ao dizer que Santa Maria da Feira vai, finalmente, beneficiar do Plano Ferroviário Nacional, designadamente dos milhares de milhões de euros que chegam a Portugal para os maiores centros urbanos, em que se inclui Santa Maria da Feira. --

-----  
Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que começou por dizer que, nos últimos meses, assistiu-se à instalação do sistema de trotinetes no Município, assunto sobre o qual o BE já se pronunciou. Deu nota que o BE tem algumas reservas quanto a considerar tais equipamentos importantes para o conceito de mobilidade sustentável quando a instalação dos mesmos não obedece a nenhum princípio da coesão territorial, porque não estão distribuídos por todo o Município, nem obedece a um princípio de utilização sustentável, pelos preços de utilização elevados que estão a ser



praticados. -----

Neste âmbito, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se tem presente os custos elevados da utilização por hora deste tipo de equipamentos, e também perguntar se está prevista a introdução de algum sistema de passe que permita a utilização regular a um preço justo, à semelhança do que já acontece em outros municípios onde estes equipamentos estão instalados, como em Lisboa e no Porto. -----

Referiu de seguida que, tendo por referência a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, tal documento diz que os núcleos de planeamento e intervenção aos sem-abrigo deverão ser criados sempre que a dimensão do fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo o justifique, no âmbito dos conselhos locais de ação social ou em plataformas supraconcelhias. Disse que, perante isto, questiona se existe, em Santa Maria da Feira, um número apurado de pessoas que estejam em situação de sem-abrigo, o que inclui também as pessoas que vivem em barracões ou neste tipo de situações indignas, assim como perguntar que estratégia é que está a ser seguida no acompanhamento de tais situações, e se estes núcleos de planeamento se justificam, face aos números existentes em Santa Maria da Feira. -----

Salientou que outra questão é referente à operadora de transportes Transdev, dizendo que chegou ao conhecimento do BE que essa operadora incumpe sistematicamente os horários em rotas que faz no Município, perguntando se estão a ser tomadas algumas medidas que obriguem esta operadora a cumprir o contrato estabelecido. -----

Referiu que o BE também recebeu relatos de que uma franja da população idosa está em situação de vulnerabilidade económica, o que as impede de suportar as despesas da medicação que necessitam. Questionou se, em termos de procedimentos, estas situações são identificadas pelos técnicos que acompanham esta franja da população e, se sim, se há algum programa ou algum plano que o Município possa empregar para auxiliar



esta população que é tão vulnerável no acesso à medicação.-----

-----  
Interveio o membro **Rodolfo Castro** (PSD) que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“Como sabem, o Castelo de Santa Maria da Feira é um ex-líbris do território feirense. -----

Este símbolo do nosso concelho não o é apenas pela sua honrosa história ou mesmo pela identificação que a nossa população tem por ele, e que também já chegou às gerações mais jovens, este é um símbolo também por toda a sua potencialidade futura para o nosso município. -----

Por isso, a bancada do PSD e a própria JSD de Santa Maria da Feira, vem desta forma congratular o executivo camarário pela recente transferência de competências da gestão do Castelo! -----

Com esta medida, e apesar de ser reconhecido o excelente trabalho realizado pela Comissão de Vigilância, o facto de a propriedade do imóvel passar a ser assumida pela autarquia no âmbito da transferência de competências para os órgãos municipais, que já fazia sentido há bastante tempo, proporciona um leque de novas oportunidades para potenciar o Castelo de Sta. Maria da Feira. Um local tão importante e acarinhado pela nossa população. -----

Por isso, e porque acredito que teremos um Castelo ainda mais potenciado turisticamente e ainda mais envolvido com a nossa população, aproveito a oportunidade para questionar o executivo acerca dos principais objetivos e métodos que serão usados que justificam esta tão desejada transferência de competências.” -----

Concluindo a sua intervenção, o membro Rodolfo Castro disse querer aproveitar para também questionar ao Sr. Presidente da Câmara se estão a ser tomadas algumas medidas relativas a uma notícia que saiu num jornal nacional sobre publicidade ilegal. -----



Interveio o membro **João Vidal** (CDU) que começou por dizer que, na última sessão desta Assembleia, foi aprovado, por maioria das forças políticas, com exceção da Iniciativa Liberal, uma moção pela reabertura do balcão da Caixa Geral de Depósitos na União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande. Neste âmbito, disse querer saber se o Sr. Presidente da Câmara tem tomado diligências no sentido de pressionar o Governo, na pessoa do Sr. Ministro da Economia, sobre o encerramento do referido balcão, e se tem conhecimento de um abaixo-assinado que está a ser feito, junto da população, pela reabertura do balcão. -----  
Concluindo, questionou se a Câmara está solidária com este movimento e se tenciona reunir com os impulsionadores do mesmo para os auscultar e apoiar. -----

-----  
Interveio o membro **Virgílio Ribeiro** (PS) que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“Como todos sabemos, em 2005 foi proibida a colocação no mercado e a utilização de fibras de amianto (DL 101/2005 de 23/6), devido aos riscos para a saúde concretamente “da inalação das fibras libertadas para o ar” como refere a Direção-Geral da Saúde. -----

O Despacho n.º 6573-A/2020, estabelece a lista das escolas onde o amianto vai ser removido, a relação das escolas públicas com materiais com amianto inclui cinco estabelecimentos de ensino, em Santa Maria da Feira: Escola Básica de Argoncilhe, Escola Básica de Canedo, Escola Básica e Secundária de Arrifana, Jardim de Infância de Candal, Lobão e Jardim de Infância de Fornos, Guisande. -----

Sr. Presidente da Câmara Municipal, constata-se que depois de 2 ou 3 Orçamentos Municipais (2020-2022), temos dúvidas, se de facto as Opções do Plano e Proposta do Orçamento Municipal para 2023 – ponto n.º 4 da Ordem Trabalhos aqui apresentado – responde a este tipo de



requalificação, a saber: nos pontos, no Pelouro da Educação; -----  
2.5. Requalificação/ampliação de escolas do 1.º ciclo e jardim de infância --  
Refere a construção de novas escolas, tem como finalidade substituir  
edifícios degradados. -----

2.6. Construção, requalificação e modernização de edifícios escolares -----  
Pretende-se continuar a melhorar as infraestruturas do ensino secundário  
e requalificações... protocolos com o Ministério da Educação e a  
Municipalização da Educação. -----

2.9. PIPE – Projeto de Intervenção nos Parques Escolares -----  
Pretende-se realizar a marcação de campos, pistas de atletismo, jogos  
tradicionais. -----

Compreendemos as necessidades descritas nestes pontos, mas em  
nenhum deles se refere a tal requalificação, como aliás se pode ler nas  
escolas/JI identificados. -----

Neste sentido, questionamos o executivo, na pessoa do Sr. Presidente da  
Câmara Municipal, o seguinte:-----

1. Identifica ou não que de facto ainda falta total/ou parcialmente remover  
o amianto dos estabelecimentos de ensino/jardins de infância  
supramencionados?-----

2. É de facto um objetivo da Câmara Municipal, proceder à intervenção da  
remoção integral e substituição do amianto nestas escolas/jardins de  
infância? -----

3. Qual o ponto de situação atual das intervenções e/ou obras a efetuar,  
quanto a datas?-----

Tendo em conta, é claro, todos os procedimentos legais quanto à remoção  
de um material perigoso e terão com certeza de obedecer às regras de  
contratação pública. -----

4. Com a resolução do problema destas cinco escolas/JI, todos os  
estabelecimentos de ensino público do Concelho ficam totalmente isentos  
de materiais com amianto? -----



5. Existe inventário quanto aos edifícios públicos municipais e outros, que ainda tenham este tipo de material perigoso para a saúde? -----

6. O que pensa a Câmara Municipal fazer e com que prazos, relativamente aos edifícios públicos no nosso concelho que ainda possuem amianto no seu edificado? -----

Aguardamos os seus esclarecimentos.”-----

-----  
Interveio a deputada municipal **Mária de Fátima Oliveira** (PS) que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve:-----

“Sempre apelamos junto da Câmara Municipal para que tratasse a questão das obras da envolvente das Termas de Caldas de S. Jorge de uma forma cautelosa, uma vez que se trata de uma intervenção numa zona de grande importância simbólica para os caldenses. Como se não bastasse toda a polémica em volta de uma escassa auscultação pública, vemos agora uma continuidade na falta de sensibilidade para com os habitantes e comerciantes da zona dada a forma como estão a ser conduzidas as obras. No início do mês de novembro fomos confrontados com o encerramento do Zipzip Ilha Rest Café devido às dificuldades de acessibilidade que têm sofrido há 15 meses. Há 15 meses que a circulação na rua em frente a este estabelecimento se encontra condicionada. 15 meses, estamos a falar de uma rua com uns 300 metros.-----

Todos compreendemos que as obras trazem sempre constrangimentos, mas há mecanismos para minimizar estes constrangimentos e que não houve preocupação para que fossem aplicados neste caso. As entidades responsáveis, neste caso a Câmara Municipal, não se podem escudar neste argumento quando vemos estabelecimentos que desenvolvem a economia do concelho, que criam emprego e são a fonte de rendimento de diversas famílias impedidas de desenvolver a sua atividade. Aliás, a Câmara Municipal tem o dever de facilitar e promover a atividade comercial e

---



empresarial, principalmente depois de 2 anos de pandemia e do período de crise económica que estamos a atravessar. -----

E é importante ressaltar que não estamos apenas e só a falar do Zipzip. São pelo menos 12 estabelecimentos comerciais, de alojamento local, bares, cafés, restauração e empresas que nos têm feito chegar as suas preocupações e nos têm demonstrado um sentimento de desprezo e ignorância por parte das entidades. -----

Posto isto, pergunto: -----

A Camara Municipal tem conhecimento dos constrangimentos aqui relatados?-----

Que medidas concretas foram tomadas até ao momento pela Câmara Municipal para minimizar o impacto negativo das obras? -----

Porque razão a rua em frente ao Zipzip está a ser intervencionada e condicionada há 15 meses? -----

O que está previsto no que diz respeito ao desenvolvimento desta empreitada para minimizar os impactos negativos nos habitantes e empresários da zona?"-----

Concluindo a sua intervenção, a deputada municipal Fátima Oliveira questionou, ainda, para quando está prevista a conclusão das referidas obras. -----

-----  
Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que começou por questionar o Sr. Presidente se as obras de pavimentação que estão a ser iniciadas na zona envolvente ao Castro de Romariz vão contemplar as redes de água, saneamento e águas pluviais. -----

Questionou ainda por que é que, nas obras realizadas no Concelho, não se cumpre a legislação e as normas estabelecidas para o espaço público, para depois não ter de se remendar essas infraestruturas que são construídas de raiz, como, por exemplo, fazer o rebaixamento dos passeios junto às passadeiras e colocar piso adequado. Disse ser isso que está a acontecer



nas obras em frente ao Cineteatro António Lamoso, assim como noutros locais, onde se anda a remendar o que foi feito. -----

Referiu que as obras continuam a ser feitas sem a devida fiscalização, cometendo-se os mesmos erros, não se utilizando os materiais adequados para os respetivos espaços nem se fazendo, muitas vezes, os devidos passeios, ou seja, não respeitando as normas que são exigidas.-----

De seguida, usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos e, sobre a intervenção feita pelo membro Carlos Martins e as questões colocadas relativas aos transportes, ao túnel, à rede viária, ao Eixo das Cortiças, à mobilidade, aos comboios e ao Vouguinha, e outras, disse que o membro Carlos Martins tem de ler os documentos, nomeadamente o Plano de Atividades e Orçamento, onde estão todas as respostas, e que não se peça ao Presidente da Câmara que faça o trabalho de casa que compete aos eleitos fazer. -----

Sobre a Linha do Vouga informou que os municípios que, atualmente, são servidos pela mesma, Espinho, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Oliveira de Azeméis, têm, em conjunto, feito um trabalho permanente, desde há 5 ou 6 anos, para que a Linha não seja encerrada, tal como esteve previsto, e conseguiu-se mantê-la em funcionamento. Disse que, se a memória não lhe falha, há, no Plano Nacional de Investimentos (PNI), um investimento de 75 milhões de euros para a reabilitação da Linha do Vouga e para a melhoria das condições de circulação, acrescentando que os presidentes dos quatro municípios já reuniram duas vezes com o Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos, para falar sobre o assunto, e, ao que tudo indica, a Linha será reabilitada e também receberá mais algum material circulante. -----

No que diz respeito à ferrovia e ao facto do concelho de Santa Maria da Feira ser servido, ou não, porque está entre os maiores centros urbanos do país, disse que, sendo isso verdade, o facto é que Santa Maria da Feira

---



sofre por ter ao lado a Linha do Norte, realçando que essa proximidade é a grande questão, porque ninguém vai construir outra linha dois ou três quilómetros ao lado de uma já existente, só para servir Santa Maria da Feira. Referiu ainda que, muito perto, existem estações em Ovar, em Espinho e em Esmoriz, pelo que os feirenses estão servidos.-----

Referiu que, quanto à nova linha do TGV, que será encostada à A29 e que passará junto à zona do Europarque, já existe consenso com o município de Ovar e com a Infraestruturas de Portugal para tentar obter uma estação naquela zona, porque, apesar de ser linha de TGV, nada obsta a que, no futuro, possam nela circular outros comboios. Disse ser uma luta que não está ganha, e informou que já falou com o Sr. Ministro para insistir nessa questão, lembrando que Santa Maria da Feira também faz parte do Eixo Atlântico, que engloba cidades do Norte de Portugal e da Galiza, e que também está nos objetivos do lobby político dessa entidade fazer esta estação. Salientou que a estação, caso venha a ser construída, ficará na fronteira entre Ovar e Santa Maria da Feira, perto da A29, dizendo que concorda totalmente que é preciso apostar cada vez mais nos meios ferroviários, mas que, infelizmente, nos últimos 50 anos, o País abandonou mil quilómetros de linha, realçando que isso foi um disparate, mas que ainda se vai a tempo de recuperar.-----

Sobre a questão das trotinetes, abordada pelo membro Tiago Paiva, informou que é uma empresa que está a fazer a exploração desses equipamentos, por sua conta e risco, e que é a mesma que gere a sua relação com os clientes. Disse ser evidente que se o preço de utilização for muito caro, as pessoas não usam, e que se for barato as pessoas usam mais, reforçando que cabe à empresa decidir a sua política comercial, tendo a mesma feito um acordo com o Município para fazer a exploração durante um período experimental de um ano, tendo esse período para fazer a gestão que entender. Em relação a se está previsto algum tipo de passe para utilizar tais equipamentos, informou não estar nada previsto. -----



Quanto à questão sobre as pessoas sem-abrigo, disse que, neste momento, a Câmara não tem identificada nenhuma pessoa nessa situação, esclarecendo que estão é identificadas situações de habitação indigna. Referiu que a Estratégia Local de Habitação de Santa Maria da Feira foi tornada pública há cerca de 1 ou 2 anos e que a mesma identificava cerca de 60 casos, mas que os números já estão desatualizados, pelo que está a ser feito um novo levantamento que aponta para a existência de cerca de 100 casos de habitação indigna.-----

Sobre o incumprimento dos horários dos autocarros por parte da operadora Transdev, disse ser verdade que essa situação está a acontecer muito, mas que tem uma boa notícia para dar, informando que, no dia de ontem, a Área Metropolitana do Porto (AMP) finalmente assinou o contrato com o agrupamento Xerpa e Monbus, da Galiza, que ganhou o lote de transportes que inclui o município de Santa Maria da Feira.-----

Disse que o processo anda a arrastar-se nos tribunais há quase 3 anos, devido a litigâncias, mas que agora vai para visto do Tribunal de Contas, salientando que, se tudo correr normalmente, os transportes públicos rodoviários no Concelho estarão em funcionamento, o mais tardar, em setembro de 2023, mas que, até lá, haverá algumas dificuldades. Referiu que têm havido muitas reclamações, não apenas sobre a Transdev como de outras operadoras, e que a AMP, que é a entidade gestora, vai tentando resolvê-las.-----

Sobre o apoio à população idosa realçou que a Câmara tem os seus serviços de apoio social e que existem várias IPSS no território, com técnicos pagos pela Segurança Social, para fazer o acompanhamento e dar ajudas pontuais às pessoas necessitadas, seja para medicamentos ou para outro tipo de despesas. Disse julgar que essa situação está a ser salvaguardada, reforçando que é o Estado que financia este tipo de apoios e que, complementarmente, a Câmara também apoia quando há necessidade.-----

---



Prosseguindo, agradeceu as congratulações feitas pelo membro Rodolfo Castro a propósito do Castelo. Informou que a gestão do Castelo, pelo processo da descentralização, passou para o Município, tendo sido recentemente assinado o auto de transferência, acrescentando que o objetivo é, primeiramente, assegurar a manutenção e conservação do Castelo, tendo em conta os gravíssimos problemas que o mesmo tem. Disse que já está a decorrer uma empreitada, no valor de 700 mil euros, porque a muralha sul/poente estava com uma fenda muito grande e corria o risco de ruir, dando nota que a edição deste ano do Perlím não vai utilizar o Castelo, porque ele não oferece condições de segurança e está em obras. Reforçou que o Castelo tem uma série de problemas complexos, e que vai ser preciso gastar muito dinheiro nas obras de que carece, acrescentando que a Câmara quer aproveitar o momento das obras para também dotá-lo de outras valências, como tornar visíveis alguns dos espaços do Castelo que, neste momento, não são visitáveis, como o poço e outros. -----  
Referiu que também há a ambição de criar um espaço de eventos dentro do Castelo, comentando que já existe um, que é muito procurado e utilizado, mas que se pretende potenciar essa situação, assim como garantir a acessibilidade para todos, dentro do possível, lembrando que os castelos foram construídos exatamente para não serem acessíveis, para impedir as pessoas de entrarem neles. Disse que o anteprojecto, que foi feito por uma equipa liderada pelo Arquitecto Casal Ribeiro, já está elaborado e já obteve o parecer favorável da Direcção Regional de Cultura do Norte, pelo que, se tudo correr bem, será transformado num projecto de execução. Deu nota que a Câmara irá, nos próximos meses, apresentar publicamente esse projecto para que as pessoas tenham a oportunidade de perceber o que se pretende fazer e, eventualmente, darem alguma achega, para, depois, se arranjar dinheiro para pagar as obras, ressaltando que tais intervenções são sempre muito caras. -----  
Sobre a questão da publicidade ilegal disse ter surgido recentemente, na



imprensa, segundo julga, no Jornal de Negócios, que Santa Maria da Feira é um dos concelhos onde o problema é mais grave. Disse que tal corresponde à verdade e que é inaceitável o que está a acontecer, ressaltando que há operadores privados que, à socapa, vão colocando tais painéis publicitários, surripiando o espaço público. Informou que, não tendo a Câmara pessoal suficiente para fazer a remoção, vai lançar um concurso para selecionar uma empresa que irá fazer esse trabalho de remover tudo o que seja ilegal. -----

Relativamente à questão colocada pelo membro João Vidal sobre o encerramento do balcão da Caixa Geral de Depósitos na União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande, informou ter reunido com a administração daquele banco, tendo-lhe sido dito que a situação é irreversível e que, cada vez mais, serão reduzidos balcões devido à competitividade e à informatização que veio permitir que se façam as operações bancárias à distância. Referiu que a Câmara tem em mente um projeto para tentar mitigar o encerramento desse balcão, mas que a solução não passa pela sua reabertura, o que foi confirmado pela própria administração do banco. -----

Sobre a questão do amianto nas escolas, colocada pelo membro Virgílio Ribeiro, salientou que há três escolas que eram do Estado central e que, há poucos meses, passaram para a competência da Câmara, que estão cheias de amianto, designadamente, se a memória não lhe falha, as EB 2,3 de Lourosa, de Lobão e de Argoncilhe. Quanto ao jardim de infância referido, disse que irá esclarecer a situação e, caso se confirme a existência de amianto, a Câmara procederá à sua remoção. Disse que a Câmara já promoveu a remoção do amianto em quase todas as escolas, que pode haver uma ou outra em que tal ainda não tenha acontecido, talvez até por se tratar de alguma escola que, neste momento, não esteja a ser usada. Fez ainda notar que o amianto só é perigoso quando o material que o contém é mexido, pois se não for, não são libertadas as partículas e não causa

---



perigo. -----

Em relação à questão colocada pela deputada municipal Fátima Oliveira, sobre as obras na zona envolvente às Termas de S. Jorge e os incómodos que estarão a causar aos comerciantes, disse que, desde o início das obras, o acesso pedonal foi sempre garantido e, sempre que possível, manteve-se o acesso às viaturas, dando nota que apenas num ou noutra momento não foi possível garantir o acesso às viaturas. Referiu que a intervenção apresentou algumas dificuldades, dando nota que, quando foram feitas as escavações e abertos os túneis, verificou-se a existência de tubagens e canalizações ilegais de esgotos, e outros aspetos que necessitaram ser corrigidos, acrescentando que o espaço vai ficar extremamente bonito, e a previsão é que a obra termine nos primeiros quatro meses de 2023. -----

Sobre o encerramento do café Zipzip disse ter visto nas redes sociais o anúncio dramático do encerramento do mesmo por causa das obras, e, curiosamente, duas ou 3 semanas depois, soube da alegre notícia da abertura do Zipzip, comentando que, afinal, parece que o mesmo esteve encerrado por motivo de férias. Referiu que o acesso pedonal ao Zipzip foi sempre garantido, que é natural que o negócio se tenha ressentido um pouco, mas que espera que na próxima Primavera a zona já esteja em pleno funcionamento e o Zipzip, assim como os demais negócios da envolvente que podem ter sido afetados, recuperem rapidamente. -----

Disse não ser verdade que o projeto não foi discutido, realçando que o mesmo foi exaustivamente discutido, que foi apresentado publicamente na Assembleia de Freguesia, que foi feita uma discussão totalmente aberta, e que a mesma foi do conhecimento de todos, pelo que só não participou quem não quis. -----

Em relação às questões colocadas pelo membro Ângelo Santos informou, quanto a se a obra de pavimentação junto ao Castro de Romariz vai contemplar as redes de água e de saneamento, que julga não contemplar porque não se prevê que aquela via venha a necessitar dessas



infraestruturas, mas que terá de se informar melhor pois não conhece os pormenores da obra. -----

Sobre a questão das obras que não cumprirão os requisitos legais, realçou que, nas obras feitas de raiz, têm de prever todas as necessidades exigidas. Referiu que, por exemplo, a Câmara está a prever fazer uma intervenção de fundo na zona central da cidade, na rua Comendador Sá Couto e outras, e, para tal, já contratou o projeto a uma empresa da engenheira Paula Teles, que é perita nestas matérias. -----

Disse que o que acontece, por vezes, é a colocação de um piso novo numa estrada, mas que isso não pode ser considerado como uma obra de raiz, pois não passa de uma manutenção ou de uma repavimentação, ressaltando que, de facto, estão a ser feitas algumas intervenções na zona do cineteatro, mas que julga que as mesmas respeitam os direitos de circulação que têm as pessoas deficientes. -----

Concluindo a sua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara pediu ao membro Ângelo Santos que fizesse chegar à Câmara a situação em concreto a que se reporta, para a Câmara a corrigir, caso necessário. -----

#### PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

##### **1 - Ata N.º 7 – Sessão Ordinária de 23 de setembro de 2022 -----**

O **Sr. Presidente da Assembleia** submeteu a apreciação dos senhores membros a ata em epígrafe, que lhes foi oportunamente disponibilizada, dando nota que os membros que não estiveram presentes na referida sessão não poderiam participar na votação da respetiva ata. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 41 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe. -----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros Cláudia Santos, Jorge Paulo Pereira, Rosa Silva, Lécio Dias, Tiago Paiva, João Vidal, Rui Filipe Pereira, César Resende, Armando Teixeira, Nuno Joel Rocha e Alberto Tavares. -----



**2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município --**

O Sr. Presidente da Assembleia introduziu o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício remetido à Mesa pelo Sr. Presidente da Câmara (com o registo de entrada n.º 16.919, em 23/11/2022, na Divisão de Administração Geral), relativo ao V Relatório de 2022, anexo que sintetiza a atividade financeira do Município, a capacidade de endividamento, a listagem das obras e fornecimentos adjudicados e contratados, bem como o prazo médio de pagamento a fornecedores – documento oportunamente disponibilizado aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Verificando que nenhum membro pretendeu intervir a respeito desta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento da informação em referência.-----

**3 – Criação das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô por desagregação da União de Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô-----**

O **Sr. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício remetido à Mesa pelo Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias em referência (com o registo de entrada n.º 21.569, em 18/11/2022, na Divisão de Administração Geral), fazendo ainda alusão ao ofício do Sr. Presidente da Câmara a informar do parecer favorável dado pela Câmara sobre o mesmo (com o registo de saída n.º 16.921, de 23/11/2022, da citada Divisão) – documentos oportunamente disponibilizados aos membros desta Assembleia Municipal e cujos teores se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que disse que, à



semelhança do que aconteceu em situações similares anteriores, de outras Uniãos de Freguesias, houve uma proposta da Assembleia de Freguesia de São Miguel de Souto e Mosteirô para a desagregação, e a Câmara deu o seu parecer favorável.-----

Posto isto, e após verificar que o Sr. Presidente da respetiva Junta de Freguesia não pretendeu intervir sobre a matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao membro João Vidal.-----

Interveio o membro **João Vidal** (CDU) que disse querer reforçar que a CDU, desde o início, esteve do lado da população e dá o seu bem-haja à população de São Miguel de Souto e de Mosteirô por ter conseguido avançar mais um passo para que se faça justiça. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD:31, PS:15, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar a proposta de criação da Freguesia de São Miguel de Souto e da Freguesia de Mosteirô, por desagregação da União de Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô. -----

*Entrou o membro Valdemar Silva.*-----

#### **4 – Opções do Plano e Proposta do Orçamento Municipal para o ano de 2023**-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 21 de novembro de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----



Interveio o membro **João Vidal** (CDU) que começou por dizer que a CDU ficou impressionada com a afirmação do Sr. Presidente da Câmara de que todos os munícipes do Concelho já dispõem de médico e enfermeiro de família e que já não existe lista de espera, questionando de onde veio essa informação. -----

Referiu que o Sr. Presidente da Câmara também tem afirmado que uma das prioridades é a criação de emprego no Concelho, salientando, neste âmbito, que a CDU fica perplexa por apenas estar proposta a verba de 80 mil euros para o programa de Campanha de Assistência Veterinária, para prestar apoio veterinário e para a campanha de esterilização de cães e gatos domésticos e errantes. Questionou, a este respeito, se não faria mais sentido a contratação de profissionais e a criação de meios para que tais serviços fossem prestados pela própria Câmara, em vez de contratar empresas privadas para esse efeito. -----

Relativamente à habitação, questionou o porquê de a Câmara não lançar um programa mais ambicioso, em vez de estar passivamente à espera de dar oportunidades de negócio aos privados. -----

Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“O Orçamento municipal para o ano de 2023 é de cerca de 97 milhões de euros. -----

Vamos falar das questões mais políticas e mais transversais. -----

Eu, nestes cinco minutos, queria enunciar algumas notas muito rápidas. --  
Primeiro, sobre a forma em que são apresentados estes documentos. Penso que todos temos consciência disso, aliás, já temos vindo a falar em sessões anteriores e também pelos colegas deputados, há aqui um grande esforço dos serviços da Câmara, há um grande esforço dos técnicos, há um grande esforço dos seus políticos, mas, de facto, o produto final torna-se de muito



difícil leitura, de muito difícil sistematização, não se fazem comparações, enfim. -----

Maior parte das vezes, estes textos longos repetem-se, ano após ano, o mesmo tipo de projetos, com a mesma descrição, e Sr. Presidente, não é muito claro aquilo que pretende, de facto fazer de novo, aquilo que é o dia a dia da atividade de cada um dos serviços. -----

A fundamentação dos investimentos, que é aquilo que mais nos preocupa. - 97 milhões de euros. -----

Vê-se muito pouco sobre o porque é que cada coisa custa aquilo que custa, muito pouca fundamentação, muito poucos estudos de viabilidade. -----

Cada euro tem um custo no cidadão, que deve ter um resultado na vida pública, e é muito pouco quantificado o resultado. -----

O Sr. Presidente fala muito da lógica de gestão empresarial, estamos inteiramente de acordo que a visão empresarial na gestão desta câmara. ---

Apresenta resultados, apresenta objetivos, quantifica esses resultados, apresenta formas de medir esses resultados, de monitorizar, e monitorizar por entidades externas. Muitas vezes fala-se aqui em indicadores, mas são a própria Câmara, os próprios serviços que os medem, por isso fica a questão da transparência. -----

Penso que estamos numa altura de apresentação para algo mais século 21. Melhorar estes documentos, torná-los mais legíveis, torná-los mais suscetíveis de debate, de discussão, e, inclusive, serem mais legíveis por parte da população. -----

Porque, se não for bem reconhecido, se não for bem comunicado, ele não será transparente e não será escrutável. -----

Trata-se de um acréscimo em relação ao ano anterior de 11%, ou seja, cerca de dez milhões a mais, que “resultam essencialmente da transferência de competências na área da Educação”. A construção do novo edifício dos Paços do Concelho e a requalificação urbana da zona da Cruz são os dois “grandes projetos” apresentados. A este montante será



adicionado o saldo a transitar das contas de 2022, que se estima que seja de “cerca de 50 milhões de euros”. -----

Sr. Presidente, é muito bom termos um município que é equilibrado nas suas contas, que cumpre os seus rácios legais, que tem prazos de pagamento curtos, que manifesta uma situação financeira estável, até porque, esta preocupação em manter contas saudáveis, em manter rácios equilibrados, é bom para o Município, é pena ser à custa dos impostos mais elevados, espero que seja possível ter contas certas e equilibradas com, também, incentivos maiores para as empresas e as famílias, nomeadamente através de incentivos de nível fiscal. Este orçamento “também reflete o facto de estarmos com uma tendência inflacionista nos tempos que se avizinham, próxima dos dois dígitos, o que nos obriga a ter alguma contenção e cautela acima de tudo! Os custos de energia se prevê triplicar a fatura”. As principais prioridades serão o “desenvolvimento económico, a saúde, habitação, mobilidade, requalificação dos centros urbanos, o ambiente, coesão social e a valorização do nosso património qualificado”. -----

Portanto, não se nota essa dimensão prioritário naquilo que até podia ser prioritário, e que o Sr. Presidente referiu como sendo prioritário. Os documentos não o demonstram, são dúbios. Em termos de desenvolvimento económico e emprego, a aposta será na “atração de investimento potenciador de emprego qualificado e mais bem remunerado”, em especial de empresas e projetos ligados à “saúde; tecnologias de informação, comunicação e eletrónica; e ligadas ao setor do luxo em produtos clássicos”. Na Economia fala-se muito na importância estratégica, e concordo da importância estratégica que tem no desenvolvimento empresarial no Concelho, mas fala-se muito pouco sobre os incentivos que se traz às empresas, como já disse, por exemplo, fala-se pouquíssimo sobre a reformulação, reorganização, remodelação, e renovação das zonas industriais. -----



Não há nada em concreto na política municipal, em nenhum dos pelouros, que tenha incentivos específicos para esses setores, que tenha a preocupação de qualificar recursos humanos nesses setores, de atrair investimento especializado nesses setores, nomeadamente pela via da comparticipação, por exemplo, em algumas áreas de investimento, ou incentivos fiscais, ou outros. No âmbito da saúde “a conclusão da Unidade de Saúde Familiar (USF) de S. Paio de Oleiros/Nogueira da Regedoura as unidades de saúde de Canedo e Milheirós de Poiães, e a transformação de uma escola para a Unidade de Saúde de Romariz, bem como a ampliação da USF de Rio Meão, para a USF de Fiães e um projeto para um novo parque de saúde da cidade da Feira. Um único edifício, num terreno junto à GNR, que aloje todos os serviços de saúde da Cidade”, obras dignas de referência e grande necessidade. Na educação, “grande desafio a manutenção e conservação dos edifícios”. “Prevê arrancar com a construção do novo Centro Escolar da Feira, na antiga Escola Fernando Pessoa. Também vai apostar na renaturalização dos espaços dos recreios”. Sr. Presidente, e já agora como está a situação do liceu de Paços de Brandão? Foi pedido o alargamento da oferta do ensino secundário há + ou - 4 anos à data. Segundo sabemos ainda não há resposta por parte do executivo. O PDM na CM Feira tem especificado o alargamento nesta escola especificamente? Sabemos que todos os anos transitam para concelhos vizinhos cerca de 120 alunos Feirenses para Espinho, entre outras cidades e escolas. Já há várias queixas pois existe falta de transportes, o transporte é caro e obriga a gastos desnecessários às famílias e aos próprios alunos quando poderiam ser colmatadas essas lacunas com salas e espaços que estão fechados no ISPAB. Temos de pensar nestes jovens, formando-os, alocando e adaptando as suas formações para o tecido industrial do concelho, através do processo evolutivo de turmas desde o ensino básico para o ensino científico e ou normal. Os encarregados de educação dos alunos que estão nos 1ºs anos são a favor deste modelo de

---



ensino, concordam e já foram auscultados pela escola, só faltam as condições para lecionar, que são as salas e laboratórios. -----

No que diz respeito à Educação, fala-se da importância que tem nesta nova distribuição de competências, o facto do município receber aquelas competências, mas achamos que são competências com muito pouco impacto, de facto, naquilo que é a alteração do modelo educativo. -----

Nós precisamos de uma revolução educativa, precisamos de trabalhar soluções. -----

Outro grande desafio, não só no Concelho, mas em todo o país, é na habitação. Aprovou-se a Estratégia Local de Habitação. Há um programa muito forte no PRR para financiamento à habitação. Queremos nos próximos anos aumentar muito o parque habitacional do Município, quer de arrendamento, quer de preços de venda mais acessíveis”. E como está a nossa habitação social, ou a habitação a custo controlados? Está efetivamente ocupada a 100%? Quais são as condições de habitabilidade nesses espaços e quem são as famílias que estão lá alojadas? São feirenses, são de outros concelhos, são estrangeiros? -----

Nos centros urbanos e reabilitação da rede viária “a conclusão da 10.<sup>a</sup> fase de pavimentações e arrancar com a 11.<sup>a</sup>, a marcação rodoviária e sinalização vertical dos arruamentos”. E os problemas que são crónicos ano após ano nas nossas freguesias e no nosso concelho? Por exemplo: Rua da Azenha, quando chove, mais vale pedir um barco à Transtejo para circular nesta rua. A população já se queixou à Junta, que diz que a responsabilidade é da Câmara, a Câmara diz que é a Junta que tem de solucionar este caso e andamos num jogo de ping-pong durante estes anos. Não percebemos, existem problemas identificados, mas aparentemente sem solução ou vontade para solucionar. -----

Na área desportiva, a obra da Piscina de Canedo, a pista de atletismo de Sanfins. Sr. Presidente, a piscina tem as medidas necessárias para a realização de provas para o campeonato nacional? Volto a questionar pois



atendendo aos resultados que os atletas do feirense têm tido e aliando os novos acessos entre Canedo e o Porto acho que seria uma mais valia ter um espaço com condições dignas para realizações destas provas e assim também auxiliaria indiretamente o comercio na região envolvente à mesma. Santa Maria da Feira não é só a cidade ou meia dúzia de freguesias, é o concelho no seu todo.-----

Uma nota sobre o Castelo de Santa Maria da Feira, cuja transferência para a Câmara foi consumada recentemente. “Já tem um conjunto de projetistas a trabalhar para uma aprovação do anteprojeto da Direção Regional da Cultura do Norte. É um investimento avultado, estimado em quatro milhões de euros”. As 4 torres são conhecidas além-fronteiras, e o nosso castelo para além de ser o mais bonito de Portugal é um dos ex-libris daqui do nosso concelho. -----

No ambiente, “reabilitação das zonas ribeirinhas, a valorização das linhas de água e a preservação da biodiversidade”, o “ecossistema fluvial do Uíma”: -----

Muito se fala em passadiços, em percursos pedestres, em ciclovias, mas não se fala, por exemplo, das descargas poluentes das linhas de água. -----

Não se fala absolutamente nada, do facto dos nossos resíduos sólidos serem ainda, a nível da sua recolha, insuficiente para a maior parte dos municípios. -----

Fala-se mais e mais em ciclovias e em passadiços como se isso fosse a grande solução ambiental. -----

Mas não se fala da ligação ao Metro, não se fala de ligação à linha ferroviária, não se fala do estudo do traçado do TGV, não se fala de novos eixos viários no Concelho que alterem o nosso sistema de transportes e mobilidade. -----

Na área da coesão social, “o plano de ação para as comunidades desfavorecidas da Área Metropolitana do Porto (AMP), 8,2 milhões destes para Santa Maria da Feira”. A terminar, “dois grandes projetos”: “o novo

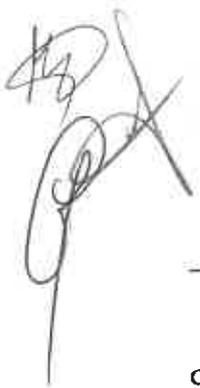


edifício dos Paços do Concelho, que será um investimento para os próximos anos. A outra grande obra é a requalificação urbana da zona da Cruz. Fruto do crescimento da Cidade, temos muitos estrangulamentos de trânsito. A Câmara Municipal disponibilizou-se para fazer o projeto de execução para a seguir o estado central avançar com a obra”. Mas para quando o início das obras? No próximo mandato ainda andaremos a falar deste assunto? -----

Note-se que temos a cidade dividida em 2. De um lado a cidade velha e de outro a nova cidade “Os passionistas”. Falta bastante futuro neste orçamento, pouco ambicioso para os grandes desafios deste século. Estar a discutir um orçamento, do século XXI, quando pouco difere de um orçamento do século XX, entristece-nos. Não vislumbramos uma resposta clara às grandes questões que este mandato deve ter, que são, por um lado, como recuperar o impacto económico e social da Covid19, que achamos, no nosso parecer, que devia merecer um capítulo próprio e aparece de forma distribuída.” -----

-----  
Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que começou por referir que não tinha muito a acrescentar face ao que já disse em 2021, salientando que, ao ler os documentos em discussão, a questão que deve ser colocada é para que serve uma câmara municipal, o que é que faz bem e mal e como pode fazer melhor, pois recebe o dinheiro dos munícipes e deve devolvê-lo em bem-estar para a população, ressaltando que é esse o papel que se espera de uma câmara municipal e que é isso que deve ser avaliado. -----

Referiu que, na opinião da IL, um município serve para três aspetos principais, um dos quais para servir de autoridade quando tem de ser, pois há coisas que só a câmara pode fazer, como passar licenças. Disse que uma câmara tem esse império da autoridade que a lei lhe concede, e que o deve fazer com um princípio, que não é o empresarial, mas sim o da transparência, de escrutínio, para se saber até que ponto é que cumpre,



---

com rigor e com transparência, esse poder. -----  
Salientou que um outro papel que tem é o de prestar serviços públicos, como tratar das ruas, da limpeza, da água, dos jardins, dos espaços verdes e outros, dando nota que tais serviços são pagos pelos munícipes, os quais devem querer o melhor possível em termos de resposta da Câmara. Realçou que, para a IL, não interessa se esses serviços são prestados pela própria Câmara ou se por uma empresa contratada, ressaltando que aquilo que interessa é que sejam prestados com eficiência, na melhor relação possível entre o mínimo de custo e o máximo de benefício. -----  
Referiu que uma terceira dimensão do papel de uma câmara municipal é desenvolver socialmente o território, realçando que, nessa matéria, o critério não é empresarial e também não é o da transparência, mas sim até que ponto é que se desenvolve a educação, a saúde, a cultura, tornando as pessoas humanamente mais desenvolvidas e preservando o bem-estar coletivo. Fez notar que, aí, todo o dinheiro é pouco porque nunca há uma satisfação absoluta destes princípios, pois a população nunca terá todo o serviço de saúde que precisa nem toda a educação e cultura que era bom que tivesse. Salientou que, neste âmbito, não é a quantidade de dinheiro que mais interessa, mas, acima de tudo, a forma eficiente com que se garante que tais serviços são prestados com os recursos disponíveis, assim como poupar noutras áreas para que sobre mais para esta dimensão. -----  
Referiu que um município, sabendo que recebe o dinheiro dos contribuintes para fazer este trabalho, deve tentar evitar tirar do seu bolso para o poder fazer, acrescentando que a população está a empobrecer e a envelhecer e, assim, a precisar de mais serviços de saúde, para além de que o Município continua a ter dificuldades na área da mobilidade, entre outras. Salientou que o Município precisa de investimentos estruturantes, realçando que o que esperava era, ao olhar para estes documentos, ver uma resposta para estas questões. -----  
Salientou que, numa primeira nota, os documentos em apreço deviam,

---



desde logo, ser apresentados de forma a que se conseguisse ler o que é estratégico e onde está a aposta na transparência, na eficiência, na prestação do bem-estar público, e se os recursos humanos, técnicos e financeiros são geridos de forma correta e equilibrada. Disse não ter conseguido encontrar resposta a nenhuma destas questões porque o documento está mal construído, realçando que há centenas e centenas de páginas, com projetinhos e açõezinhas que, muitas vezes, se repetem, se contradizem e nem se percebe que objetivos pretendem cumprir, comentando que há municípios que elaboram estes documentos de muito melhor forma. -----

Disse que Santa Maria da Feira tem uma gestão municipal que não lhe parece desequilibrada, que é séria e rigorosa, mas que não é isso que está em causa, ressaltando que aquilo que está em causa é a apresentação de tais documentos a quem tem de decidir em nome das pessoas que votam e que pagam os seus impostos, de forma a que possam escrutinar o trabalho e os resultados obtidos e saibam como é gasto o dinheiro dos contribuintes, rogando ao Sr. Presidente da Câmara para que seja feito um esforço neste sentido. -----

Prosseguindo a sua intervenção, o membro Carlos Martins disse que a segunda nota que queria dar é uma questão orçamental, comentando que a Câmara é rigorosa nas suas contas e tem tido uma boa avaliação a esse respeito, em comparação com outros municípios, o que é de saudar. Referiu que, no entanto, está-se a falar de 150 milhões de euros, os 97 milhões de euros que estão no Orçamento para 2023 mais o saldo que irá transitar das contas de 2022, de cerca de 50 milhões de euros, comentando que isso é muito dinheiro e que a pergunta que o Município deve colocar é se pode conseguir fazer melhor com os mesmos recursos, ou até gastar menos, para fazer o mesmo que já faz hoje. -----

Referiu que Santa Maria da Feira continua a ter dos impostos diretos mais elevados da região, salientando que quando se diz que a Câmara precisa



desse dinheiro porque as coisas estão mais caras, o certo é que as coisas também estão mais caras para os contribuintes, que também têm de pagar a energia, a gasolina e os produtos alimentares mais caros, a quem faz falta o dinheiro que pagam a mais de IMI relativamente ao que é pago nos concelhos vizinhos. -----

Disse que a receita desses impostos está a crescer 10% no orçamento municipal, estando a cobrir a inflação, mas que os rendimentos dessas pessoas não estão a subir de forma a cobrir a inflação, ressaltando que prestar atenção a essa questão, acudindo aos que mais precisam, também é serviço público. -----

Salientou que a lei não diz que os municípios têm de cobrar as taxas máximas, pois dá uma margem, mas que o município de Santa Maria da Feira escolhe cobrar as taxas mais caras quando as pessoas precisam desse dinheiro no seu bolso, acrescentando que, muitas vezes, aquelas que mais precisam são aquelas que acabam por pagar os impostos, porque é sabido que nem todas pagam. -----

Salientou que o orçamento é bem gerido sob o ponto de vista financeiro, mas que se deve começar pela questão prévia, sobre se este é o orçamento que o Município precisa face a um concelho que é carente, em que as pessoas ganham abaixo da média nacional e estão numa situação financeira e económica complicada. Disse não ver essa reflexão tida no documento, comentando que se parte do pressuposto que é para pagar as taxas máximas e ponto final, acrescentando que, em Santa Maria da Feira, sendo certo que nem todas as taxas aplicadas são as máximas, são, de facto, mais elevadas do que a média. -----

Referiu que outra questão prende-se com a fundamentação dos investimentos, dizendo, como aparte, que existe um conjunto de mapas financeiros muito difíceis de ler, até pela escala em que são apresentados e por, alguns deles, por se tratarem de fotocópias digitalizadas, conterem números ilegíveis, comentando que devia haver mais cuidado nesse aspeto.



Disse existir uma lista gigante de projetos que não têm valores à frente e, depois, uma lista gigante de valores que não têm projetos ao lado, realçando que, desse modo, é muito difícil fazer a ligação entre as intenções e o custo real, reafirmando que 150 milhões de euros é dinheiro e as metas devem ser claras e a fundamentação ainda mais clara. -----

Referiu parecer-lhe que muitos textos são copy-paste do documento apresentado em 2021, ou até dos apresentados nos mandatos anteriores, comentando que se começa um ano novo, mas, para a Câmara, não é um ano novo, é um ano igual ao anterior. -----

Disse que a IL defende o princípio do orçamento base zero, em que, cada vez que se começa a elaborar o orçamento para o ano seguinte, se deve avaliar o que foi feito e questionar se se justifica, ou não, realizar novamente uma determinada festa ou ação. Referiu que o orçamento base zero é um bom princípio da gestão pública que muitos municípios em Portugal já seguem, e que a lei permite, mas que não é sequer colocada essa opção na gestão do município de Santa Maria da Feira. -----

Prosseguindo disse que, feita esta avaliação mais genérica, queria deixar algumas questões mais concretas, uma das quais relativamente aos fundos comunitários. Disse ser sabido que, em Portugal, 80% do investimento público, seja do Estado Central ou dos Municípios, vem dos fundos comunitários, pelo que questiona, face à importância estratégica enquanto fonte de financiamento dos investimentos que são precisos, qual o estado de situação em relação ao fecho do programa Portugal 2020 e o que é que se espera que seja o Portugal 2030, designadamente se já há regulamento para esse programa e se já há projetos do Município prontos para serem apresentados. -----

Questionou ainda, em relação ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), qual foi o benefício e qual é a expectativa, perguntando, quais são os investimentos estruturais do Município que se espera venham a ser financiados por esta via. -----



Disse também querer questionar qual é o plano que existe para garantir a coesão das freguesias, salientando que, no investimento municipal, não há coesão nem equilíbrio, verificando-se uma desproporção entre alguns núcleos urbanos e o resto do Concelho. Perguntou como é que se corrige essa questão, se é pela via da transferência de mais dinheiro para as juntas de freguesia ou pela via de uma distribuição equitativa desse investimento, não no sentido de tratar igual o que é diferente, mas sim no sentido de acuidade, de modo a garantir que todos os feirenses beneficiam de ter uma Câmara Municipal com 150 milhões de euros. -----

Referiu que a última pergunta prende-se com o processo da transferência de competências do Estado central, em que a Câmara não é responsável, mas sim uma vítima. Disse que, pelo que se vai percebendo, foi um presente envenenado, em que os municípios foram obrigados a levar com esse presente e com esse veneno sem o respetivo cheque, questionando qual é a avaliação que a Câmara faz do 1.º ciclo dessa transferência, designadamente em que situações é que o valor transferido é inferior à despesa que o Município tem. -----

Mencionou que a IL tinha perguntado se havia, ou não, escolas com amianto que foram transferidas para a gestão municipal, e que lhe foi respondido que não, mas, afinal, há, tal como existem problemas infraestruturais graves em muito daquilo que é o parque escolar. -----

Concluindo a sua intervenção disse que gostava de saber, por exemplo, qual é o défice entre aquilo que passou a ser de custo adicional e aquilo que passou a ser de receita, ou seja, qual é o peso que os feirenses estão a pagar por um processo gerido pelo Estado central de forma capciosa. -----

-----  
Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que começou por dizer que o CDS-PP congratula-se por Santa Maria da Feira ser, na lista de 308 municípios, o segundo com a melhor gestão financeira. Referiu que a boa gestão financeira, para quem está a gerir situações do domínio público,



não devia ser uma regra, mas sim uma obrigação, pelo que deu os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara pela forma como o Município está, nesse âmbito, a ser gerido.-----

Disse que, contudo, lamenta que Santa Maria da Feira tenha carências diagnosticadas, estudadas, apresentadas e projetadas há mais de 30 anos e para as quais não se vê solução à vista, acrescentando que tais carências dizem respeito à mobilidade, à habitação, às infraestruturas, ao meio ambiente, ou seja, a quase todos os parâmetros vertidos no documento em apreço.-----

Referiu que começava por colocar uma questão muito simples respeitante ao ambiente, dizendo que, numa sessão anterior desta Assembleia, questionou ao Sr. Presidente da Câmara por que motivo se andava a plastificar espaços públicos, e que este lhe respondeu que tal é uma boa prática ambiental, que permite poupar água e recursos humanos na manutenção desses espaços. Neste âmbito, disse que o seu espanto advém de que se vai preparar espaços públicos, com a plantação de flores, para que as abelhas as possam polinizar, questionando se se vai retirar o plástico desses espaços para, agora, colocar neles o que devia ter sido colocado desde o início. -----

Disse estar muito preocupado com o ecossistema, com os passadiços, com os rios e com a degradação existente nalguns espaços, salientando que o Concelho tem, felizmente, uma atividade industrial muito intensa, mas que também tem uma falta de planeamento dessa atividade, levando a que essa mais-valia, que tem sido o motor do desenvolvimento do Concelho, provoque, por vezes, danos ambientais muito graves porque não é acompanhada das devidas infraestruturas. Disse que essa situação já é conhecida há 30 anos, e que o desenvolvimento vai ser uma constante porque as coisas continuam a evoluir, pelo que o Sr. Presidente da Câmara tem de ter a coragem de tomar medidas e de se debater, junto de quem de direito, no sentido de que as instalações sejam feitas cumprindo as devidas



Santa Maria da Feira  
assembleia municipal

pág. - 740 -

SESSÃO: ORDINÁRIA

DATA: 30/11/2022

regras, porque a proteção do ambiente cabe a todos. -----  
Sobre a rede viária disse que, nos últimos anos, tem havido um grande investimento na pavimentação das ruas, acrescentando que, contudo, tirando os centros das freguesias, poucas alterações têm havido na rede viária que proporcionem mais conforto, mais qualidade e mais segurança a quem precisa dela, seja para quem conduz um camião, seja para quem circule em cadeira de rodas ou para alguém que tenha uma simples deficiência momentânea. Disse continuar a não ver plasmado esse aspeto como um principal objetivo do Município, porque se continua a construir de novo mantendo os mesmos problemas, sem acautelar as necessidades que já mencionou.-----

Em relação ao parque habitacional disse ser reconhecido que são necessários entre 2 mil a 3 mil novos fogos para fazer face ao desenvolvimento que o Município tem tido, e vai continuar a ter, acrescentando a este propósito que, se calhar em número equivalente, existem fogos degradados espalhados pelo território, muitos em risco de ruína, e que esta situação cria desertificação e torna os espaços pouco atrativos.-----

Disse que o Município tem feito um esforço muito grande na requalificação dos centros das freguesias, mas que se esquece da parte urbanística, designadamente de criar habitação ou de ajudar a encontrar soluções com as demais entidades, sejam públicas ou privadas. Salientou que o setor da habitação é muito sensível, pois as propriedades têm dono, mas que se constata a existência de centenas e centenas de habitações degradadas que precisam de intervenção e que poderiam ser uma solução para não se ter de construir novas.-----

Referiu que quando questionou se as obras na envolvente do Castro de Romariz iriam contemplar as infraestruturas das águas pluviais e do saneamento, foi precisamente para perceber se, não contemplando, será ou não necessário, futuramente, rasgar o piso para as colocar e proceder à

---





a questão fundamental, sendo a questão da forma muito importante, não é o nosso ponto central de divergência com as opções que são tomadas pelo Executivo.-----

O Bloco de Esquerda não se alinha com a visão que o Executivo tem para o desenvolvimento do Concelho. Defendemos políticas que promovam a justiça social, a defesa dos serviços públicos e o desenvolvimento sustentado do Concelho, e somos da opinião que essas políticas não estão presentes, de forma efetiva, no documento que é apresentado, e são elas cada vez mais prementes.-----

Poderíamos elencar diversos pontos de divergência com a proposta que é apresentada, mas vou focar-me apenas em cinco pontos fundamentais e que refletem grandes ações do Plano para este ano que se avizinha. -----

Ao nível da habitação, as necessidades verificadas em termos de habitação social em Santa Maria da Feira são preocupantes, e a evolução que se tem verificado ao longo dos últimos anos, desde os números identificados na Estratégia Local de Habitação, são ainda mais preocupantes pela evolução negativa que temos observado no nosso Município. E este é um problema que merece uma reflexão que seja séria, claro, mas, acima de tudo, fundamentada, porque o primeiro passo para resolver um problema é reconhecer que ele existe, mas o segundo é ser capaz de identificar quais são as causas desse mesmo problema. -----

E o Bloco de Esquerda não se revê naquilo que é a justificação que é dada pelo Sr. Presidente para os problemas de habitação em Santa Maria da Feira. Segundo o Sr. Presidente, e como ainda o repetiu na apresentação deste ponto, o problema de habitação em Santa Maria da Feira é reflexo da grande atratividade do território e, como está escrito no Plano, em especial devido à empregabilidade. -----

Uma análise lógica desta asserção diria que se há mais procura, se há um movimento de um fluxo de procura para Santa Maria da Feira, teremos que ter uma diminuição do fluxo de procura noutras áreas geográficas,



adjacentes ou não, em Portugal. E o que, de facto, nós observamos é que os problemas de custo e no acesso à habitação são transversais a todo o território nacional. Santa Maria da Feira não é especial neste aspeto. E não podem ser explicados, em Santa Maria da Feira, como também não podem ser explicados nos outros pontos do País, pela atratividade do território específico em causa, neste caso, Santa Maria da Feira. Se assim fosse, como já expliquei, Santa Maria da Feira teria que ser um dos poucos municípios onde, efetivamente, existem estes problemas na procura de habitação. E os próprios dados dos Censos não o confirmam, porque nós temos uma diminuição da população, de 2011 para 2021, de 1,9%.-----

O problema que nós sentimos em Santa Maria da Feira, e é importante que se reconheça que este problema existe, que é reconhecido e que está presente em todo o documento, é verdade, mas também é importante que reconheçamos as causas, e, na visão do Bloco de Esquerda, os problemas que sentimos em Santa Maria da Feira estão associados a uma baixa percentagem de habitação pública, que é transversal a todo o território nacional, e de habitação a preços controlados que fomente uma regulação do mercado pelo lado da oferta. Portanto, a partir deste momento, nós reconhecemos que o problema está no lado da oferta e, portanto, a forma que o erário público tem de controlar esta oferta é oferecer mais, oferecer mais habitação pública, oferecer mais habitação a custos controlados.-----

E só com investimento decisivo na criação de mais e melhor habitação pública poderemos combater o mercado, que aflige a grande maioria dos cidadãos no nosso concelho. E que seja investimento público.-----

Este documento dá ênfase à execução do 1.º Direito, mas, como é reconhecido pela própria Estratégia Local de Habitação, este programa é manifestamente insuficiente para as necessidades de habitação do Município, e esperava-se que as Grandes Opções do Plano refletissem essa mesma necessidade, com um investimento decisivo na criação de mais habitação pública. Não no sentido de prever 3 mil fogos a médio e longo



prazo, mas, de facto, de executar e de mostrar como é que essa execução vai ser feita, num plano que esteja apresentado e detalhado numa linha cronológica.-----

Nos transportes, que é outro ponto onde temos uma divergência decisiva com a proposta que é aqui apresentada, temos efetivamente um serviço degradado e que não corresponde às necessidades de mobilidade dos feirenses nem à necessária coesão territorial. E o problema começa, na opinião do Bloco de Esquerda, mesmo pelo início. Necessitamos, é verdade, de mais investimento, mas necessitamos urgentemente de um estudo sistemático, técnico e independente que caracterize a rede de transportes públicos existente em Santa Maria da Feira, que identifique as suas insuficiências e que apresente uma solução que informe os decisores políticos da necessidade de intervenção que fomentem o acesso globalizado dos transportes públicos e que respondam, efetivamente, às necessidades dos feirenses.-----

Aqui, neste ponto, vão-me permitir que faça uma análise da decisão de instalar o Centro Coordenador de Transportes em Fiães. Seria de esperar que a localização desta infraestrutura fosse centralizada no Município, onde as acessibilidades e o posicionamento estratégico fossem, elas próprias, potenciadoras de mais rotas e de uma maior atratividade para os diferentes operadores. Não obstante, a criação de interfaces descentralizadas no Município que oferecessem uma rede suplementar de apoio aos transportes públicos em Santa Maria da Feira. Mas esta não foi a opção. O Centro Coordenador de Transportes foi estrategicamente colocado em Fiães, subalternando, na opinião do Bloco de Esquerda, o interesse público inerente a uma rede de transportes otimizada e favorecendo aqui o interesse de um operador privado.-----

Temos sérias dúvidas de que um estudo técnico independente viesse sugerir esta localização como a ideal, e isto só reforça a necessidade de começarmos, na nossa posição, efetivamente, por esta caracterização das

---



necessidades da nossa rede de transportes. E, na nossa visão, só começando por aqui podemos perceber quais são os investimentos que são necessários e não estarmos dependentes dos timings, em termos de execução de contratos, nem daquilo que é feito pela gestão da Área Metropolitana do Porto. -----

Ao nível do acesso à água também percebemos que não é intenção do Executivo aderir à tarifa social automática em 2023. Temos uma das águas mais caras do distrito e um salário mediano que, segundo os últimos números que estão disponíveis, é abaixo da mediana nacional, o que pressiona ainda mais os setores mais desfavorecidos no nosso Município. Esta resistência na aplicação da tarifa social, que resultaria numa redução da fatura para cerca de 10 mil agregados feirenses, consoante os números que estão já disponíveis da aplicação automática na tarifa social da energia, é difícil de compreender, principalmente quando nos comparamos e percebemos que este é o caminho que está a ser seguido por várias autarquias, e uma delas nossa vizinha, como é o caso de Espinho. -----

Com isto, o PSD penaliza os feirenses e é com um sentimento de indignação que percebemos que assim vamos continuar por mais algum tempo. E deixo um desafio aos partidos aqui representados, que iniciemos um debate sobre o modelo de concessão adotado e sobre se este deve ser o enquadramento que é dado a um bem de primeira necessidade e que deveria ser público. O Bloco de Esquerda é da opinião que este não é o enquadramento que deve ser dado a um bem essencial, um bem que é entendido como um bem de primeira necessidade. Um bem público deve ser isso mesmo, público. -----

Em matéria de apoios sociais, os programas são mais do mesmo. São subdotados financeiramente e sem capacidade, que se avizinha, de responder às necessidades dos feirenses, que estão cada vez mais pobres e em risco de exclusão social, como consequência do aumento brutal e generalizado dos preços. Nesta categoria entram também os baixos



investimentos na saúde, no desporto, na cultura, nas acessibilidades e na proteção ambiental. -----

Esta ausência efetiva de respostas não representa, na nossa visão, contenção na responsabilidade orçamental. É, sim, uma recusa do princípio fundamental de estar ao serviço e em funções de natureza pública, que é o de estar ao serviço e de responder às necessidades daqueles que os elegeram. As insuficiências desta proposta justificam o voto contra que o Bloco de Esquerda dará a este documento.” – Fim de citação. -----

-----  
Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“Este é um orçamento de continuidade. De continuidade naquilo que está bem, mas também de continuidade naquilo que está mal. Continuidade é mesmo a palavra de ordem. Continuidade não significa que tudo está na mesma (porque não está), mas significa inexistência de disrupção. Falta de ambição em matéria social e de geração de novas políticas públicas. Continuidade. Continuidade de impostos mais elevados do que o necessário sem que existam explicações para isso; continuidade no arrastar de projetos e obras que se conhecem há décadas. Continuidade. Continuidade a ignorar propostas sensatas dos partidos da oposição para melhorar a democracia, a governança e qualidade de vida dos feirenses; qual é o problema de um orçamento participativo (temos medo das pessoas?); não podemos adquirir uma autoescada para os nossos bombeiros?; não acreditamos no princípio da subsidiariedade quando se trata de reforçar as transferências para as Juntas de Freguesia?; a saúde dos nossos concidadãos não teria a ganhar com unidades móveis de proximidade?; as IPSS não mereciam mais do que meras palavras?; e as reuniões de vereação não podiam manter-se públicas (o que tememos



nós?). -----  
Portanto, continuidade. Continuidade num certo farisaísmo na forma como se trata a comunicação e imagem neste município, o que obviamente tem reflexos na maneira como cada um vê o papel do outro nestes órgãos municipais. Continuidade.-----  
Caros e Caras Colegas, é de continuidade que falamos quando olhamos para o documento de suporte deste orçamento. Tal como existem os orçamentos de base zero, também existem planos de base zero. Recomenda-se ao Executivo a elaboração de um Plano a partir do zero. E por um motivo simples: há muitas coisas que por lá foram ficando e não mais saíram, sem que tal se justificasse. Falando em coisas que não mais se fizeram; o que é feito dos Good Makers? -----  
Também é um orçamento de continuidade nas expetativas. Nos desejos de vermos propostas inovadoras a saírem do papel: é isso que esperamos com o lançamento de uma plataforma digital de transportes flexíveis com solicitação a pedido.-----  
Continuidade na discricionarietà. Apostam numas freguesias mas não se aposta noutras, sem que se conheçam os motivos para o despeito. É assim com a reabilitação de equipamentos desportivos municipais e não municipais; veja-se o caso do Pavilhão da Casa do Povo de Fiães. Está muito bem, reabilita-se. Mas também existe um Pavilhão, em Santa Maria de Lamas, a necessitar de intervenção urgente. E também é da Casa do Povo. É assim com a recolha seletiva porta-a-porta; enquanto numas freguesias o papel, vidro e plástico ainda não tem esta modalidade de reciclagem, noutras freguesias já se avança para a recolha porta-a-porta de biorresíduos. Continuidade. -----  
Continuidade nas oportunidades perdidas.-----  
Oportunidades perdidas na reabilitação, enquanto milhares de casas abandonas e em ruínas se transformam num passivo ambiental e social. Enquanto esperamos que os proprietários se disponibilizem para vender os



seus imóveis, parece que ignoramos que o caminho inverso seria bem mais produtivo. Definam zonas críticas, avaliem estas propriedades e o seu potencial habitacional, priorizem de acordo com um cabimento orçamental, e comuniquem aos proprietários o valor que se disponibilizam a atribuir. --- Oportunidades perdidas no património histórico, um ativo inalienável, mas que tem de ser polido e trabalhado. Tem-se receio de afirmar Santa Maria da Feira como “Bastião da Revolta contra o poder Galego”, de estudar as raízes das Fogaceiras enquanto festas profundamente interconectadas com as Festas do Divino Espírito Santo e à ideia de V Império Português, à valorização da passagem da Rainha Santa Isabel (ela própria uma discípula da ideia de V Império) e dos caminhos que percorreu, deixando rasto de milagre. -----

Continuidade nas oportunidades perdidas na comunicação com os utentes dos nossos serviços. Não estaria mais do que na altura de agilizarmos os acessos aos conteúdos da Biblioteca Municipal, de forma completamente digital. Queremos fazê-lo para os arquivos municipais e não o fazemos para isto? Esperamos porque década? -----

Continuidade nos mistérios. Decorreu há poucas semanas um encontro no Europarque, onde se encontrava presente um protagonista de um dos players nacionais mais relevantes da área da energia renovável. Escapuliu-se a ideia de que o Município estaria a trabalhar com a Greenvolt para aproveitar as enormes oportunidades que as Comunidades de Energia Renovável têm para oferecer aos consumidores. Nem uma palavra neste orçamento sobre isto. -----

Na energia os mistérios são mesmo muitos, porque logo na mensagem inicial do Presidente (uma súmula política do orçamento) consta que os custos energéticos irão aumentar em 6 milhões de euros. Aqui, das duas uma, ou o Sr. Presidente se enganou ou o orçamento foi mal construído. Eu aposto que o Sr. Presidente se enganou. Os custos energéticos não podem aumentar em 6 milhões de euros, caso contrário teríamos de ter



uma fatura energética superior a 8 milhões de euros em 2023. Ora, não é isso que consta dos documentos. A rubrica “Aquisições de Bens e Serviços” aumenta “apenas” 2 milhões de euros, logo não podia ter uma sub-rúbrica a aumentar 6 milhões. Sinceramente parece-me um erro, caso contrário será um mistério!-----

Continuidade nos mistérios, desta feita, com os lotes empresariais. Confesso que não chego a perceber o que se passa com este assunto. Todos os que aqui estão já ouvem há anos que os lotes dos parques empresariais estão todos vendidos. Todos! Mas sabemos que o Sr. Presidente continua (e bem!) a procurar nos concelhos vizinhos, junto de empresas com necessidades de expansão, a passagem das suas instalações para Sta. Maria da Feira. Onde está o mistério? Então o Sr. Presidente está a procurar empresas para o nosso território sem que existam lotes para vender? Se os lotes têm dono e o dono não é o município de Sta. Maria da Feira, nem uma subsidiária da Câmara Municipal, em nome de quem procuramos investidores para algo que não é nosso? Bem sei que o interesse público pode ser invocado, mas não entende o Sr. Presidente que compete aos proprietários dos lotes essa prospeção? Então o Município de Santa Maria da Feira é promotor imobiliário de privados?-----

E o mistério do Edifício dos Paços do Concelho? Temos um projeto de arquitetura vencedor, temos um espaço para construir e nada é dito neste orçamento sobre o assunto? Nem um valor previsto? Estaremos a falar certamente da maior obra individual dos últimos 12 anos e nada é dito sobre isto?-----

Por fim, Sr. Presidente, a IBM Portugal tem a pretensão de instalar em Portugal um computador quântico. Saberá que a economia do futuro lida com a complexidade para criar valor e a computação quântica é crítica nessa economia de futuro. Está à vista que a IBM quer uma parceria entre entidades privadas e publicas para encontrar soluções na pesquisa médica, internet das coisas, mobilidade autónoma, cloud computing, etc. Vale a



pensa pensar nisto.” -----  
-----

Interveio a deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) que começou por dizer, sobre o orçamento municipal para 2023, que aquilo que foi disponibilizado foi a minuta da ata da reunião de Câmara onde o documento foi discutido, que apenas menciona quais os membros do Executivo que votaram a favor e contra o documento, e somente isso. Disse ser essa minuta que foi disponibilizada aos membros da Assembleia para fazer a discussão daquele que será um dos documentos mais importantes sobre os destinos do Concelho, dando nota que a última ata disponível, à data, no sítio do Município é a da reunião camarária realizada no dia 24 de outubro último. Referiu que o grande problema é não haver acesso às gravações das reuniões de Câmara porque, com o levantamento de grandes constrangimentos devidos à pandemia, deixou de haver acesso a essa informação, comentando que o grupo municipal do PS gostaria de saber muito mais do que aquilo que diz o Plano e Orçamento, que tem mais de 400 páginas, pois este é o grande documento estratégico que define os destinos do Concelho. -----

Disse não saber a resposta à questão sobre se o orçamento é, ou não, bem gerido, acrescentando que não sabe a resposta pela simples razão de que não se consegue encontrar a definição de uma visão estratégica para o Município, ressaltando que, sendo este o último mandato do Sr. Presidente da Câmara, faria sentido que realmente se tivesse essa visão estratégica. ---

Sugeri uma correção ao Plano e Orçamento, dando nota que, na página 199 desse documento, é referido que o Plano de Promoção da Acessibilidade de Santa Maria da Feira foi aprovado em 2021, quando foi aprovado em 2022, muito recentemente e de forma muito súbita para, pelo que imagina, a Câmara ir buscar algum dinheiro ao PRR, aproveitando para questionar quantas candidaturas a Câmara fez ao PRR e a quais programas, e como é que vai gerir essa situação em 2023. Disse saber que



uma das candidaturas é ao programa 1.º Direito, salientando que, finalmente, graças a esse programa e àquela que é a estratégia do Governo, o Município tem a sua Estratégia Local de Habitação.-----

Realçou que o Município é muito rápido a atirar responsabilidades e muito lento a assumir as que tem, salientando que se falou muito de escolas com amianto e não se falou, por exemplo, que a EB Chão do Rio, de Fiães, está há 5 anos à espera de um estudo para resolver o problema da acessibilidade à escola, frisando que 5 anos é muito tempo para estudar o acesso a uma escola.-----

Disse, ainda, que a Câmara encontrou o terreno certo para a unidade de saúde mental, mas que o dinheiro está previsto ser financiado pelo PRR, realçando que, dos 4,5 milhões de euros que serão financiados, 1,5 milhões de euros é precisamente para custear esse terreno, e bem, porque realmente é fundamental ter essa valência.-----

Referiu que o grupo municipal do PS queria propor que, no próximo Plano e Orçamento, se faça constar qual é a visão estratégica para o Município, assim como que tais documentos sejam organizados de forma a se conseguir perceber aquilo que são iniciativas municipais diretas e aquilo que são parcerias municipais, pois são coisas diferentes, comentando que, em alguns casos, a Câmara apenas divulga aquilo que existe e apropria-se daquilo que é feito, e bem feito, pela comunidade. Disse que gostaria de ter o plano estratégico elaborado do modo como mencionou o membro Carlos Martins, indicando os eixos, os objetivos, as medidas, os indicadores de execução, ou seja, com tudo aquilo que permite monitorizar a execução do orçamento municipal. Referiu que, aí sim, se poderia falar de um orçamento bem ou mal gerido, pois saber-se-ia o que é que tinha sido proposto fazer, qual era o caminho e para onde se queria ir.-----

Fez notar que vê alguma confusão no documento apresentado, dizendo que o mesmo até tem algumas ideias que, se bem trabalhadas, poderiam resultar num ótimo destino, mas que, por exemplo, menciona que vai ser



elaborado, no próximo ano, um plano para a mobilidade urbana sustentável e que está previsto a sua implementação em 10 anos. Neste âmbito, questionou como é que se sabe que o Município vai demorar 10 anos a implementar um plano que ainda não existe. -----

Aludindo ao projeto-piloto das bicicletas e trotinetes elétricas, disse que outras cidades, como Paris e outras bem mais perto de Santa Maria da Feira, estão a abandonar o uso das mesmas, porque já se percebeu que poderão não trazer os benefícios que se pretendia.-----

Reforçou que gostaria de perceber os destinos do Município e perceber porque é que este não tem, por exemplo, pequenas lojas de cidadão nas freguesias mais distantes da cidade sede, que pudessem apoiar a população mais isolada e prestar pequenos serviços municipais, pois está mais do que identificada a grande dificuldade que o Município tem ao nível dos transportes públicos. -----

Disse que também gostaria de ver um grande programa de apoio às IPSS, para estas melhorarem as suas condições de eficiência energética, as suas condições térmicas, fazendo notar que a Câmara poderia ter um grande papel e poderia ser um grande auxílio nesta matéria. -----

Realçou que há muito que poderia ser feito, como, por exemplo, a requalificação das zonas industriais, salientando que nem uma palavra encontrou a esse respeito nos documentos em discussão.-----

Sobre as obras municipais disse que o grupo municipal do PS entende que a repavimentação e a sinalização das vias são uma grande obra, e que é necessária, mas que, mais uma vez, falta estratégia, falta saber o que se quer para o Concelho e o que este precisa. -----

Disse que folga em saber que vai ser construído um grande edifício para os serviços municipais, que custará entre 15 a 20 milhões de euros, comentando que isso é mais do que o Município já deu para as questões da acessibilidade e da mobilidade em Santa Maria da Feira, e que gostava de perceber essa situação, realçando que há muitos problemas que são



falados de uma forma muito poética, mas que, depois de espremidos, não dão sumo.-----

Concluindo a sua intervenção, disse que os membros da Assembleia Municipal, para discutirem os documentos em apreço, precisam de saber o que é que realmente se quer para o Município, e não aquilo que se diz que se vai fazer, acrescentando que não é preciso uma lista tão grande de informação sobre as pequenas iniciativas, as pequenas festas e as pequenas cantorias, mas sim perceber onde o Município vai investir e como o vai fazer.-----

-----  
Interveio o membro **Carlos Seixas** (PSD) que começou por dizer que queria congratular a Câmara por dois feitos, o primeiro dos quais por o Município estar na 2.<sup>a</sup> posição no ranking global da eficiência e eficácia da gestão financeira, no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, comentando que o Sr. Presidente da Câmara está tão habituado a que o Município se encontre nos lugares cimeiros deste ranking que até se esqueceu de mencionar este feito na sua intervenção.-----

Disse que, em segundo lugar, dava os parabéns pelo projeto que está a ser desenvolvido no Município na área da Saúde, salientando que, apesar de não ter sido mencionado por nenhum dos partidos, entende tratar-se de um projeto inovador, que poderá fazer a diferença para a população do Concelho, em particular para os mais idosos.-----

Referiu que, posto isto, queria deixar uma sugestão no sentido de ser dada uma ação de formação em orçamentos aos membros da Assembleia, pois nota haver alguma dificuldade em compreender o documento, de modo a que todos consigam perceber já o próximo orçamento a ser apresentado, que será o orçamento para o ano de 2024.-----

Disse que ouviu alguns afirmarem que é muito bom o Município estar em segundo lugar no ranking da gestão financeira, mas, depois, dizem que há municípios que fazem melhor, salientando, sobre isso, que só há um, pois

---



Santa Maria da Feira encontra-se na segunda posição. Referiu que também ouviu dizer que é preciso ter receitas e despesas, mas depois querem mais despesas e menos receitas, comentando que tem alguma dificuldade em perceber o que é que alguns querem. -----

Disse que foram feitas afirmações que não são completamente verdade, como que a taxa de IMI aplicada no Município é a máxima, quando não é, ressaltando ainda que, comparando com municípios semelhantes do ponto de vista de pressão imobiliária, Espinho tem a taxa de 0,4%, Aveiro tem 0,4% e Vila Nova de Gaia tem 0,38%, pelo que esta retórica de vir dizer que há municípios que fazem mais ou menos, é muito bonito, mas é preciso concretizar. -----

Sobre a questão dos orçamentos de base zero, disse que a prática recorrente não é a utilização desse tipo de orçamentos, frisando que são usados quando há alterações estruturais, de toda a lógica e gestão municipal, mas que não é esse o caso do município de Santa Maria da Feira. Disse que espera que o orçamento para 2023 seja, efetivamente, de continuidade, e que os feirenses também o esperam, caso contrário não tinham votado no projeto de continuidade, de forma esmagadora, como fizeram. -----

Em relação ao Centro Coordenador de Transportes de que falou o membro Tiago Paiva, sublinhou que esse Centro é designado de Lourosa/Fiães, e não somente de Fiães, porque uma parte, a maior, localiza-se na freguesia de Lourosa e a outra na freguesia de Fiães. -----

Relativamente ao tema da habitação salientou que, de facto, a habitação é um problema, comentando que, em primeiro lugar, dizer-se que o problema não é um excesso de procura, mas sim uma falta de oferta, economicamente é mais ou menos a mesma coisa porque, se há muita procura, significa que há pouca oferta. Referiu que o segundo aspeto é que não é verdade que o problema seja comum a todos os municípios, pois só é comum aos municípios que têm um determinado cariz urbano e de



desenvolvimento económico, no qual se insere Santa Maria da Feira. -----  
Sobre a intervenção feita pelo membro João Vidal, da CDU, disse que, apesar do mesmo não ter dito nada de relevante, proferiu uma afirmação que considera ser de uma gravidade inexplicável. Disse que gostava que o membro João Vidal dissesse que casos concretos é que conhece em que houve um favorecimento da Câmara, ou que a Câmara esteja à espera de favorecer um privado.-----

Disse, como nota final, que somente três partidos da oposição apresentaram propostas para o Orçamento de 2023, designadamente o BE, o CDS-PP e o PS, e que os enaltecia por isso, acrescentando que, como é normal, apresentaram medidas diferentes das do Executivo Permanente, até porque são partidos da oposição e têm de apresentar propostas diferentes, muitas delas até de cariz nacional.-----

Referiu que, antes de concluir, queria questionar ao Sr. Presidente da Câmara quantos projetos tem o Orçamento para 2023, aproximadamente, quer em obra física como em obra imaterial.-----

Concluindo a sua intervenção, informou que o grupo municipal do PSD iria, naturalmente, votar favoravelmente o Plano e o Orçamento Municipal para 2023, porque efetivamente é um projeto de continuidade, e os feirenses votaram para que fosse de continuidade.-----

-----  
Interveio o membro **João Vidal** (CDU) que disse querer, no seguimento do proferido pelo membro Carlos Seixas, esclarecer aquele membro que o que disse na sua intervenção anterior foi que a Câmara tem a opção política de estar à espera passivamente da iniciativa privada para resolver os problemas que existem no Município. Realçou que não disse que a Câmara está a beneficiar uma ou outra empresa, reforçando que isso não foi dito por ele nem pela CDU.-----

Concluindo, disse que o membro Carlos Seixas quer dar uma formação, mas, se calhar, é ele quem precisa de uma formação em português, além



de boa educação. -----

-----  
Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) para dar duas pequenas notas no seguimento do falado pelo membro Carlos Seixas, referindo que, ao ter localizado o Centro Coordenador de Transportes em Fiães, estava a ser simpático, pois sabe que ele, de facto, está bastante mais próximo da empresa Auto Viação Feirense, estando mesmo localizado em Lourosa e em Fiães. -----

Comentou também que, para quem veio sugerir uma formação para os membros da Assembleia, o membro Carlos Seixas diz muitas vezes “não percebo” nas suas intervenções, pelo que, se o mesmo estiver interessado em perceber melhor quais os motivos das posições manifestadas pelos partidos da oposição, o BE também está ao dispor para lhe organizar uma formação. -----

-----  
Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que disse também querer dar uma nota sobre formação, mas, no caso, sobre formação democrática, realçando que as pessoas têm de se habituar que as oposições servem para isto, que é chato, mas que é para o que servem. Disse que os partidos que estão no poder apresentam as suas propostas, as oposições criticam, o Sr. Presidente da Câmara responde, e é assim que funciona a democracia, comentando que quem não souber lidar com isto, se calhar, não está bem na democracia. -----

-----  
De seguida, usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para dar os devidos esclarecimentos. Começando pelas questões colocadas pelo membro João Vidal disse, quanto à pergunta relativa à fonte da informação de que todos os feirenses têm médico e enfermeiro de família, que esses são dados públicos do próprio Centro de Saúde. Realçou que, contudo, se um médico se aposentar, é possível que os seus utentes fiquem sem médico

---



durante algum tempo, pois há sempre um hiato de alguns meses até que esse médico seja substituído. -----

Sobre os serviços de veterinária serem prestados pela Câmara, disse que a Câmara tem um veterinário municipal e que é muito provável que venha a admitir um segundo, ou, pelo menos, um prestador de serviços. Referiu que há serviços que não são feitos pelos veterinários, como algumas cirurgias, pelo que há sempre necessidade de recorrer a prestadores privados, mas que isso não tem mal nenhum, acrescentando que o que interessa é que o serviço seja bem prestado, ao melhor preço, seja por um prestador público ou privado. Salientou que o mesmo acontece na área da Saúde, ressaltando que se ele tiver de ir a um hospital privado para lhe ser prestado um determinado serviço, vai, pois sabe que, às vezes, as pessoas estão dois anos à espera do serviço público de saúde.-----

Sobre a habitação e a afirmação de que a Câmara tem de ter mais ambição em vez de dar oportunidade aos privados, referiu que uma coisa não elimina a outra, acrescentando que era muito bom que os privados investissem muito em Santa Maria da Feira porque era sinal de bons negócios no concelho. Reconheceu que, infelizmente, falta oferta de habitação privada e que é por isso que se vai tentar aumentar a oferta de habitação pública, com habitação a preço acessível e também, eventualmente, com arrendamento acessível, onde o mercado está ainda mais carente.-----

Em relação à intervenção do membro Miguel Branco disse, a respeito da afirmação de que o documento é de difícil leitura, que é verdade que é um documento extenso, com bastantes mapas, mas que não vê outra maneira de os apresentar face às regras a cumprir. Disse perceber que alguns números podem ser de difícil interpretação, mas que, caso algum membro queira uma explicação sobre determinado número, a Sra. Vereadora Sónia Azevedo estará disponível para o fazer.-----

Relativamente aos impostos elevados e incentivos fiscais, fez notar que o



Município não tem impostos elevados, tendo taxas muito idênticas, ou até mais baixas, relativamente, a outros municípios da mesma dimensão, como são os casos já mencionados de Vila Nova de Gaia e de Espinho. -----

Referiu que a taxa de IMI praticada em Santa Maria da Feira é de 0,365% quando o máximo é de 0,45%, ressaltando que, enquanto Presidente, já baixou duas vezes essa taxa, e nunca o fez antes das eleições, entendendo que, neste momento, não ser prudente alterar os valores dos impostos municipais. -----

Salientou que o IMI não é um imposto relevante nos bolsos dos portugueses, dando nota que os impostos elevados são, o IRS e o IVA, e que as pessoas nem se apercebem, porque o IVA já está incluído no preço e não olham com cuidado para o recibo de vencimento para verem quanto pagam de IRS. Disse que, para se ter uma noção, paga-se cerca de 400 euros anuais de IMI para uma casa avaliada em pouco mais de 100 mil euros, quando quem auferir um ordenado médio paga, por mês, sensivelmente o mesmo valor de IRS, acrescentando que outro exemplo é o ISP, em que 60% do preço final do combustível é imposto. -----

Fez sobressair que os municípios têm de ter receita para o muito que fazem, e que a receita que têm provem, principalmente, do IMI, do IMT e do IUC, pedindo para que não se queira, como o Governo está a fazer, destruir a capacidade financeira dos municípios porque, aí, ficarão sempre dependentes do Governo central, comentando que isso é o pior que pode acontecer, até porque a grande conquista do 25 de Abril, foi o Poder Local. -

Referiu, neste âmbito, que o processo de descentralização é a maior reforma que o País precisa, mas que foi feito de uma maneira completamente desastrosa, tendo o Governo transferido para os municípios tarefas e despesas sem o pacote financeiro associado, comentando que os municípios são tarefeiros, que são os empregados das tarefas que o Estado central não quer executar. -----

Sobre os investimentos em zonas industriais disse que, se a memória não



lhe falha, existem 41 no Concelho, algumas de última geração, como é o caso do PERM e do Lusopark. Sobre o facto de todos os lotes das zonas industriais estarem vendidos, deu nota que, quando aparece um investimento que interessa ao território, o trabalho que a Câmara faz, como não dispõe de lotes, é colocar os interessados em contacto com os proprietários dos terrenos disponíveis, frisando que aquilo que quer é que os investimentos fiquem em Santa Maria da Feira, criando emprego e riqueza para o território. -----

Sobre a criação de uma escola secundária em Paços de Brandão disse que a mesma está prevista, realçando que as atuais instalações da EB 2,3 de Paços de Brandão têm condições para tal, mas que essa situação não depende do Município.-----

Em relação à fuga de alguns alunos para as escolas de Espinho e dos Carvalhos, disse ser verdade, salientando que o maior crime que se cometeu em Santa Maria da Feira foi o encerramento do Colégio de Lamas, feito pelo anterior Governo, tendo ficado 2 mil alunos sem solução, num colégio que chegou a ter 4 mil alunos, acrescentando que nunca perdoará aos autores desse crime. -----

Quanto à questão da habitação a custos controlados, disse que o Município tem o seu programa municipal de habitação, com uma verba de cerca de 8 milhões de euros, dizendo que prevê aumentar essa verba para 50 ou 60 milhões de euros. Referiu que está a ser feito o levantamento dos terrenos pertença da Câmara, salientando que a ideia é chegar a todas as freguesias, pelo que, eventualmente, será necessário adquirir mais alguns terrenos. Referiu que este trabalho vai ser feito paulatinamente, que demorará 5 ou 6 anos, e envolverá um investimento muito elevado, fazendo notar que 100 fogos, pelo valor de 100 mil euros cada um, representa um investimento de 10 milhões de euros, e 1.000 fogos representa 100 milhões de euros, e que já nem se encontra quem faça a este preço, sublinhando que é preciso ter uma noção clara destes valores. -----



Sobre a pista de atletismo em Sanfins informou que está a ser ultimado o projeto de execução, dizendo que a pista permitirá a prática de todas as modalidades dentro do atletismo e vai permitir acolher provas nacionais e internacionais. -----

Em relação à piscina de Canedo deu nota que a mesma está em obra.-----

Sobre a requalificação da zona da Cruz disse que o estudo prévio já foi validado pela Infraestruturas de Portugal, e que agora vai ser feito o projeto de execução. Disse também ser preciso ter noção do aumento dos preços, comentando que, há 3 anos, estimava-se um custo da obra de 12 milhões de euros e, com o aumento, serão mais uns milhões, comentando que os projetistas farão a estimativa em função dos preços atuais.-----

Salientou que essa é uma obra da responsabilidade do Estado central, comentando que, quando é em Lisboa, o Estado faz tudo, mas que quando é na província, as autarquias que paguem, mesmo quando é da responsabilidade do Estado central. Disse ser esta a regra da gestão pública em Portugal, citando os exemplos dos 380 milhões de euros que o Estado pagou à Câmara de Lisboa pelo aeroporto, porque, alegadamente os terrenos eram da Câmara, quando não eram, tendo sido uma forma de financiar a Câmara de Lisboa, assim como os cerca de 16 ou 18 milhões de euros que alguém foi pagar à Câmara de Lisboa pelos terrenos do Hospital Santa Maria.-----

Referiu que o membro Carlos Martins falou no desenvolvimento social, deu algumas noções do que entende que deve ser o documento orçamental, salientando, acerca deste último aspeto, que o documento apresentado é o possível, que cumpre as regras da contabilidade pública, mas que admite que haja quem o apresente melhor, comentando que, se calhar, a Câmara terá de contratar um webdesigner para tornar o documento do próximo ano mais bonito, o que custará mais dinheiro.-----

Disse que quando se fala em eficácia e eficiência financeira, quando se fala em centenas de projetos de obra em curso, quando se fala numa revolução



infraestrutural que o município de Santa Maria da Feira tem executado, isso é que é estratégia, aquilo que já se pensou, há muito tempo, para o Município, de querer um território dotado de todas as infraestruturas, como a rede de água e saneamento, eletricidade, telecomunicações, fibra ótica, zonas verdes de qualidade, saúde, com médico de família para todos, oferta cultural, coesão social, boas escolas, realçando que tudo isso foi pensado e executado e que é por ter tudo isto que o Município é atrativo. --- Sobre a questão do orçamento de base zero disse que o mesmo é difícil de concretizar, comentando que sabe que tem certos milhões de euros para pagar de salários, que tem as obras em curso para incluir no orçamento, realçando que é preciso incluir todos os compromissos que o Município terá de pagar, e, atendendo ao que sobra face às receitas, ver no que se quer investir, frisando ser assim que se faz um orçamento. ----- Em relação aos fundos comunitários disse não conseguir informar, neste momento, quais os programas que o Município tem em curso, pois são vários, comentando que no programa Portugal 2020 o Município tem 24 milhões de euros, e que também já tem algumas candidaturas para o PRR. Realçou que todos os programas de fundos europeus têm determinados setores que são privilegiados, como é o caso da desmaterialização dos processos e o do desenvolvimento sustentável, fazendo notar que há uma série de temas nos quais as candidaturas se têm de encaixar, e que é esse trabalho que a Câmara está a fazer para tentar chegar a todos os setores possíveis. ----- Quanto ao processo da transferência de competências e no que respeita à área da Educação, informou que o Município terá um défice de 3 milhões de euros. Disse haver o compromisso do Governo para repor essas verbas, mas que é preciso esperar para ver se cumpre, comentando que uma coisa são os discursos e, outra coisa, bem diferente é a prática. ----- Sobre as questões colocadas pelo membro Ângelo Santos referiu, a propósito das carências de mobilidade, que, efetivamente, o Município tem



carências, dando nota que o contrato relativo ao processo dos transportes públicos, feito no âmbito da Área Metropolitana do Porto, já foi assinado e espera que, durante o ano de 2023, entre em funcionamento. -----

Referiu que a Câmara não fez o seu plano de mobilidade com a Área Metropolitana do Porto, sem antes estudar os traçados e as necessidades, dando nota que esse trabalho foi feito há 4 ou 5 anos, mas que agora vai ser revisto, porque, entretanto, se alteraram as circunstâncias. -----

Sobre a questão de que foram colocados pisos sintéticos em algumas rotundas e sobre o facto do Executivo defender a polinização, disse ser verdade defender a polinização, mas que esse é um desafio que cabe, também, a todos os privados. Quanto à plastificação das rotundas disse que existem dois ou três casos, e que essa opção foi tomada por questões de manutenção, pois a Câmara não tem jardineiros suficientes e a manutenção desses espaços custa muito dinheiro. -----

Em relação à poluição industrial salientou que o Concelho já tem rede de saneamento básico e que os efluentes líquidos são caracterizados, podendo alguns ir para a rede pública e outros não, tendo de ser recolhidos em tanques próprios e transportados para serem tratados. Disse ser verdade que, por vezes, existe uma ou outra descarga ilegal, mas que não é possível controlar tudo, frisando que os cursos de água do território foram muito melhorados. -----

Sobre os fogos de habitação degradados e a construção de novos fogos, disse já ter falado da questão da habitação, salientando que a Câmara dá aos privados, através das Áreas de Reabilitação Urbana, grandes incentivos fiscais para que façam a reabilitação de habitações, mas que as pessoas não têm aderido tanto quanto se gostaria, comentando que não se pode entrar pela porta dentro das pessoas e expropriá-las, porque Portugal é um país democrático, onde o respeito pela propriedade é constitucional. -----

Sobre a ligação do PERM para chegar à A32 deu nota que não é preciso atravessar a freguesia de Pigeiros para fazer essa ligação, porque as



-----  
pessoas podem seguir pelo IC2 e, em Arrifana, apanhar a variante que dá até à A32, comentando que esse percurso é muito mais rápido.-----

Sobre a ligação da zona industrial do Casalinho à EN1 disse que os carros também não precisam de andar no meio das populações, acrescentando que enquanto não se concretiza o Eixo das Cortiças, o acesso à autoestrada é muito fácil por Santa Maria da Feira, usando-se a nova via do PEC.-----

Prosseguindo a sua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara aludiu às questões colocadas pelo membro Tiago Paiva, dizendo, a propósito da afirmação daquele membro de que o BE não se revê nas propostas apresentadas pelo Executivo, que tal não é admiração nenhuma e que mal seria se fosse ao contrário.-----

Sobre a habitação, disse ser verdade que as necessidades são preocupantes e que é por isso é que o Município tem a sua estratégia local de habitação, para tentar dar a devida resposta. -----

Disse que, apesar da diminuição da população do Concelho, aumentou o número de famílias, salientando que há novos modelos de família e, por isso, a procura de habitação é maior. Referiu que, se houver habitação disponível, julga que o Concelho recuperará rapidamente a população que perdeu, precisamente, pelos fatores de empregabilidade e das acessibilidades do território.-----

Em relação à questão de combater o mercado, disse que o que quer é que o mercado funcione bem, acrescentando que as autarquias, enquanto Estado, devem criar as melhores condições para um bom funcionamento do mercado, evitando os monopólios bem como o dumping.-----

Sobre a afirmação do membro Tiago Paiva de que esperava mais ambição no orçamento, disse que o Executivo tem muita ambição, ressaltando que não se vai conseguir fazer tudo, mas que o orçamento é ambicioso. -----

Em relação à questão dos transportes públicos, disse já ter explicado essa matéria. -----

---



Em relação ao Centro Coordenador de Transportes disse que o mesmo está localizado na zona de fronteira entre as freguesias de Lourosa e de Fiães, mais em Lourosa, junto à empresa Auto Viação Feirense, dando nota que aquela zona precisava de um interface de transportes e a Câmara encontrou aquele terreno disponível, cuja localização é razoável. -----

Sobre o preço da água em Santa Maria da Feira ser dos mais caros do distrito, comentou que a situação está a melhorar porque, anteriormente, a crítica era de que a água era das mais caras do país.-----

Quanto à sugestão de ser feito um debate sobre o modelo de concessão, se a água deve ser pública ou privada, disse que isso é um erro crasso, porque a água é sempre pública, mesmo que seja a água que as pessoas têm nos seus poços ou minas. Referiu que a gestão da água é que pode ser concessionada, realçando que, no caso de Santa Maria da Feira, todo o investimento que é feito pela concessionária Indagua na rede de água e de saneamento pertence ao Município, fazendo essa empresa a gestão e exploração da água durante um número determinado de anos. -----

Disse que se fala, muitas vezes, do preço da água, mas que viu uma notícia interessante a dizer que a Indagua é a entidade mais eficaz do país a esse nível, que menos água desperdiça, tendo ganho uma série de distinções por isso. Referiu que, por vezes, as pessoas estão mais preocupadas com alguns centimos que a água pode custar mais num lado do que no outro, quando a água é, em Santa Maria da Feira, gerida pela empresa mais eficiente do país, realçando que, quando se fala de Ambiente, também é disto que se trata, porque a produção de água potável custa muito dinheiro e a Indagua faz um bom trabalho, poupando muita água que, de outra forma, seria desperdiçada. -----

Sobre a questão do aumento dos preços disse que é o mercado a funcionar, acrescentando que houve um governo de um país que não deixou subir os preços, na Venezuela, e todos sabem o que é que aconteceu a seguir.-----

De seguida, em relação à intervenção feita pelo membro Daniel Gomes e no



respeitante à referência de que é um orçamento de continuidade, disse que, efetivamente, é um orçamento de continuidade, que obedece a um plano.-----

Sobre a saúde e as unidades móveis de proximidade, explicou que esse é um recurso usado nos territórios de baixa densidade, porque não têm posto médico nem têm médicos suficientes, mas que o município de Santa Maria da Feira tem, se a memória não lhe falha, 23 unidades de saúde instaladas em edifícios com as devidas condições.-----

Quanto à observação de que as reuniões de Câmara não são públicas, esclareceu que todas as reuniões de Câmara são públicas.-----

Em relação à implementação do orçamento zero, disse que o membro Daniel Gomes está a imitar o Carlos Martins, da Iniciativa Liberal, pelo que deve ter cuidado com isso, pois ainda o expulsam do Partido Socialista.-----

Em relação aos transportes flexíveis, disse ser uma hipótese que poderá ser estudada no futuro, mas que, para já, tal não está previsto.-----

Sobre o pavilhão da Casa do Povo de Fiães e de Santa Maria de Lamas deu nota que o pavilhão de Fiães é da Câmara, enquanto o de Santa Maria de Lamas não é.-----

Relativamente à questão das casas abandonadas, disse já ter respondido, reforçando que a Câmara não pode expropriá-las.-----

Sobre o Fórum Bizfeira e à presença no mesmo da empresa Greenvolt, disse ser da opinião que foi uma boa intervenção, informando que essa empresa propôs serviços à Câmara, mas que a Câmara ainda está a estudar o modelo, lembrando que têm de ser cumpridas as regras de contratação pública.-----

Quanto aos lotes das zonas industriais estarem todos vendidos, disse já ter explicado que tal se deve à muita capacidade de atração que o Município tem.-----

Sobre o mistério do edifício dos Paços do Concelho e do orçamento nada dizer sobre a sua construção, informou que o Município promoveu um



concurso público para a apresentação de ideias, em que concorreram 32 empresas, das quais foram escolhidas 8 para, daí, se selecionar a vencedora. Disse que a escolha foi sigilosa, ou seja, que foi selecionada a ideia sem se saber a que concorrente pertencia, acrescentando que o júri foi constituído por 5 elementos, um professor da Faculdade de Arquitetura indicado pela Ordem dos Arquitetos, um arquiteto da CCDR Norte, o chefe da Divisão de Projetos da Câmara, que é arquiteto, o chefe da Divisão de Obras, que é engenheiro, e ele próprio, enquanto, Presidente da Câmara.---  
Referiu que a ideia vencedora foi selecionada de forma muito consensual, e que, agora, vai ser adjudicado a esse concorrente o projeto de execução, que demorará entre 6 a 7 meses a fazer. Realçou que só depois disso é que se saberá o preço aproximado para, depois, se lançar o concurso, acrescentando que não vale a pena estar já a indicar uma verba.-----  
Sobre a intervenção feita pela deputada municipal Lia Ferreira disse, quanto à questão de não ter sido distribuída a ata da reunião da Câmara, que cada membro da Assembleia deve ler o Plano e Orçamento e fazer a sua análise e a sua crítica, sem necessidade de se aproveitar das observações feitas pelos Srs. Vereadores na reunião da Câmara.-----  
Quanto à crítica de que falta visão estratégica ao Município, comentou que estratégia é uma palavra cara que, muitas vezes, é usada pelas pessoas sem que saibam o que significa. Referiu que o planeamento estratégico é um planeamento de médio- longo prazo, a 5, 6, 10 anos, e que é suscetível de muitas atualizações, salientando que o Executivo Permanente já faz o planeamento estratégico há muitos anos. Disse que ele próprio, quando se candidatou pela primeira vez ao cargo de Presidente da Câmara, fez planeamento estratégico, o qual passava pelo desenvolvimento económico, pelo emprego para todos, pela saúde, pela modernização das instalações, pela mobilidade, acrescentando que tudo isso estava bem explanado e que, depois, foi sendo concretizado em ações.-----  
Sobre a questão das trotinetes e o seu uso em Paris, disse que esse é um



problema de Paris e não de Santa Maria da Feira. Salientou que a trotinete, em termos do Código da Estrada, é considerada igual a um velocípede, a uma bicicleta, e que as pessoas têm de perceber que não devem andar de trotinete no passeio, mas sim na própria estrada.-----

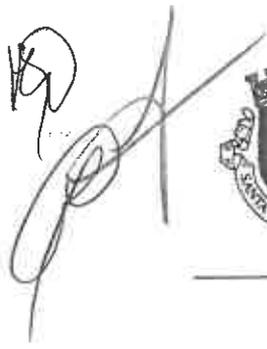
Em relação à questão do saber o que se quer para o território, disse que a Câmara sabe bem o que quer, ou seja, quer que Santa Maria da Feira seja o melhor território do país. -----

Sobre a intervenção feita pelo membro Carlos Seixas disse que o mesmo fez uma boa intervenção do ponto de vista de um economista, que agradeceu, e, sobre a questão de quantos projetos estão contemplados no orçamento, informou que o Município tem perto de 100 projetos para obras físicas, estando já em obra quase 40. Em relação aos projetos e programas imateriais disse não conseguir contá-los, comentando que devem ser 400 ou 500. Salientou que, não falta ação, de maneira nenhuma, no território, que consegue ter obra a decorrer, em simultâneo, em praticamente todo o território, e que, mesmo assim, a Câmara consegue ter contas equilibradas. -----

Concluindo a sua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara referiu que, no seu entendimento, a gestão que é feita no Município merece o respeito e a consideração dos feirenses.-----

-----  
Interveio novamente o membro **Carlos Martins** (IL) que começou por agradecer as respostas dadas pelo Sr. Presidente da Câmara, assim como a forma educada, ponderada e dialogante com que reage às questões. -----

Afirmou que mal seria se, com 150 milhões de euros, não houvesse muitas obras em curso, salientando que esse nem é critério de avaliação do desempenho do Município. Referiu que embora a parte financeira seja relevante, também não é essa a única forma de avaliar o resultado do Município, pois apenas reflete que a parte financeira é bem gerida, acrescentando que não basta saber se as contas batem certo, mas sim



saber o que se quer fazer com essas contas.-----  
Disse que lhe custa ver um documento estratégico com tal importância, com 150 milhões de euros previstos de investimento, onde está escrito pelo Sr. Presidente da Câmara que as duas obras mais emblemáticas para o ano de 2023 são o novo edifício dos Paços do Concelho e a intervenção na zona da Cruz, ressaltando que entende isto como sendo falta de ambição. Realçou que um município que tem 150 milhões de euros tem de querer mais do que fazer uma casa para os seus funcionários e umas obras numa zona urbana, que isso parece-lhe curto, acrescentando que gostava que o Sr. Presidente da Câmara chegasse a esta Assembleia, no próximo ano, e dissesse que o Município está nos primeiros lugares na gestão financeira, mas também na gestão ambiental, na qualidade das escolas, na qualidade do emprego, da classificação a nível superior, sublinhando que são estes resultados que quer ter enquanto município, e que o Sr. Presidente da Câmara também o quererá. Disse que, isto sim, é estratégia, salientando que não está em causa quem sabe mais sobre estratégia ou quem leu mais livros sobre essa matéria, mas sim o que fazer com os recursos das pessoas, estrategicamente, para o bem do Concelho. -----  
Referiu que não é verdade que o município de Santa Maria da Feira tenha taxas de impostos mais baixas, pois a taxa de IMI em Santa Maria da Feira é de 0,365%, enquanto em Ovar é 0,35%, em São João da Madeira é 0,35%, em Arouca é 0,3% e em Oliveira de Azeméis também é 0,3%. Quanto ao IRS disse que, em Santa Maria da Feira, a participação é 5%, quando em São João da Madeira é 4,5%, em Ovar 2% e em Espinho 4,5%. Concluindo disse que, portanto, é verdade que o município de Santa Maria da Feira está a cobrar mais, e que não vale a pena enganar as pessoas porque os números falam por si. -----

-----  
Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que começou por dizer, quanto ao preço da água, que Santa Maria da Feira tinha uma das águas mais caras



do distrito, tendo sido ultrapassado por um ou dois municípios. Referiu que isto não tem a ver com uma mudança do discurso, mas sim com a atualização dos números que são disponibilizados à data da afirmação. ----- Disse que, na sua anterior intervenção, não falou num combate ao mercado na questão da habitação, mas sim numa regulação através de uma maior disponibilidade de habitações no Município. Realçou que regular o mercado é uma das obrigações do erário público e da gestão pública e, portanto, é uma das bases de um contrato social estabelecido entre aqueles que são governados e aqueles que governam, frisando que não é um combate, é uma regulação. ----- Referiu que, efetivamente, existe uma crise inflacionária, em que os preços aumentam. Disse que também se pode discutir se o mercado é eficiente ou ineficiente, e que também tem opiniões fortes sobre isso, mas que o foco que quis colocar ao Executivo não foi na responsabilidade para baixar os preços, mas sim para oferecer respostas que ajudem as famílias necessitadas, devido ao aumento de preços que é reconhecido por todos. --- Sobre a asserção que fez relativamente ao facto de estar a ser cada vez mais difícil, em Santa Maria da Feira, encontrar casa, disse que tem a ver com o facto do Sr. Presidente da Câmara afirmar, sistematicamente, que tal se deve à atratividade do território, recolhendo os louros para a sua ação, sem reconhecer as responsabilidades de um desinvestimento em habitação pública no Município, que acontece de forma prolongada no tempo e ao longo de vários executivos que estiveram em exercício. ----- Quanto aos rankings disse que, para ele, valem o que valem, mas que também pode mencionar o ranking feito pela consultora Bloom Consulting, que avaliou a atratividade dos municípios para viver, onde se verifica que, de 2015 para 2022, Santa Maria da Feira passou do 20.º município, em termos nacionais, para o 27.º, e de 9.º para 11.º município da região. ----- Concluindo disse que, portanto, a maior atratividade que justifique os problemas não é corroborada pelos indicadores que o Sr. Presidente da



Câmara utiliza para caraterizar o problema da habitação que existe no Município. -----

-----  
Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que disse ter ficado com dúvidas relativamente a algumas das questões que colocou, questionando ao Sr. Presidente da Câmara se a freguesia de Paços de Brandão vai ter, ou não, uma escola secundária, e o que impede dela já entrar em funcionamento no próximo ano letivo.-----

Questionou, ainda, se o Sr. Presidente da Câmara pode garantir que vai haver recolha de lixo seletiva em todo o Concelho, ou se essa é só mais uma expetativa, comentando que, pelo contacto que tem com os presidentes de Junta, alguns quase que garantem que a sua freguesia nunca vai ter essa recolha. -----

-----  
Usou novamente da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que disse, quanto ao mencionado pelo membro Carlos Martins, de que o mesmo demonstra pouca ambição ao referir apenas duas obras emblemáticas, mas que isso se deve ao impacto financeiro que as mesmas representam, acrescentando que, para ele, o mais emblemático será o investimento na Saúde e no Parque Escolar do Concelho.-----

Disse que o novo edifício dos Paços de Concelho, para além do impacto financeiro que terá, vai ser uma verdadeira revolução na tramitação processual, na desmaterialização de processos, na acessibilidade do cidadão, nas condições de trabalho dos funcionários, para além de que vai permitir a criação de uma praça, comentando que lhe preocupava o facto de Santa Maria da Feira não ter uma praça digna da dimensão do território.-----

Quanto ao túnel da Cruz realçou que fez referência a essa obra por ser uma questão de mobilidade, reforçando que, contudo, há outros projetos que considera muito mais relevantes. -----

---



Referiu que entende que o projeto na área da Saúde é absolutamente fantástico e é uma verdadeira revolução, dizendo que Santa Maria da Feira é o único município de Portugal, e talvez até da Europa, a estar neste cluster da Saúde, acrescentando que esteve recentemente numa reunião na Finlândia e, pelo que julga, nenhum dos municípios presentes tem esta revolução que se pretende implementar em Santa Maria da Feira. Ainda no âmbito deste projeto informou que a candidatura que o Município tem é no valor de 300 mil euros, dando nota que, muitas vezes, pensa-se que a dimensão do investimento financeiro é o mais importante, quando não é. Disse ser um investimento que está muito relacionado com a velhice, para que haja maior qualidade de vida durante os anos de envelhecimento, comentando que, em média, os portugueses quando chegam aos 70 anos passam a vida a tomar medicamentos e a fazer análises médicas, e que a intenção é que tenham mais 15 anos com qualidade de vida após a reforma, tal como acontece nos países nórdicos. -----

Disse que outra revolução está em curso nas escolas, salientando que, durante anos, andou-se a alcatroar os recreios, não tendo ficado terra nem árvores, e percebeu-se que isso não é o correto, pelo que se vai alterar essa situação. -----

De seguida, sobre a questão que o membro Daniel Gomes havia colocado a propósito do preço da energia, informou que o Município vai, com a transição do saldo de gerência que acontecerá no próximo mês de fevereiro, reforçar esta rubrica, e realçou que a estimativa da Câmara é que vai gastar 10 a 11 milhões de euros em 2023 com a energia, salientando que é um número verdadeiramente chocante pois esse dinheiro iria servir para fazer investimento. -----

Sobre a afirmação feita pelo membro Tiago Paiva de que terá havido um município que ultrapassou Santa Maria da Feira no preço da água, disse não saber se o mesmo se estava a referir ao município de Arouca ou até aos municípios que integram a Águas da Região de Aveiro (AdRA),



comentando que, neste caso, são logo 7 ou 8 municípios. Ainda a respeito do preço da água disse que, por vezes, está-se a falar de uma diferença de centimos, o que não é significativo. -----

Quanto à resposta que a Câmara tem para a inflação, disse que se soubesse a solução, que a aplicava. Referiu que a inflação resulta do excesso de dinheiro em circulação, dizendo que o Banco Central Europeu andou a imprimir notas para pagar a dívida dos portugueses, dos gregos, dos italianos e de outros países, o que levou ao excesso de massa monetária em circulação, causando o aumento dos preços. Salientou que, agora, os governos, o Banco Central Europeu, a Reserva Federal Americana, e muitos outros, estão a tentar baixar a inflação.-----

Referiu que a resposta do Município é evitar o aumento dos preços dos serviços que presta, dizendo que o Município devia aumentar exponencialmente o preço da recolha de lixo, o preço da frequência das piscinas e dos pavilhões, e tudo o mais que é serviço do município, mas que não o vai fazer, pelo menos para já, frisando que essa é a contribuição do Município para combater os problemas que vêm com a inflação. -----

Sobre a crítica de que houve um desinvestimento em habitação pública, disse não ser verdade, fazendo notar que, até há poucos anos, o investimento de habitação pública era em habitação social, pois era para isso que os sucessivos governos foram abrindo programas, mas que, agora, pela primeira vez, está-se a falar em habitação a preço acessível porque os valores subiram de forma acentuada e os salários não acompanharam esse aumento, pelo que os jovens, e mesmo os da classe média, não conseguem atualmente chegar à habitação. Referiu que as verbas do PRR vão permitir ao Município entrar no mercado com preços mais acessíveis, salientando que é isso que está em cima da mesa e que é isso que vai ser feito.-----

Em relação à questão da atratividade do território e do ranking feito pela Bloom Consulting, deu nota que todos os anos recebe propostas para financiar estes estudos, e que evita fazê-lo, acrescentando que cada pessoa



é que tem de ter a sensação das condições de vida do seu território. -----  
Quanto à questão colocada pelo membro Ângelo Santos a propósito da  
recolha seletiva, fez sobressair que todo o Concelho já tem recolha seletiva  
porque existem ecopontos distribuídos por todo o território. Informou que  
aquilo que ainda não há em todo o Concelho é a recolha seletiva porta a  
porta, informando que essa recolha já existe, talvez, em dois terços das  
freguesias, e que o terço que falta deve-se ao facto de a ERSAR ter  
impedido a Suldouro de avançar para esse investimento.-----  
Concluindo, disse julgar que essa questão já foi desbloqueada, frisando  
que a intenção é alargar a recolha seletiva porta a porta às restantes  
freguesias do Concelho. -----

-----  
O membro **Tiago Paiva** (BE) usou da palavra, e começou por dizer que  
ouve e lê com muita atenção tudo aquilo que o Sr. Presidente da Câmara  
diz e escreve, pelo que também pede que o Sr. Presidente da Câmara ouça  
com atenção, ou que tente, aquilo que ele tenta explicar nas intervenções  
que faz. -----

Referiu que não solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que dissesse qual é  
a solução para a inflação mundial, mas sim quais as respostas que,  
perante esta realidade, tem para dar.-----

Disse que o Sr. Presidente da Câmara, na segunda parte da intervenção  
que fez, tentou responder a isso, mas que, na opinião do BE, a resposta  
continua a ser manifestamente insuficiente. Quanto à primeira parte dessa  
intervenção, disse considerar que o Sr. Presidente da Câmara tentou ser  
didático, mas que também não se sentiu confortável a ouvir essa parte  
porque o mesmo não respondeu à questão que lhe tinha colocado. -----

-----  
Interveio novamente o **Sr. Presidente da Câmara** que disse achar que  
tinha respondido à questão colocada pelo membro Tiago Paiva quando  
referiu que o Município iria evitar a subida de preços dos serviços que



presta. -----  
Realçou ainda que, nestas questões, entende que deve ser o Presidente da Câmara a usar da palavra pela última vez, daí ter feito questão de fazer esta intervenção.-----

*Saiu, no decorrer da discussão do assunto, o membro Rui Ribeiro.*-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 34 votos a favor (PSD:30, IND, PS:3 – Rui Alves Rios, Valdemar Silva e David Neves), 16 votos contra (PS:12, BE, CDS-PP, IL, CDU) e 2 abstenções (CH, PS:1 – Francisco Andrade), aprovar as Opções do Plano e do Orçamento Municipal para o ano de 2023 – dossiê cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

*Sairam os membros Jorge Silva, António Valdemar Ribeiro e Rui Pereira.* -----

#### **5 – Mapa de Pessoal 2023 e manutenção do Suplemento de Penosidade e Insalubridade** -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 21 de novembro de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que começou por dizer que, pelo que percebeu, o suplemento de penosidade e insalubridade não é aplicado a todos os trabalhadores que estão inseridos na carreira geral de assistente operacional, mas somente àqueles que têm um descritivo de funções de acordo com as classificações descritas no decreto-lei correspondente. -----



Disse que a posição do Bloco de Esquerda é que este subsídio deveria ser atribuído a todos os trabalhadores que estão inseridos nesta carreira geral de assistente operacional, pelo simples facto de que a homogeneização iria permitir, por exemplo, que um trabalhador pudesse, durante algum tempo, ser deslocado para desempenhar outra função, ao que o **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que, quando um trabalhador vai desempenhar uma dessas funções, recebe o suplemento. -----

-----  
Interveio o membro **João Vidal** (CDU) que começou por dizer que congratula o Município porque, tal como o PCP, considera uma prioridade importante a atribuição da taxa máxima do suplemento de penosidade e insalubridade. Disse só lamentar que a maioria dos partidos presentes em sede de Comissão Parlamentar não tenha considerado igualmente como prioridade a criação de um regime para os trabalhadores cujas funções exercidas comprovadamente comportam elevado grau de complexidade e risco, nomeadamente na definição de um regime de menorização desses elementos, de acesso antecipado à aposentação e à contribuição patronal acrescida para a Segurança Social, que pudesse beneficiar os trabalhadores do Município. -----

-----  
Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 48 votos a favor (PSD:27, PS:16, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND) e 1 voto contra (BE), aprovar o Mapa de Pessoal para o ano 2023 – documento cujo teor se dá aqui por transcrito e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas –, assim como aprovar a manutenção da atribuição de um Suplemento de Penosidade e Insalubridade aos trabalhadores integrados na carreira geral de assistente operacional para o ano de 2023, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----  
-----



Reentraram os membros *Jorge Silva, António Valdemar Ribeiro e Rui Pereira.*  
*Saiu o membro Alberto Tavares.*-----

**6 – Contrato-Programa a celebrar entre o Município e a Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, EM, SA para 2023**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 21 de novembro de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Instrui o assunto a minuta do contrato-programa em referência, bem como os anexos a que a mesma se refere, instruída com os pareceres do fiscal único – documentos cujos teores se dão aqui por reproduzido e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

Interveio o membro *Carlos Martins* (IL) que começou por dizer que é muito compreensível que parte da necessidade do subsidio à exploração tenha a ver com custos adicionais que a Sociedade de Turismo tem, comentando que essa necessidade é confirmável pela prática do dia a dia.-----

Referiu ainda que, recentemente, a Câmara decidiu ter quase a totalidade do capital da empresa municipal, acrescentando que, tal como há pouco questionou para que serve um município, agora pergunta para que serve uma empresa municipal. Disse que, à partida, uma empresa municipal serve para gerir economicamente e empresarialmente atividades que o município entende que tem um valor de mercado, salientando que, logo aí, o critério é, no mínimo, tentar equilibrar as contas. Realçou que não se pede às empresas municipais que tenham lucro, mas, pelo menos, que não custe mais aos contribuintes serem elas a gerir determinada atividade, frisando que as Termas de S. Jorge prestam, de facto, um serviço.-----



Referiu que se pode discutir para que são precisas duas empresas municipais no Município, mas que essa é outra conversa, reforçando que a pergunta que tem de ser feita é porque é que a Sociedade de Turismo apresenta ao Município um défice de exploração de 295 mil euros e pede que esse valor seja pago pelos contribuintes do Município, comentando que não encontra uma razão fundamentada para esta situação e como se chegou a este valor. -----

Disse que as receitas previstas são de 771.500 euros, mas que não faz ideia como se chegou a tal número, realçando que não consegue dar parecer positivo a uma deliberação que diz que, apesar dessa receita, a Sociedade de Turismo precisa de um subsídio de 295 mil euros, quando não sabe como se chegou a este valor.-----

Deu nota que, nos documentos distribuídos, não diz quantos serviços a empresa municipal vai prestar, que só consta uma tabela de preços para 2023, não sabendo, por exemplo, qual é a estimativa de crescimento no número de utentes ou se o número de aquistas vai aumentar na área terapêutica, ou noutro tipo de tratamentos. Salientou que não é possível trazer à Assembleia Municipal uma proposta que pede a este órgão que aprove que os contribuintes paguem quase 300 mil euros a uma empresa municipal sem explicar como é que se chegou a este valor. -----

Concluindo disse que existe um longo documento, o protocolo, que faz o enquadramento na componente jurídica, mas que não é feito o enquadramento da parte económica, pelo que considera que esta não é a melhor forma de pedir à Assembleia que aprove que os contribuintes invistam 300 mil euros numa coisa, sem saber como se chegou a este valor.-----

-----  
Interveio a deputada municipal **Mária de Fátima Oliveira** (PS) que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve:-----



“Face à Sociedade de Turismo constatamos o seguinte:-----

- A Sociedade de Turismo terá, pelos dados apresentados, um prejuízo de quase 750 mil euros em 2022.-----

- O resultado líquido previsto para 2023 é zero o que aparentemente significa que não há lucro nem há prejuízo. No entanto, se considerarmos o financiamento de 295 mil euros, rapidamente chegamos à conclusão que há uma camuflagem de um prejuízo de cerca de 196 mil euros.-----

- Prevê-se um aumento de 10% de termalistas no ano de 2023, o que nos parece uma previsão em alta tendo em conta a conjuntura económica desfavorável que vivemos e que se prevê para o próximo ano.-----

Infelizmente constatamos ainda que:-----

- Continua a não existir uma diversificação de novas atividades e ofertas de produtos que possam potenciar e atrair novos públicos, tal como tem sido sistematicamente sugerido pelo PS;-----

- Continua a não existir um verdadeiro esforço em angariar investimento privado para a construção de uma unidade hoteleira e de lazer que seria crucial para a dinamização do turismo termal;-----

- Continuamos a assistir a despedimentos e admissões cíclicas e à vergonhosa precariedade de funcionários das Termas que se encontram a trabalhar a contrato há mais de 25 anos;-----

Enfim, continuamos a verificar que a Câmara Municipal e a Sociedade de Turismo continuam a adiar um plano estratégico com uma visão abrangente e de futuro para este equipamento termal.-----

Outra questão que gostaríamos de trazer à reflexão é ponderar se faz sentido manter duas empresas municipais independentes. Pensamos que a autarquia deveria pensar seriamente na fusão da Feira Viva e da Sociedade de Turismo no sentido de se aproveitar os recursos de ambas. Por exemplo, o Feira Viva tem uma capacidade ao nível do marketing e da comunicação e que a Sociedade de Turismo não tem e, portanto, seria uma oportunidade para unificar e otimizar recursos e estratégias.”-----



Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que começou por realçar que esta sua intervenção tem um teor que tanto se aplica ao ponto em apreço, o ponto n.º 6, como ao ponto que se segue na Ordem do Dia, o ponto n.º 7. -- Disse que o exercício do BE é um exercício de coerência, em que sempre se manifestou contra a criação de empresas municipais que, na prática, levam a um menor escrutínio político em áreas que deveriam estar sobre a alçada do pelouro correspondente no Município. -----  
Realçou que, por esta razão, iria votar contra a proposta apresentada no ponto 6, referente ao Contrato-Programa com a Sociedade de Turismo, e a apresentada no ponto 7, relativa ao Contrato-Programa com a Feira Viva. --

-----  
Interveio o membro **Ángelo Santos** (CDS-PP) que disse que o facto de não concordar com este financiamento ou com este cheque em branco passado à Sociedade de Turismo, não quer dizer que não ache interessante ou que não seja muito importante a manutenção das Termas de S. Jorge. -----  
Salientou que, com gestão igual, resultados iguais, ou seja, que não se pode querer ter resultados diferentes quando a gestão da atual Sociedade de Turismo é equivalente à que tinha a anterior. -----  
Disse esperar que o aumento do custo da energia não seja usado, no próximo ano, para justificar a necessidade de voltar a cobrir um prejuízo, sem que haja uma evolução e uma nova estratégia de divulgação para atrair público para as Termas, acrescentando que a tentativa de angariar novos serviços e novos clientes para as Termas tem sido muito deficitária. -

-----  
Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para dar os devidos esclarecimentos, começando por dar nota que as Termas não dão prejuízo, que em lado nenhum é dito que dão prejuízo.-----  
Relativamente à questão colocada pelo membro Carlos Martins disse que o orçamento feito pela Direção da Sociedade de Turismo é simples de fazer, pois está prevista uma receita com base nas receitas do ano anterior e com



as participações, fazendo como faz qualquer economista. -----  
Referiu que existe um programa forte para aumentar as receitas, para tentar atrair novos banhistas, dando nota que está a ser desenvolvido um projeto junto de alguns municípios nesse sentido, pois há municípios e juntas de freguesia que pagam aos idosos do respetivo território os tratamentos nas Termas. Informou que existe, há muitos anos, um protocolo com a Águas de Gaia, assim como com os municípios de São João da Madeira e Oliveira de Azeméis, acrescentando que, em 2023, prevê-se alargar a algumas freguesias do município de Arouca, realçando que o crescimento está muito balizado neste trabalho que está a ser desenvolvido pela Diretora Executiva da Sociedade de Turismo.-----  
Disse que a estimativa de aumento de 10% no número de termalistas é plausível, mas que é sempre uma estimativa, podendo ser menor ou maior, frisando que a Sociedade de Turismo vai tentar fazer o melhor possível, chamando, contudo, a atenção para que, no ponto em discussão, está em causa o contrato-programa. -----  
De seguida, aludindo à intervenção feita pela deputada municipal Fátima Oliveira, disse achar que a mesma decalcou aquilo que ele – Presidente da Câmara – disse na reunião da Câmara. Referiu que quando as Termas de S. Jorge enfrentaram as dificuldades que são conhecidas por todos, a Câmara entendeu que tinha que tomar medidas, daí ter sido feita uma operação de aumento de capital da Sociedade de Turismo, de maneira a manter as Termas em funcionamento. Informou que este foi o procedimento recomendado pelos consultores jurídicos e económicos para não se encerrar as Termas, cujo encerramento seria uma grande perda para o território. -----  
Informou que já foram iniciados estudos para, eventualmente, haver uma fusão entre a Feira Viva e a Sociedade de Turismo, dizendo que é uma matéria que carece de muita prudência porque há muitos condicionalismos legais, até porque terá de ter o visto do Tribunal de Contas, comentando



que haver a vontade de fazer e aquilo que se pode fazer não é exatamente a mesma coisa. Concluindo, reafirmou que a intenção é, se possível, fazer a fusão das duas empresas municipais, estando a ser trabalhada essa possibilidade.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 29 votos a favor (PSD), 17 votos contra (PS:16, BE) e 5 abstenções (CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), autorizar a celebração do Contrato-Programa para 2023 entre o Município de Santa Maria da Feira e a Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira E.M., S.A., nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

**7 – Contrato-Programa a celebrar entre o Município e a Feira Viva, Cultura e Desporto, EM para 2023**-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra à Sra. Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, **Sónia Azevedo**, a qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 21 de novembro de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Instrui o assunto a minuta do contrato-programa em referência, bem como os anexos a que a mesma se refere, instruída com o parecer prévio do fiscal único – documentos cujos teores se dão aqui por reproduzido e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Interveio o membro **Marco Jesus** (PS) que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“À semelhança de outros partidos, nós também não estamos em condições



de votar favoravelmente este ponto. -----

O contrato-programa que vem a discussão e aprovação nesta Assembleia Municipal em nada reverte uma trajetória já conhecida que tem tido por base a subsidi dependência e uma gestão empresarial sem grandes perspectivas. Por isso, o contrato-programa para o ano de 2023 em nada é diferente dos anteriores. Prevê uma verba a aproximar-se dos 3 milhões de euros (mais ou menos 2.800.000 €) a atribuir a uma empresa cujo orçamento anda na ordem dos 7 milhões. A empresa municipal sofre de doença crónica, com sintomatologia agravada durante o recente período pandémico. Em 2020, a Câmara Municipal acordou conceder uma verba no respetivo contrato-programa de cerca 2 milhões de euros, mas meses depois veio com uma vacina de reforço de mais 850.000 € e ainda uma terceira dose por via de um empréstimo bancário de 1,2 milhões de euros para fazer face aos graves problemas financeiros da empresa. Em 2021, veio a quarta dose: 2 milhões no contrato-programa, acrescida de uma quinta dose de mais 863.000 € de reforço. Em 2019 não havia pandemia, mas foi preciso cobrir os prejuízos da empresa com mais 249.000€, para além do previsto no contrato-programa. Este ano, ano de retoma, com o plano de atividades cumprido, mais 2.700.00 €. Entre 2019 e 2022, o apoio financeiro externo chegou à módica soma de 11.600.000 €. -----

Por isso, em rigor, hoje não parece haver uma estratégia clara para a empresa municipal, ou um modelo de gestão objetivo e capaz de mudar o rumo dos últimos anos. Talvez até possa haver um, mas trata-se de um modelo aparentemente esgotado. O contrato-programa que nos é apresentado é o contrato dos termos vazios sem nada concretizar, de linda retórica e com expressões como – promover, garantir, assegurar ou fortalecer –, sem verdadeira correspondência em indicadores factuais de resultados, algo que se possa efetivamente quantificar, no que concerne o desempenho da empresa municipal. Quase 3 milhões de euros dos bolsos do contribuinte para sabermos que um dos objetivos a prosseguir pela



Feira Viva é alcançar em 2023 um aumento de 1% de seguidores nas redes sociais, uma curiosidade, pois é quase o único elemento no contrato cuja informação contém carácter quantitativo.-----

Um exemplo: Cláusula 11, alínea C2, relativa ao Parque Ornitológico, onde se lê: atingir um elevado grau de satisfação dos visitantes. Qual é definição que a Câmara Municipal e a empresa municipal atribuem à subjetiva expressão elevado grau? O sucesso está onde? Na meta dos 50% de satisfação entre os visitantes? Nos 60%. E se for 70% e ainda assim baixar relativamente aos anos anteriores, continua a ser sucesso ou passa ser um fracasso? Se calhar pouco importa, o contrato-programa não nos remete nem convoca para quaisquer consequências no caso das coisas não correrem tão bem. -----

Outro exemplo: Cláusula 11, alínea D2, relativa à loja de merchandising, onde se lê: aumentar as vendas face a 2022. Aumentar? Aumentar de quanto? Mais dois calendários? 5% das vendas? 10%...como querem a Câmara Municipal e empresa municipal medir a sua ambição quantitativa quando não sabem sequer em concreto o querem atingir?-----

No fundo, a pergunta que toda a gente gostaria de fazer é se este contrato-programa é mais uma vacina de reforço para a doença crónica ou se pretende ser algo mais do que isso?-----

Atendendo que não encontramos respostas às nossas perguntas no documento, neste contexto e pelas razões expostas, vamos certamente votar contra o contrato-programa.”-----

-----  
Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que disse que, neste ponto, coloca a mesma questão que colocou no anterior, ou seja, qual é a justificação para um subsídio à exploração de quase 3 milhões de euros a entregar à Feira Viva e se este investimento dos municípios faz, ou não, sentido. -----

Referiu que na atividade cultural, na atividade de promoção turística, na atividade desportiva, há atividades públicas que, pelo seu valor social ou



pelo seu contributo para a inclusão, justificam um investimento do Estado, no caso do município, mas que a pergunta é se os documentos provam que há essa necessidade e se é por esse caminho que o Município deve seguir. Disse achar que a resposta a esta questão é que a Feira Viva tem um problema, pelo que é importante começar a discutir o mesmo com alguma profundidade. -----

Realçou que o contrato-programa, ao falar de objetivos, diz que o objetivo é obter resultados líquidos positivos nas Piscinas Municipais, no Parque Ornitológico, na Loja de Merchandising, no Europarque, na Viagem Medieval, no Perlim, na Natação Adaptada, no Pavilhão da Lavandeira, na Piscina de São João de Ver, comentando que se todas as áreas derem resultados líquidos positivos, então não será preciso uma transferência do Município para a Feira Viva e este assunto nem precisará vir à Assembleia Municipal. -----

Disse que, contudo, ao analisar melhor o documento, o mesmo diz que o Município tem de pagar a estrutura, ou seja, os custos com a gestão, com o marketing, com a contabilidade, com o aprovisionamento, com a informática e com os recursos humanos, questionando se estes custos não fazem parte da gestão e se não têm que estar afetos às receitas da empresa municipal. Referiu ainda que, ao ver caso a caso, não consegue compreender como é que um evento como a Viagem Medieval, que se diz que tem 50 mil pessoas por dia, precisa, ainda assim, de 300 mil euros do Município, salientando que há qualquer coisa de errado nesta situação. ----

Disse admitir que a Natação Adaptada precise mesmo da transferência dos contribuintes, e que quer pagar os seus impostos para isso, tal como admite que alguns equipamentos precisem deste tipo de apoio, mas que não compreende como a Viagem Medieval, por exemplo, precisa ainda de 300 mil euros dos munícipes para poder acontecer. Salientou que esta questão tem de ser melhor explicada, questionando se é a estrutura que é demasiado pesada ou se há investimentos que, não estando explicados, se



justificam. Referiu que não é dada a justificação para se gastar mais 3 milhões de euros na Feira Viva, reforçando que o Município tem um problema com essa empresa municipal, mas que para cada problema tem de haver uma solução.-----

Concluindo a sua intervenção disse que, para uma melhor gestão, tem de haver incentivos, pelo que propõe ao Executivo que fale com a administração da Feira Viva para incentivar uma redução anual de 250 mil euros do subsídio, o que representaria uma poupança aos contribuintes, no final do mandato, de 750 mil euros, fazendo notar que isso não é muito face aos 3 milhões de euros de subsídio para 2023. -----

-----  
Usou da palavra a Sra. Vereadora **Sónia Azevedo** para dar os devidos esclarecimentos, tendo começado por aludir à sugestão feita pelo membro Carlos Martins, de que seria uma boa medida reduzir anualmente em 250 mil euros o subsídio, para informar que, relativamente ao ano de 2022, a Feira Viva vai devolver à Câmara, do subsídio que lhe estava atribuído, 579 mil euros. -----

Realçou que o contrato-programa para 2023 é prudente, fazendo notar que o ano de 2022 foi muito bom para a empresa municipal e que os resultados vão ser excelentes, pois a Viagem Medieval correu acima das expectativas. Disse que, aliado a isso, não foi realizada a atividade “Dias do Burgo”, que estava prevista no contrato-programa para 2022, pelo que o valor respetivo não foi sequer transferido para a empresa municipal, salientando que, globalmente, está-se a falar de cerca de 580 mil euros a menos de transferência para a Feira Viva, relativamente ao subsídio para 2022. -----

Reforçou que o contrato-programa para 2023 é prudente porque a macroeconomia não está favorável e não se sabe como se vai posicionar em 2023, pelo que se perspetivou um contrato-programa que possa cobrir desvios. Referiu que o que aconteceu na edição de 2022 da Viagem Medieval dificilmente se repetirá em 2023, para além de que todos os



custos vão aumentar, dizendo que, por exemplo, o consumo do gás tido nas piscinas municipais vai ser o mesmo, mas que a fatura vai triplicar ou quadruplicar, isto quando não se vai mexer nos preços para os utilizadores das piscinas nem na generalidade dos preços que vão ser praticados em 2023. -----

Disse ainda que a Feira Viva teve condições para, em 2022, amortizar já metade do empréstimo de 1 milhão e 200 mil euros que havia contraído, o que estava previsto amortizar nos próximos 7 anos, comentando que os membros desta Assembleia vão poder avaliar estes dados aquando da apreciação dos documentos de Prestação de Contas, que serão apresentados no próximo mês de abril.-----

Referiu que a Feira Viva é uma empresa municipal equilibrada, que responde às necessidades do Município e dos munícipes e que mantém claramente uma perspetiva social nos equipamentos e nas atividades que promove, dizendo que não pode deixar de mencionar a equipa de Natação Adaptada, o Europarque Running, a isenção e descontos nas atividades realizadas nas piscinas municipais para os idosos e para as crianças, a oferta de entradas no Perlim, a oferta de pulseiras para todas as crianças no Concelho entrarem na Viagem Medieval. Reafirmou que a questão social impõe-se, quer nas atividades quer nos equipamentos geridos pela Feira Viva, pelo que é natural que haja um subsídio à exploração. -----

Disse estar convencida que a empresa municipal está no bom caminho e está sólida, e que o contrato-programa para 2023 é equilibrado e ponderado, dando também nota que a Câmara monitoriza mensalmente a atividade das empresas municipais, tanto da Feira Viva como da Sociedade de Turismo, e tem todas as condições para pedir reposições ou, então, não transferir determinada verba. -----

Concluindo, salientou que este contrato-programa não é para pagar prejuízos, mas sim para subsidiar, efetivamente, atividades e equipamentos que necessitam dessa compensação. -----



Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 29 votos a favor (PSD), 19 votos contra (PS:16, BE, CDS-PP, IL) e 3 abstenções (CH, CDU, IND), autorizar a celebração do Contrato-Programa para 2023 entre o Município de Santa Maria da Feira e a Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M., nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

**8 - Indaqua Feira - Industria de Águas de Santa Maria da Feira, SA -----**

**- Autorização prévia para transmissão de participações sociais-----**

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 7 de novembro de 2022 e restante documentação que a acompanha - oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que começou por dizer que esta sua intervenção se iria centrar no entendimento do BE quanto a qual deve ser o enquadramento de um bem público, como é a água, salientando que esta questão representa um debate que deve ser fomentado no Município. -----

Disse que a ideia de que um bem essencial e público, como é a água, esteja privatizado numa exploração que visa o lucro privado é uma perversão daquilo que deve ser, por princípio, um bem público. Realçou que a água, enquanto bem público, para além de acessível a todos, deveria, por princípio, ser acessível em condições de igualdade para todos, mas que não é isso que acontece. -----

Salientou ainda que a ERSAR já demonstrou que os preços praticados nos municípios onde a exploração da água é privada são mais elevados do que nos municípios em que a gestão é pública. -----

Fez notar que, no entendimento do BE, o modelo de concessão a 50 anos levanta questões ao nível da concorrência, dizendo que a lei que estabelece



o regime jurídico da concorrência contempla regras que assentam numa dupla dimensão, e, dentro dessas duas dimensões, a dinâmica consiste na promoção da concorrência assegurando a livre iniciativa não só dos agentes económicos, dos produtores e distribuidores, a liberdade de acesso ao mercado e de ação necessária aos consumidores, e, também, a liberdade de escolha em função do preço e da qualidade do bem ou do serviço. -----

Referiu que seria interessante perceber, principalmente da parte dos representantes e defensores liberais desta Assembleia, se consideram que este modelo de concessão a 50 anos abre espaço a uma concorrência que regula o preço da água no Município, salientando que o entendimento do BE é que não abre esse espaço. -----

Concluindo, disse que a proposta em discussão é mais um reflexo do complexo de relações do poder económico, que determina um monopólio que, por si só, já é grave, realçando que ainda é mais grave quando assente na exploração de um bem de primeira necessidade e que é público. -----

-----  
Interveio o membro **João Vidal** (CDU) que disse que iria votar contra este ponto, porque não é claro o motivo da transferência da participação social e não está claro se existe interesse para o Município e para os munícipes. --  
-----

-----  
Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por dizer, quanto ao aspeto mencionado pelo membro João Vidal, que em causa está uma transferência de capital de 0,01%, e que a razão desta operação é porque um quer comprar e o outro quer vender. -----

-----  
Em relação à intervenção feita pelo membro Tiago Paiva salientou que a água é pública e que todos os equipamentos de transporte de água e de tratamento de esgotos são do Município, realçando que a Indaqua Feira faz a gestão e exploração destes equipamentos, mas não põe o preço da água que quer, porque tem um contrato para cumprir. Referiu que, além disso, os preços são regulados pela ERSAR, pelo que a concessionária não põe o

---



preço que entende por ser uma atividade monopolista. -----  
Sobre a afirmação do Tiago Paiva de que há um município do distrito de Aveiro que tem a água mais cara do que a de Santa Maria da Feira, disse que os municípios que integram a rede de Águas da Região de Aveiro também a têm cara, e que representa 8 ou 9 municípios.-----  
Disse que, mais importante do que isso, a Indaqua foi recentemente distinguida com uma série de prémios pela ERSAR, salientando que conhece muito bem o mercado e o setor e sabe que há municípios que têm preços mais baratos, mas, muitas vezes, não pagam a água ao seu fornecedor, assim como há municípios que têm perdas de água de 50/60%, com o prejuízo tremendo que isso acarreta, e também há muitos que têm o serviço internalizado da Câmara, em que nem se conta o que se ganha ou o que se perde. -----  
Realçou que também queria que o preço da água fosse mais barato em Santa Maria da Feira, acrescentando que existe um excelente serviço no Município, em que há sempre água nas torneiras e há o tratamento de esgotos, além de ter uma das taxas mais baixas de perda de água do país. Referiu, a este propósito, que viu hoje uma notícia a dizer que a Águas de Gaia estava com um bom indicador no respeitante ao controlo de perdas, informando, a esse respeito, que é precisamente a Indaqua que está a prestar o serviço à Águas de Gaia. -----  
Concluindo, reafirmou que o Município está bem servido e que é preciso pagar pelo serviço, apesar de ser aborrecido fazê-lo, salientando que o mesmo acarreta custos porque uma ETAR consome eletricidade, porque é preciso substituir equipamentos e fazer reparações, porque é preciso trabalhadores e pagar-lhes os salários, porque é preciso camiões e outros equipamentos, porque são precisos materiais e fazer empreitadas, ressaltando que tudo isto tem de ser pago. -----  
-----  
Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a

Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 32 votos a favor (PSD:29, CDS-PP, IL, CH), 18 votos contra (PS:16, BE, CDU) e 1 abstenção (IND), autorizar a transmissão de ações nos termos do solicitado pela concessionária em referência, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

**9 - Proposta de recursos financeiros destinados ao exercício e à execução do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na área da Educação para o exercício de 2023 -----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 7 de novembro de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que questionou qual é a base de cálculo para os valores unitários que constam do documento. -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse que a concretização do quadro de transferências de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais na medida da Educação é uma realidade que preocupa o BE, e pensa que preocupa a quase todos no município de Santa Maria da Feira. -----

Referiu que o pacote financeiro, como também é assumido por quase todos, é manifestamente insuficiente para as responsabilidades que são assumidas pelo Município e, como tal, esta parece ser uma preocupação. --  
Salientou que está em causa a capacidade e a qualidade do ensino público em Santa Maria da Feira, pedindo ao Sr. Presidente da Câmara para que o Executivo faça um acompanhamento ativo do funcionamento e da qualidade do ensino público no Concelho e que, acima de tudo, intervenha.

---



Solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que, nas áreas onde sejam detetadas insuficiências que afetem a qualidade do ensino, haja, efetivamente, uma intervenção, compensando o precário pacote financeiro.-----

-----  
Interveio o membro **João Vidal** (CDU) que disse que gostava de saber qual é a perceção que a Câmara tem acerca da opinião das direções dos Agrupamentos sobre a verba que está prevista, ou seja, se as mesmas acham que é suficiente para o normal funcionamento dos serviços e dos recursos pedagógicos e didáticos, perguntando ainda como é que foi feita essa auscultação e através de que meios.-----

-----  
Interveio a deputada municipal **Alexandra Sousa** (PS) que começou por referir que é a primeira vez que não percebe nada das tabelas e tabelinhas que constam do documento, dizendo que é verdade que os números são claros e estão divididos pelos agrupamentos de escolas, mas entende que deviam ser acompanhados de uma nota explicativa para que se percebesse exatamente quais os critérios utilizados para chegar a tais números.-----

Disse que essa nota explicativa serviria para tentar perceber a dinâmica da distribuição das refeições, para perceber o porquê de apenas dois agrupamentos de escolas terem um valor, para saber se as refeições serão feitas pelas IPSS e por empresas, ou não, assim como para perceber se as atividades de enriquecimento curricular funcionarão por meio da contratação de empresas ou com funcionários da Câmara.-----

Questionou qual o critério, por exemplo, para estarem destinados, no ponto respeitante à conservação das instalações, 85 mil euros para o Agrupamento Coelho e Castro e 38 mil euros para o Agrupamento António Alves de Amorim, e qual o critério utilizado para os valores referentes ao ponto dos encargos das instalações.-----

Referiu que, obviamente, as direções dos Agrupamentos de Escolas devem ter sido ouvidas e que a legislação terá sido cumprida, mas que entende



que todos os membros desta Assembleia, e todos os que assistem à sessão, mereciam perceber quais os critérios utilizados para a divisão dos números pelos Agrupamentos de Escolas.-----

-----  
Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que, relativamente à questão do membro Carlos Martins, informou que os cálculos são feitos de acordo com as despesas, dando nota que foi feita uma reunião com os diretores dos Agrupamento e, em função de um histórico de despesas, é transferida a verba correspondente, comentando que, depois, há sempre a possibilidade de avaliar se é suficiente ou não. -----

Deu nota que a Câmara trabalha em perfeita articulação com as direções dos Agrupamentos Escolares, sendo feitas reuniões periódicas para analisar se está a escapar algum problema. -----

Sobre o mapa de recursos financeiros para 2023 julga que o mesmo explica bem os valores a transferir, acrescentando que eles transitam do próprio Estado central onde já estavam referenciados. -----

Salientou que o mapa explica os recursos e as atividades, referindo que há dois blocos muito elevados, as atividades de enriquecimento curricular e a conservação das instalações, e que os cálculos obedeceram a regras que estão explicadas na nota informativa que consta da mesma página do mapa, dizendo não ver nenhuma dificuldade em perceber como se chegou aos valores apresentados.-----

-----  
Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 48 votos a favor (PSD:29, PS:16, CDS-PP, IL, IND) e 3 abstenções (BE, CH, CDU), aprovar o mapa dos recursos financeiros para o ano de 2023, em cumprimento do clausulado no contrato interadministrativo em referência e nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----  
-----



**10 - Alteração das posturas de trânsito de Rio Meão e Paços de Brandão**-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe, a que se refere a deliberação camarária de 10 de outubro de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Instrui o assunto a informação técnica e respetivo anexo a que alude a deliberação camarária em referência – que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 50 votos a favor (PSD:29, PS:16, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND) e 1 abstenção (BE), aprovar a alteração das posturas de trânsito em epígrafe, com implicações na Rua Cruz de Malta – Rio Meão; Rua da Circunvalação – Paços de Brandão; Rua Dragão Abrasivos – Paços de Brandão; Rua Bairro Vieira Pinto – Paços de Brandão; Rua Interna – Paços de Brandão e na Rua Nova da Mata – Paços de Brandão, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

**11 - Alteração à postura de trânsito – Via Estruturante Espargo-Paços de Brandão**-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe, a que se refere a deliberação camarária de 10 de outubro de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Instrui o assunto a informação técnica e respetivos anexos a que alude a



deliberação camarária em referência – que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

-----  
Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que disse que, pese embora confiar e perceber o que é dito pelos técnicos sobre a segurança e a necessidade de diminuir a velocidade no troço em questão, e sem esquecer o que tem sido a dificuldade de circulação naquele troço por esse mesmo motivo, gostava de alertar o Sr. Presidente da Câmara que a população da freguesia de Espargo tem vindo a reivindicar o acesso que foi vedado às suas residências. -----

Referiu que, ao contrário do que acontece na freguesia de Rio Meão em que, na mesma via estruturante, é possível entrar e sair das localidades para a via, na freguesia de Espargo o acesso foi vedado com a justificação da segurança. Concluindo, disse que não ia pôr em causa essa justificação, mas que pedia atenção para o facto de existir alguma desigualdade no tratamento do acesso das populações aos seus locais de residência. -----

-----  
Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que disse que, basicamente, queria colocar a mesma questão da colocada pela Susana Correia, salientando que, anteriormente, as pessoas que viviam na Rua das Cavadas, em Espargo, podiam virar à esquerda, porque na via estruturante havia um traço descontínuo, mas que, agora, com o traço contínuo que foi colocado devido à questão da segurança, tal não é possível. -----

Disse que, assim, o pedido que faz é no sentido de voltar à situação anterior, pois, neste momento, quem vem da rotunda de acesso à A29 tem de seguir até à rotunda do Lusopark e voltar para trás, fazendo um percurso de 3 km, para poderem entrar na Rua das Cavadas, apelando para que se tenha em atenção este facto. -----

-----  
Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que disse compreender a



preocupação, mas que está mesmo em causa uma questão de segurança. -- Disse estar em causa uma estrada com três faixas de rodagem, duas num sentido e uma no outro, na qual as viaturas atingem uma grande velocidade, dando nota que, apesar de haver naquela via um painel que indica a velocidade de circulação, coisa diferente é as pessoas respeitarem o limite de velocidade. Frisou que a linha contínua foi colocada por uma questão de prudência e que, pelo que sabe, não há registo de acidentes naquele local. -----

Realçou que os técnicos da Câmara são absolutamente contra a retirada da linha contínua, precisamente por questões de segurança, pelo que entende que seria extremamente arriscado os decisores políticos contrariarem essa opinião.-----

Referiu que, quem olhar com olhos de ver, repara que o local é perigoso, salientando que, embora admitindo que existem poucas casas naquela rua e que não há ali grande movimento, e admitindo que as pessoas que ali moram possam ter muito cuidado, porque já conhecem a perigosidade, não se sentiria nada confortável de permitir a viragem e, depois, acontecer ali um acidente. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 50 votos a favor (PSD:29, PS:16, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND) e 1 abstenção (BE), aprovar a alteração da postura de trânsito em epígrafe, com implicações entre a Rotunda do Europarque – Espargo e a interseção com a Rua Padre Américo – Rio Meão, nos termos da deliberação camarária supraidentificada.-----

## **12 – Alteração de postura de trânsito – Paços de Brandão**-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe, a que se refere a deliberação camarária de 26 de setembro de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos



membros desta Assembleia Municipal. -----

-----  
Instrui o assunto a informação técnica e respetivos anexos a que alude a deliberação camarária em referência – que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

-----  
Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 50 votos a favor (PSD:29, PS:16, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND) e 1 abstenção (BE), aprovar a alteração à postura de trânsito em epígrafe, com implicações na área central da freguesia, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

-----  
**13 – Protocolo para instalação de um Parque Infantil nas freguesias de Arrifana (parque de lazer da Azenha) e Escapães (parque Nossa Senhora das Necessidades)** -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 26 de setembro de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

-----  
Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 51 votos a favor (PSD:29, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar o protocolo de colaboração para a instalação dos parques infantis em epígrafe, nos

---



termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

**14 – Informação do Auditor Externo – 1.º semestre de 2022**-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** apresentou o documento em epígrafe, a que se refere o ofício remetido pela Sociedade de Revisores de Contas G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda. (com o registo de entrada n.º 20.475, em 31/10/2022, na Divisão de Administração Geral) – oportunamente disponibilizado aos membros desta Assembleia Municipal. - Tendo verificado que nenhum deputado municipal pretendeu intervir no âmbito do assunto, o Sr. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento da Informação em referência. -----

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

Não houve inscrições para intervir neste Período. -----

De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a mesma a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta desta sessão. ----- Nada mais havendo a tratar, às 01 horas e 40 minutos do dia 1 de dezembro de 2022, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou a sessão de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

○ Presidente

A 1.ª Secretária,

O 2.º Secretário,